

## **ATA DA 65ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSUTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – IPHAN**

Às dez horas do dia quatro de novembro de dois mil e dez, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Breno Bello de Almeida Neves, Italo Campofiorito, Jurema de Souza Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Nestor Goulart Reis Filho, Synésio Scofano Fernandes, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil -, Antonio Menezes Júnior – representante do Ministério das Cidades -, Eduardo Góes Neves – representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira -, Eugênio de Ávila Lins – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios -, José Liberal de Castro – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Roberto Luiz Bortolotto – representante do Ministério do Turismo - e Roque de Barros Laraia – representante da Associação Brasileira de Antropologia. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Angela Gutierrez, Arno Wehling, Marcos Castrioto de Azambuja, Marcos Vinícios Vilaça – representantes da sociedade civil -, Cláudia Maria Pinheiro Storino – representante do Instituto Brasileiro de Museus -, Eliezer Moreira Pacheco – representante do Ministério da Educação - e Heloisa Helena Costa Ferreira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Presidente cumprimentou os Conselheiros e deu início à sessão com o seguinte pronunciamento: “O IPHAN está conduzindo com equilíbrio ações de preservação, ações de reconhecimento do patrimônio

cultural brasileiro, ações de proteção, e ações de fomento. Então, acumulamos uma série de processos de registro e de tombamento que gostaria de submeter à avaliação deste Conselho até o fim desse ano, porque estamos vivendo um momento de transição política no país. Até lá, pretendo enviar a todos os Conselheiros um relatório comparativo do trabalho deste Conselho e, na verdade, posso adiantar que tivemos um volume de avaliação de registros e de tombamentos como há muito tempo não se via na Instituição. Isso é muito importante, principalmente diante da situação de crescimento econômico que o país está vivendo. É claro que esse reposicionamento do papel de proteção do patrimônio cultural contribuirá para o surgimento de pressões. É muito importante que o IPHAN não se coloque somente em posição reativa, mas que consiga, de antemão, construir um olhar sobre o território brasileiro para definir o que deve ser protegido como patrimônio cultural brasileiro, antes de ser colocado em posição defensiva e reativa com relação ao redimensionamento da capacidade do estado e da sociedade brasileira de atuarem sobre o território nacional. No meu ponto de vista, diante dessa situação, o fortalecimento das políticas ambientais e das políticas culturais se torna premente, fundamental, penso que estamos percorrendo esse caminho. O nosso primeiro ponto de pauta é uma discussão que considero bastante sensível. É uma demanda do Governo do Paraguai, feita por intermédio do seu Ministro de Estado da Cultura, encampada pelo Ministro de Estado da Cultura do Brasil, para a devolução do canhão denominado **El Cristiano**, um troféu da Guerra do Paraguai que integra o acervo tombado do Museu Histórico Nacional, portanto integra o patrimônio cultural brasileiro. De acordo com a nossa legislação, é da competência do Presidente da República o cancelamento do tombamento de um bem cultural, e o nosso Ministro da Cultura me pediu, ainda que esse ato seja somente competência do Presidente

da República, que colocasse essa questão em discussão dentro deste Conselho. Vou convidar, para fazer um relato de diversos aspectos que levaram à colocação desse pedido na pauta desta reunião, o Diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura, Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa.” O diplomata tomou a palavra para as seguintes considerações: “Obrigado. Desde dois mil e oito estou cedido ao Ministério da Cultura, onde trabalho como Diretor de Relações Internacionais, assessorando diretamente o Ministro de Estado da Cultura. O Ministro Juca Ferreira tinha o compromisso e a intenção de vir a esta reunião, inclusive havia remarcado compromissos internacionais para poder estar aqui, mas o Presidente Lula o convocou ontem à tarde para uma reunião ministerial nesta manhã, a primeira após a eleição, à qual todos os Ministros deveriam comparecer. Então, dado esse compromisso inadiável em Brasília, o Ministro me pediu que viesse representá-lo e buscasse explicar os motivos que o levaram a propor, em ofício enviado ao Presidente do IPHAN, o cancelamento do tombamento do canhão **El Cristiano**, para que pudesse ser devolvido ao Paraguai. Gostaria de explicar como surgiu este assunto, para que os Senhores Conselheiros tenham conhecimento das circunstâncias do pedido, e tecer alguns comentários de ordem de política exterior, e de estreitamento de relações culturais entre o Brasil e o Paraguai, que de alguma forma fundamentassem esse pleito. A demanda da devolução do canhão **El Cristiano**, relativamente antiga, era apresentada em nível muito amistoso, por ocasião de visitas ou de encontros. Sempre que tínhamos a oportunidade de conversar com autoridades paraguaias, principalmente nas áreas do Patrimônio ou da Secretaria de Cultura, e em algumas reuniões do MERCOSUL, em visitas técnicas que fazíamos a Assunção, vez por outra surgia o assunto da existência, no Rio de Janeiro, de canhão que é simbólico para os paraguaios. O **El Cristiano** tem um valor simbólico, atua sobre o

imaginário dos paraguaios. Isso era mantido em nível técnico, sem grandes pressões políticas. A partir do momento em que o Ministro Ticio Escobar, renomado intelectual paraguaio, assumiu a Secretaria de Cultura, que tem status ministerial no Paraguai, promovemos junto com ele um processo bastante intenso de estreitamento de relações culturais entre os dois países. Havia conversas no MERCOSUL, fazia-se alguma coisa, mas era tudo sempre um pouco frio, as ações não tinham muita continuidade, havia boa vontade dos dois lados, mas poucos fatos concretos lastreavam essa aproximação. Então, desde dois mil e oito, quando o Ministro Ticio Escobar nos fez a primeira visita, ficou muito claro para nós que havia do lado paraguaio alguém disposto a promover um real estreitamento de relações culturais com o Brasil. O Ministro Ticio Escobar é um especialista na área de antropologia e arte, já foi curador de Bienais no Brasil, é um dos que contribuiu para a Bienal Vento Sul, que se realiza no Paraná; tem um genuíno apreço pelo Brasil, é um sentimento perceptível no trato. Pessoa extremamente afável, é um prazer realmente trabalhar com ele. Então houve um estreitamento de suas relações com o Ministro Juca Ferreira, e dessa amizade, das conversas que começamos a promover mais intensamente na área de museus, na área de patrimônio, assinamos protocolos bilaterais de cooperação que envolviam políticas de diversidade, políticas para índios, políticas de troca de expressões culturais. Começaram a se tornar intensas as relações entre Brasil e Paraguai, e um dia fomos chamados a conversar, à margem do MERCOSUL, e levantou-se essa questão, quase espontaneamente, até diria que, nessa oportunidade, foi o Ministro Juca Ferreira quem levantou a questão do canhão. E enfim, eles chegaram à conclusão de que seria excelente para o aprofundamento das nossas boas relações e cooperação o retorno do canhão no contexto do bicentenário da independência do Paraguai. Foi o que ocorreu, não houve

nenhuma demanda forte do Paraguai, não houve nenhum movimento revisionista da história, houve apenas um gesto de boa vontade entre dois Ministros que desenvolveram um relacionamento bastante cordial, bastante amigável. No meio desse processo houve um atropelo por parte do Vice-Presidente do Paraguai, que adotou uma posição um pouco exacerbada, quando o processo já havia sido acordado entre os Ministros. Imediatamente os Ministros também se movimentaram, o próprio Presidente Lugo, convencido pelo Ministro Ticio Escobar, rapidamente colocou ordem na casa no sentido da retomada das conversas, visando atender o pedido do Paraguai em clima de concórdia, sem ultimatos, sem qualquer tipo de pressão. Pelo contrário, era muito mais um gesto de cooperação do Brasil. A partir daí o Ministro Juca Ferreira fez consultas mais intensas ao Ministro Celso Amorim e, posteriormente, ao Subsecretário do Itamaraty para a América do Sul. Eles se encontraram em Itaipu para firmar um protocolo tripartite entre a Binacional, a Secretaria da Cultura do Paraguai e Ministério da Cultura do Brasil, de modo que, com a interveniência de Itaipu, pudéssemos desenvolver ações culturais na área de fronteira, em Itaipu. O Ministério da Cultura financiaria todos os investimentos culturais e ambientais na área brasileira, e Itaipu entraria com recursos para beneficiar municípios no Paraguai. Isso envolve a criação de pontos de cultura, pontos de leitura, algumas bibliotecas, proteção a comunidades indígenas, é um programa que nos orgulha muito. No dia da reunião do Conselho de Itaipu, em que o Ministro Juca Ferreira, o Ministro Ticio e o Dr. Jorge Miguel Samek, Diretor-geral brasileiro da Itaipu, firmaram o protocolo, ocorreram entendimentos com a presença do Ministro Celso Amorim. Houve total concordância no ponto de vista dos dois ministros sobre os benefícios para as relações bilaterais. Depois, o Ministro Juca Ferreira conversou com o Ministro Nelson Jobim e com o Presidente da

República, que recomendou o encaminhamento formal do processo no âmbito do Ministério da Cultura. O Ministro da Cultura enviou o ofício ao Presidente do IPHAN recomendando o encaminhamento do assunto por todos os trâmites legais, sem pressa, sem atropelos, dentro da estrutura do IPHAN, para que pudesse haver, eventualmente, o cancelamento do tombamento e a devolução do bem ao Paraguai. Do ponto de vista das relações culturais, gostaria de enfatizar o excelente momento que vivemos com o Paraguai. Houve, desde dois mil e oito, um esforço para tornar concretas meras declarações de vontade, com a implementação de extensa pauta de cooperação, diria mesmo que talvez seja o país da América do Sul com o qual temos relações culturais mais intensas, do ponto de vista oficial. No caso da Argentina, por exemplo, muita coisa ocorre espontaneamente, até pelo mercado, mas em esforços oficiais de um lado e de outro, o Paraguai talvez seja o parceiro mais importante do Brasil, nessa área. Temos feito um trabalho dedicado de fortalecimento da área da cultura no Paraguai, na gestão do Ministro Ticio Escobar, que conta com poucos recursos orçamentários, mas é um grande amigo do Brasil. Entendemos que qualquer coisa que pudermos fazer para ajudá-lo reverterá automaticamente para o bem das relações entre Brasil e Paraguai. O nosso ponto de vista é de que o Itamaraty precisa se modernizar com respeito à política de cooperação na área da cultura e também da educação. O Brasil se acostumou por muitos anos a ser um país que recebia cooperação externa. Quando vamos ao centro de Assunção, na placa de prédios que estão sendo recuperados, podemos ler: Agencia de Cooperación Espanhola. O Brasil ainda não coloca recursos em países como Angola, Cabo Verde, Moçambique, Paraguai ou Bolívia, países bem menores, que poderiam se beneficiar com ajuda mais intensa. Temos pleiteado um esforço maior, estamos tentando desenhar alguns projetos para os quais conseguimos colocar

no orçamento recursos para doação de equipamentos, ou para financiamento de reforma de imóveis. Estou fazendo esses comentários para que as Senhoras e Senhores membros do Conselho possam perceber que a devolução do canhão não é um ato isolado, mas se inscreve dentro de um esforço de estreitamento das relações entre Brasil e Paraguai. Gostaria de citar alguns dados que explicam a nossa preocupação mais intensa para um estreitamento de relações com o Paraguai. A grosso modo, todos têm idéia das dimensões dos dois países, mas é sempre bom explicitá-las. O Brasil tem uma superfície vinte vezes maior que a do Paraguai; nossa população é trinta vezes maior; e o nosso PIB é oitenta vezes maior. Então, o desequilíbrio é muito grande, as assimetrias são muito grandes, e o Paraguai é um sócio do MERCOSUL. As exportações brasileiras para o Paraguai são de 1.7 bilhões de dólares, as nossas importações são de 589 milhões de dólares. Temos um saldo comercial que dificilmente o Paraguai conseguirá, em futuro próximo, reverter ou equilibrar. Esses grandes desequilíbrios estruturais são fatores que criam tensões entre os países e que podem ocasionar ressurgimentos populistas, que poderiam usar a ameaça de uma hegemonia brasileira. Então, o esforço que fazemos visa levar ao Paraguai a segurança de que o seu futuro e o futuro do Brasil caminham juntos, que o bem-estar do Brasil pode se refletir no bem-estar do Paraguai. E ao Brasil interessa, considerando a sua imensa fronteira, os imensos fluxos de população entre os dois países. Temos hoje trezentos mil brasileiros vivendo no Paraguai, pelo menos quatro brasileiros já são prefeitos de cidades paraguaias. Diferentemente da fronteira com a Bolívia, onde há um afastamento maior de realidades históricas, culturais, e até geográficas, o Paraguai é uma continuação do pantanal brasileiro. É inevitável que o Paraguai orbite em torno do Brasil. Agora, não devemos ter com relação ao Paraguai uma política impositiva, uma política hegemônica de velhos padrões,

não podemos repetir com um sócio dessa relevância erros cometidos por outros grandes países. Devemos ter um diferencial, precisamos provar que vale a pena essa parceria. Se analisarmos as relações entre os grandes países do norte e os seus principais parceiros, constatamos que elas são muito mais construtivas e benéficas entre os Estados Unidos e o Canadá do que entre os Estados Unidos e a República Dominicana, o Haiti, ou a Guatemala. Os países se beneficiam quando os dois crescem, quando os dois estão bem, quando os dois estão prósperos. Manter um vizinho apequenado, sem perspectivas de futuro, sem orgulho de si mesmo e da sua cultura não é positivo para o desenvolvimento de longo prazo. Então, entendemos que esse esforço com relação ao Paraguai tem uma dimensão estratégica para o Brasil e nesse sentido temos buscado no Ministério da Cultura, dentro da nossa área de competência, dar uma contribuição positiva para essas relações. É nesse contexto que se inscreve a questão do canhão, que não pode ser reduzida ao seu aproveitamento ocasional por um ou outro político. Posto isto, também gostaria de enfatizar que não há da parte do Ministério da Cultura do Paraguai e nem do Ministério da Cultura do Brasil nenhum desejo de ensejar um revisionismo histórico ou uma nova interpretação da Guerra do Paraguai. A história existe, os eventuais debates devem estar circunscritos à área acadêmica dos historiadores, devemos evitar ao máximo que essa ação transpire para a área da retórica ou que contamine as nossas relações bilaterais. Somos todos patriotas, fomos educados sabendo quanto o conflito representou de sacrifício para o Brasil. Sabemos que o Brasil foi a parte agredida e se defendeu, que vários brasileiros foram vitimados pela fome, por doenças ou pelas armas paraguaias, que não houve nenhuma intenção do Brasil de genocídio e nem de tomar terras paraguaias, mas apenas de preservar a integridade do território nacional. Sobre isso não resta nenhuma dúvida, nem

é isso que estamos discutindo; estamos discutindo o futuro. O Paraguai foi o país que, por sua perseverança no conflito, praticamente se autodestruuiu. O Brasil, apesar de ter saído da guerra endividado, apesar de ter saído da guerra desgastado, manteve a sua unidade, manteve o seu destino de grande nação, e o Paraguai se apequenou, enquanto país. Mas, sem querer rever o passado, desejamos construir um futuro melhor, e gestos de boa vontade, gestos construtivos contribuem para minorar certas feridas do passado que possam, eventualmente, ensejar projetos políticos pequenos. Então, o nosso intuito não é fomentar o revisionismo, pelo contrário, é evitar que esse revisionismo tenha campo para prosperar, é mostrar com fatos concretos que esse revisionismo é completamente infundado, que esses temores de uma hegemonia brasileira não tem razão de ser. Então, essa é a nossa perspectiva, nesse sentido estratégico. Eu recordaria ainda o bicentenário do Paraguai, em dois mil e onze. A celebração paraguaia não está voltada para a guerra, mas para o período anterior à guerra, o momento de idealismo paraguaio, o momento da construção da nação. Então, é o momento de refletirem sobre si mesmos, sobre os destinos da nação, sobre o que pretendem para o seu futuro, sobre as relações entre governo e povo, sobre como eles se vêem dentro do continente. Nesse momento, o Brasil quer ser o amigo, quer ser o parceiro, quer ser o país que faz gestos de boa vontade, de grandeza com relação ao Paraguai. É nesse sentido que defendemos a devolução do canhão. Essa grandeza se reveste de uma dimensão moral, não por nos sentirmos culpados pelo conflito, mas uma dimensão moral no sentido de que fomos agraciados com o futuro mais brilhante pelo destino, que Deus nos favoreceu. Esse sentimento nos dá uma obrigação moral de superarmos um mero sentimento de conservar a posse de um troféu de guerra. Para a museografica brasileira ou mesmo a memória da guerra, não acredito, como o Ministro não acredita, que o canhão tenha tanto

valor assim. É uma peça muito bonita, naquele pátio interno do Museu Histórico Nacional, talvez seja o canhão mais interessante. Efetivamente, sendo retirado, ficaria um vazio. A nossa proposta é que seja colocada uma placa que comemore justamente a amizade do Brasil e do Paraguai. Efetivamente, não é isso que definirá se o Museu Histórico Nacional é ou não um grande museu, há outros fatores muito mais importantes. Agora, para os paraguaios, tem um significado muito grande, fundamentado na alegação de ter sido originado de sinos derretidos. Tem para os paraguaios um valor afetivo, simbólico, ainda que o fundamento histórico concreto desse simbolismo possa ser questionado. O canhão representa muito para quem tem pouco. Nós temos muito e podemos ter a grandeza de sermos generosos nesse momento. Queria só terminar essa exposição, me desculpo de antemão por ter me estendido tanto, mas me ocorreu um episódio da Ilíada, em que Aquiles, para vingar a morte do seu amigo Pátroclo, mata Heitor, campeão de Tróia e filho do seu rei, Príamo. Após matá-lo, Aquiles arrasta o corpo de Heitor, várias vezes, em torno do túmulo de Patroclo. A grandeza do poema transparece no último capítulo quando, vislumbrando a sua derrota final depois da morte do filho e campeão de Tróia, Príamo, abatido e vestido de mendigo, vai à tenda de Aquiles pleitear o corpo do filho. O poema não termina com a vitória grega, o poema termina com um gesto de grandeza dos gregos quando Aquiles supera a sua ira. A honra e a grandeza dele são mais importantes para a sua eternidade do que a sua ira, e ele trata com grande cortesia o inimigo, naquele momento, e devolve o corpo do filho. A grandeza está em que o grande herói conseguiu superar a sua ira e conseguiu, naquele momento, estar à altura dos valores éticos e morais da sociedade que produziu o poema. Então, da nossa parte, o futuro das relações com o Paraguai é esse, saber que vencemos a Guerra do Paraguai e continuamos a vencê-la todos os

dias com a nossa grandeza. Maiores seremos se soubermos ter essa gentileza com o Paraguai, ter desprendimento suficiente para devolver esse troféu de guerra que pouco representa para nós, mas que muito pode servir para o reforço da auto-estima dos nossos vizinhos.” O Presidente após agradecer, apresentou os seguintes comentários: “Desejo, mais uma vez, enfatizar que o procedimento relativo ao cancelamento do tombamento prescinde da opinião deste Conselho, mas entendi que o debate dessa questão no plenário seria uma forma de contribuir para a decisão do Senhor Presidente da República.” O Conselheiro Ulpiano Bezerra de Menezes pediu a palavra para as seguintes ponderações: “Senhor Presidente, acho que valia a pena acrescentar a esses aspectos de relações governamentais um esclarecimento sobre a política dominante no campo específico dos museus. Essa questão da repatriação, tecnicamente se diz repatriamento de bens culturais, começou a ser discutida logo depois da primeira guerra. Esse termo é muito específico do paralelismo que se criou entre as populações que se deslocaram em consequência da guerra, às quais se procurava conceder a possibilidade de acesso aos seus territórios de origem. A partir da década de oitenta, esta questão foi assumindo contornos bem mais definidos e servindo também para criar uma política de órgãos, como o ICOM - Conselho Internacional de Museus, vinculado à UNESCO, que favorece decididamente o repatriamento em três casos específicos. O primeiro, é o caso dos restos funerários. Criaram condições até de alterar a legislação relativa à cultura, especificamente a museus, em vários países; nos Estados Unidos, na Austrália, na Nova Zelândia e em outros mais, inclusive, até certo ponto, no Japão. Para restos funerários a devolução como regra, desde que se demonstrasse a vinculação, principalmente no caso dos museus antropológicos, das comunidades representadas com os restos orgânicos de seus antepassados, em museus. Em segundo lugar, os bens

cerimoniais que tivessem ainda relevância na prática de rituais importantes. Eu lembraria a respeito que o Museu Paulista, da Universidade de São Paulo, foi uma das primeiras instituições a devolver um bem, uma machadinha, na década de oitenta. Foi um caso célebre na medida em que o assunto correu pelo Conselho Universitário, e que se discutia sobretudo como repatriar uma machadinha. Em terceiro lugar, os troféus, e o problema surgido no bojo de discussão, aliás muito mal feita, sobre multiculturalismo, em outra área bem mais fundamentada, a dos direitos culturais. E isso se acentuou após o fim da guerra fria. E, nessa perspectiva, se considera que o troféu é a expressão de uma relação assimétrica. Isto é, o troféu sempre pressupõe, da parte de quem o detém, um tipo de exercício do poder e portanto, do ponto de vista cultural, não é recomendado. E eu diria mais uma vez, o Museu Paulista, por iniciativa própria, devolveu ao Paraguai uma camisa do Solano Lopes manchada de sangue. Então, há uma tendência, que naturalmente tem também contrapartida. Por exemplo, o chamado movimento dos museus universais que se acentuou a partir do ano dois mil. Museus, como o Museu Britânico, - que é objeto de uma disputa com a Grécia, desde os tempos da Melina Mercouri, por causa dos famosos mármores do Partenon, caso que não terá solução a curto prazo - diziam: nós representamos a universalidade da cultura. Essa argumentação é bastante suspeita, sobretudo porque uma parte considerável do acervo que formaram no século XIX ingressou por vias não diplomáticas. Então, acho que o caso do nosso canhão entra na categoria dos troféus. Queria anotar que a tendência política de museus, uma tendência que é, vamos dizer, aprovada e induzida pelas instituições, pelos organismos internacionais da área museológica, é justamente pela repatriação nesses três casos específicos. Eu diria que esses argumentos talvez sejam mais importantes do que as relações governamentais de outra natureza. Os interesses econômicos e políticos são

todos legítimos, mas eu não diria que eles tocam no mérito da questão. Com relação ao mérito, considerando essas as questões talvez mais relevantes que as demais, que não devem ser desconsideradas, mas não dizem respeito à especificidade da questão.” A Conselheira Jurema Machado pediu a palavra para apresentar as seguintes ponderações: “É quase uma questão de ordem, é uma dúvida que já manifestei informalmente quando soube desse caso, pode parecer um pouco esdrúxula, mas gostaria de vê-la discutida aqui. Qual é a relação entre uma eventual repatriação e o tombamento? Na verdade, tenho dificuldade de concordar com o cancelamento do tombamento como está sendo discutido aqui. Não teria dificuldade nenhuma em devolver um troféu de guerra, não tenho nenhuma especial predileção por troféus de guerra, do ponto de vista estritamente pessoal. Mas não é o caso e não se aplica aqui. A minha dificuldade é concordar que esse objeto não tem importância porque destombar é dizer que ele não tem ou perdeu seu significado. E ele tem significado, tem significado para o Brasil e tem, de forma simétrica, para o Paraguai. Agora, a minha pergunta é: qual a relação entre o destombamento e a repatriação? Um objeto reconhecido como patrimônio cultural brasileiro não pode estar exposto no território de um outro país? Por que um objeto reconhecido como patrimônio brasileiro, um bem móvel, que não teria nenhum prejuízo à sua integridade, deveria ser destombado por ficar exposto fora do país?” O Presidente, após adiantar que, na sua compreensão, um objeto tombado como patrimônio nacional só poderá sair do Brasil em caráter temporário, passou a palavra ao Procurador Geral do IPHAN, Antonio Fernando Alves Leal Neri, para os esclarecimentos transcritos a seguir: “O repatriamento de bens tombados implica, na realidade, em várias questões. Primeiro, a natureza do bem. Estamos tratando de um bem público pertencente ao Museu Histórico Nacional. A outra questão que se coloca é como bens

tombados poderiam sair do país. O Decreto-lei nº 25 somente permite a exposição temporária desses bens por curto prazo, é extremamente claro nesse sentido. Vou ler para os Conselheiros, porque esclarece bem essa questão, o seu art 14: ‘A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional’. O art 15 estabelece: ‘Tombada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do país da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar’. Então, este é um aspecto. Com relação ao cancelamento do tombamento, caso fosse determinado pelo Presidente da República, e também por se tratar de um bem público, precisaria haver uma autorização legislativa que possibilitasse a remessa, e desafetá-lo, para ser encaminhado a outro país. Caso se decida pelo cancelamento do tombamento e pela repatriação, deve ser considerada a natureza do bem público em si, os bens públicos são inalienáveis. Então, para que se faça a doação é necessária autorização legislativa. São esses aspectos que devem ser considerados.” O Presidente agradeceu e concedeu a palavra ao Conselheiro Synésico Scofano Fernandes para a seguinte manifestação: “Seguindo a idéia do nosso Presidente, considero essa referência sobre o IPHAN e o Conselho muito interessante, porque a competência de destombar o bem cabe ao Senhor Presidente da República. Então, vejo que nós devemos apreciar a questão na estrita competência do nosso Conselho. Vou expor o meu ponto de vista, que é um ponto de vista em respeito ao Presidente do IPHAN, a todos os Senhores Conselheiros e a todos os funcionários da nossa Instituição. Há algum tempo venho acompanhando essa questão do canhão **El Cristiano**, cerca de um ano mais ou menos. E confesso aos Senhores que eu não conhecia muito sobre o assunto e me surpreendi pelo tamanho da celeuma

que este tema está produzindo em nossa sociedade, nos seus estamentos culturais. Fiquei realmente surpreso com o número de intelectuais, de instituições que estão se pronunciando sobre a questão. Existem abaixo-assinados de mais de quatro mil pessoas, vários deles contrários ao destombamento e à devolução desse canhão. Fiz um estudo sobre a natureza das argumentações que estão embasando esses diferentes pontos de vista. Tem o ponto de vista também, embora muito pouco freqüente, de entidades e pessoas que concordam com a iniciativa. Vejo, separo, classifico em duas grandes categorias. Alguns estudos, alguns posicionamentos se referem a uma ação da política externa, de fato competente, muito responsável, no sentido de alargar o nosso relacionamento político na América do Sul, principalmente na área do MERCOSUL. Alguns fazem esse embasamento de natureza econômica, do relacionamento político internacional. São argumentos muito fortes e muito consistentes. A outra categoria se refere a um problema histórico. Tenho certeza que nenhum de nós quer fazer revisionismo histórico, não passa isso pela nossa cabeça, mas o problema é que o anúncio da questão do **El Cristiano** já produziu esses estudos de revisionismo. O fato está aí, independente agora de ser nossa intenção, ou não. E quanto a esse aspecto, que é um aspecto tão importante quanto o da política externa, me permito cansar os Senhores Conselheiros, mas tenho o dever de produzir essas idéias e de expô-las aos Senhores: 'O debate sobre a interpretação dos fatos históricos ou dos acontecimentos que constituem a história objetiva é sempre um capítulo aberto, capaz de suscitar controvérsias, pontos de vista coincidentes, antagônicos ou parcialmente divergentes. Essa questão decorre, de um lado, das possibilidades das características do conhecimento humano e, de outro, da natureza do que se denomina fato histórico e tem sido um dos campos de grande interesse na Filosofia. O acontecimento, no devir humano e na trama

do social, não se repete e se perde no tempo, no momento mesmo em que ocorre, o que torna impossível a reconstituição de suas exatas causalidades e conseqüências. Essa impossibilidade de reconstituição precisa do acontecido conduz ao campo da subjetividade, em que o entendimento procura reconstruir o passado, um objetivo inatingível, mas a fonte estimuladora de todo o nosso conhecimento nessa área. Na verdade, o fato histórico é construído por nossa subjetividade, pelo historiador. Como diria Lucian Febvre: *Não há o Passado - este dado - o Passado, esta coleção de cadáveres em relação aos quais a função do historiador consistiria em encontrar todos os seus números, para fotografá-los e identificá-los um a um. Não há passado que engendra o historiador. Há o historiador que faz nascer a história.* A subjetividade é constitutiva do conhecimento, que decorre da própria história. No entanto, como já apontou Renouvin, é necessário cautela em relação à *tendência de buscar no passado argumentos históricos propícios à concretização de teses políticas atuais, falseando a pesquisa e levando, muitas vezes, os historiadores a sacrificar a sua independência espiritual, pelo desejo de servir a teses políticas momentâneas ou ideológicas.* Ocorre, no entanto, que esse não é o campo das questões fundamentais que podem orientar uma decisão ou uma orientação de desimplantar ou não o tombamento do Canhão **El Cristiano**. Não se trata de discutir ou reinterpretar a Guerra do Paraguai, de modo a procurar uma justificativa que viabilize a decisão política já anterior ao exame do problema, de devolvê-lo ao Paraguai. O que está em jogo é a significação do objeto **El Cristiano** e ousar dizer que é extremamente significativo e importante na nossa sociedade. A sua importância simbólica para muitos segmentos da sociedade brasileira é evidente. Basta consultar a mídia para se constatar os inúmeros posicionamentos contrários à providência de devolver o Canhão aos paraguaios, posicionamentos veementes e

defendidos com argumentos consistentes, oriundos de intelectuais, entidades de natureza cultural, representantes de entidades da sociedade civil e, segmentos militares. Correm, na mídia, abaixo-assinados contra essa medida. Por que essa reação preventiva com um ato cogitado, mas ainda não efetivado? O que está movendo isso? Porque o **El Cristiano** tem um simbolismo forte que afeta, ainda hoje, diferentes segmentos de nossa sociedade. Na verdade, ele é um lugar de memória, categoria proposta por Pierre Nora. É um objeto cultural, que relaciona a memória coletiva à identidade do grupo social. É um fragmento material de um passado, construído, ou melhor, em construção, que simboliza e reforça valores essenciais para a sobrevivência das nações: o patriotismo e a responsabilidade social. O **El Cristiano** não nos pertence apenas a nós brasileiros, que vivemos os nossos dias, mas está indissolivelmente ligado aos três mil brasileiros mortos, há quase 150 anos, em Curupaiti. Mortos porque a nação brasileira necessitou desse sacrifício, naquele momento, não importa qual a interpretação que se construa em relação ao conflito, que de fato ocorreu. Qual a legitimidade que nos outorga o poder de desconstruir esse simbolismo? Qual a razoabilidade que pode sustentar uma providência da entidade protetora dos bens culturais e históricos da nação brasileira contrária à sua própria finalidade institucional? Além do mais, em outros níveis de cogitação, muito abaixo dessa questão fundamental, anteriormente apontada, transitam indagações, notícias, dúvidas e reflexões. Por exemplo, recentemente, foram devolvidos ao Paraguai objetos pessoais de Solano Lopes, dentre os quais a sua espada de general, uma demonstração inequívoca da boavontade brasileira. O Paraguai mantém, em exposição permanente, no Parque Nacional de Vapor Cué, a belonave brasileira Anhambahy, tomada das Forças Brasileiras em 1865, durante as operações de invasão do Mato Grosso. São

feitas solenidades de exaltação do poder paraguaio em relação ao brasileiro. Os jornais de Assunção têm veiculado ultimamente notícias sobre os entendimentos entre os governos do Brasil e do Paraguai com o objetivo de viabilizar a devolução do **El Cristiano** até o final deste ano de 2010. Tratam, também, da entrega ao Paraguai de documentos históricos sobre a Guerra do Paraguai, que estariam com o Brasil e que se seguiriam a essa iniciativa. No meu entendimento, essa possível devolução do **El Cristiano**, decerto, romperá um simbolismo que se relaciona com a própria construção da nossa sociedade. Seria um ato de esquecimento ou mesmo de traição para com os brasileiros mortos em nome da própria nação brasileira. Seria um ato contrário à preservação de um valor histórico de grande importância que está sob a vigilância do IPHAN e de acordo com decisões já tomadas por este Conselho. É o meu ponto de vista.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Maria Cecília Londres para as seguintes considerações: “Vou me limitar, não sou jurista, acho que é uma questão, do ponto de vista do Exército, das Forças Militares, que têm uma especificidade muito clara. Como o Conselheiro Synésio Scofano Fernandes acabou de dizer, como o Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses lembrou, são pontos de vista bastante conflitantes, e é natural que ocorram em relação à avaliação de um bem que foi produzido em outra nação e foi trazido como troféu de guerra em situação histórica muito definida. Quer dizer, me parece que na administração desses conflitos podemos até opinar, mas é uma questão que transcende um pouco a competência deste Conselho, porque é uma decisão do Governo Brasileiro, não é uma decisão do Conselho Consultivo do IPHAN.” O Presidente tomou a palavra para fazer o seguinte comentário: “A minha intenção não é colocar em votação, aqui, a indicação do cancelamento do tombamento desse bem. Acho que o nosso papel aqui é produzir uma reflexão que possa servir de subsídio

para a tomada de decisão do Senhor Presidente da República.” A Conselheira Cecília Londres retomou a palavra para a seguinte complementação: “Então, só posso falar do meu lugar, que é muito diferente do lugar do General Synésio Scofano Fernandes, que é muito diferente do lugar do diplomata Marcelo Dantas, é o lugar de alguém que trabalha com os bens patrimoniais, com os bens significativos não só de identidade das nações e, cada vez mais, com bens importantes em termos de reconhecimento da diversidade cultural, com a idéia da paz, do diálogo, da troca das nações. Então, do meu ponto de vista, como Conselheira, me parece, na medida em que há a alegação de um simbolismo, que o ferro usado para fazer os canhões foi obtido com o derretimento de sinos - ouvi dizer e não sei se é verdade - me parece que o pedido de repatriação segue uma tendência atual e há interesse de que as relações entre Brasil e Paraguai não sejam relações baseadas em diferenças mas se reforcem cada vez mais como parceiros no MERCOSUL, parceiros na América Latina, parceiros em termos de projetos comuns, como o Projeto Guarani, só para lembrar um exemplo. Para mim, o ato do Brasil atender a um pedido do Paraguai não impede que façamos um pedido de devolução da fragata, que me parece bastante legítimo, bastante afinado com a tendência de que os bens culturais sejam vistos como instrumentos para a construção do diálogo, e instrumentos para construção da paz. Tenho a informação de que, em certo momento, bens manuscritos que estavam em depósito na Biblioteca Nacional, trazidos também durante a guerra, foram devolvidos ao Paraguai sem grandes problemas, sem grandes discussões, no processo de negociação de Itaipu. Claro que um canhão tem outro sentido. Estou expressando o meu ponto de vista, apenas para acrescentá-lo à discussão.” Prosseguindo, o Presidente passou a palavra à Conselheira Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira para os seguintes comentários: “Porque esse canhão se chama **El**

**Cristiano?** Pelo fato de ter sido fundido com o bronze dos sinos das igrejas? Então, eu gostaria de colocar a questão em um sentido mais amplo, vamos esquecer o século XIX, vamos voltar às origens. Esse bronze provavelmente é dos sinos das igrejas jesuítas da região, as únicas que existiam. Nesse sentido a história do Paraguai me comove muito porque foi uma espécie de destroço de um projeto utópico de América Latina. Os jesuítas queriam implantar um estado no centro do Brasil, estavam descendo pelos afluentes do Amazonas e subindo pelos afluentes do Prata, é muito sintomático que houvesse missões, trinta povos das missões aqui em baixo e trinta em cima. Quando montei uma exposição em São Paulo, pudemos ligar as imagens jesuítas do norte às do sul. Conheço Ticio Escobar, é da Associação Brasileira de Críticos de Arte. Considero essa idéia de estabelecer laços culturais com o Paraguai do maior interesse. Gostaria de sugerir entre esses projetos conjuntos com o Paraguai, talvez o projeto de uma grande exposição sobre os jesuítas, porque isso nos une. Considero curioso um canhão chamado **El Cristiano**, que nos faz voltar às missões jesuítas, um patrimônio comum que temos com o Paraguai. Nas pesquisas que andei fazendo sobre esse assunto constatei que os jesuítas estavam armando os índios pelo Brasil inteiro, foram descobertos quando uma comissão incumbida de fazer demarcação territorial encontrou um estado indígena jesuíta armado no centro da América Latina. Tive o gosto de orientar uma tese de doutorado de uma pesquisadora do Pará sobre esse assunto, que está sendo estudado, há uma série de revisões sobre esse tema ainda controverso da História do Brasil. Mas de qualquer maneira, considero essa idéia de retomar essas ligações culturais com o Paraguai do maior interesse. Não vou me pronunciar sobre a nossa história recente, não é a minha área, mas esse aspecto mais antigo, muito comovedor, seria interessante.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Eugênio de Ávila Lins para as

seguintes considerações: “Gostaria de pautar uma questão que a Conselheira Jurema Machado levantou sobre aspectos do destombamento. É bom colocar que o decreto que permite o cancelamento do tombamento nunca foi pensado com relação à perda do valor do patrimônio. Todos os cancelamentos que ocorreram, e foram poucos, ocorreram por uma questão política ou por uma questão de ordem econômica, jamais pela perda do valor do bem cultural.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Luís Phelipe Andrès para os seguintes comentários: “Confesso que é a primeira vez que entro em contato com o tema, por isso tenho cautela na minha colocação. Percebo que não se trata de algo que ocorrerá de forma tranqüila, pelos argumentos que já foram colocados aqui, e que são fortes, de ambas as partes. Então, já que o nosso propósito não é colocar o tema em votação, mas sim suscitar algumas idéias, queria fazer uma sugestão. Trata-se de fato relevante para as duas nações. Qualquer que seja a solução final, se o canhão ficar de um ou de outro lado, haverá sempre algum descontentamento forte de parcelas significativas. O Brasil foi capaz de construir uma empresa binacional em campo que considero bastante complexo também, o das relações comerciais difíceis de conciliar; um empreendimento grande - uma usina hidrelétrica - foi realizado e vem funcionando. Então, em nosso pequeno campo da cultura, porque não criamos uma organização binacional? Um museu comum aos dois países, que tivesse como acervo esse canhão e outras peças, como foi mencionado pelo Conselheiro Synésio Scofano Fernandes, e que nesse espaço comum aos dois países se constituísse, doravante, num memorial histórico que também passasse a reunir documentos resultantes de um cenário conflituoso, difícil sempre de ser equacionado sem que alguma das partes se sinta prejudicada. Seria a criação de um espaço comum entre as duas nações, próximo da fronteira, ou na fronteira, e não seria tão difícil para dois países que estão

empenhados em conviver harmoniosamente. Construindo um campo comum, que seria para sempre um campo de união, de paz e de celebração, respeitando o que aconteceu, sem passar a borracha, sem tentar ignorar aqueles que morreram na Retirada da Laguna e em outros conflitos no âmbito dessa guerra. Essa é a minha sugestão que talvez pudesse ser levada adiante, inclusive em respeito às dificuldades legais mencionadas. O Brasil não poderia doar sem autorização legislativa. Considero inconveniente por Medida Provisória, porque iria, de certa forma, excluir da representatividade do povo brasileiro a participação nessa decisão. Há dificuldades legais, institucionais, existe a questão específica do tombamento, já colocada pela Conselheira Jurema Machado. Enfim, a minha sugestão é que se propusesse a criação desse museu binacional não só para o canhão **El Cristiano**, mas também para todo o acervo resultante do conflito.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart Reis para as seguintes considerações: “Senhor Presidente e Senhores Conselheiros, havia imaginado alguma solução mais modesta, como uma permuta, porque seria uma troca de valores simbólicos. Mas obviamente, apesar das minhas raízes em Minas Gerais, nasci em São Paulo e não consigo superar aqueles mineiros que trabalham no Maranhão. A habilidade do Conselheiro Luiz Phelipe Andrès cobre largamente o que eu iria propor como solução prática. Acho muito mais perfeita. Mas acho que nós devemos deixar muito clara a existência de duas linhas de raciocínio político, diferentes e que convivem, são contraditórias e existem nos nossos séculos XIX, XX e XXI. A grande lição europeia no século XX foi a construção da União Europeia, por cima de todas as guerras, de todo o passado, de todo o sangue derramado, e até por isso mesmo. É uma lição extraordinária de capacidade de construir a paz e o futuro superando as diferenças. Nesse espaço assim construído, o **El Cristiano** e outras peças

passariam a ser o que são, referências históricas e não tributos permanentes ou afirmações permanentes de desigualdades. No caso do Brasil, estamos vivendo dois momentos coincidentes no tempo, mas não coincidentes em seus objetivos. Por um lado, somos movidos por idéias generosas de entendimentos universais que crescem e nos impõe respeito, mas, por outro lado, estamos numa etapa em que o país se desenvolve como potência industrial e as suas relações com os vizinhos se tornam mais complexas. Precisamos ter cuidado, ao meu ver, para que esses entendimentos com os nossos vizinhos menores não se façam com a mesma desigualdade. Neste sentido, acho a solução dada pelo nosso colega mineiro maranhense, Conselheiro Luiz Phelipe Andrès, brilhante. Devemos ser propositivos como foi o projeto da União Européia e isso não deve ser realizado para ocultar o interesse de empresas brasileiras entre os nossos vizinhos. Os objetivos econômicos devem estar ligados a uma perspectiva histórica maior; de outro modo vamos repetir os erros que têm ocorrido em outras regiões e têm justificado guerras infinitas e perdas de vida em larga escala. Portanto, para que a troca, se existir, e a cooperação não sejam desiguais, é preciso que o projeto envolva os dois lados, doação simples me parece uma reafirmação da desigualdade do ponto de vista diplomático, porque isso nos vem pela via diplomática. A solução mineira me parece muito mais generosa porque ela propõe a criação de coisas novas, que viriam superar, no plano da cultura e da política, aquelas que estão no passado e como tais devem ser respeitadas porque, dos dois lados, existem questões de valor. Então, o reconhecimento do valor envolve um trabalho outro que não é simplesmente fazer uma doação. A idéia de um projeto comum de reconhecimento histórico parece fundamental e me leva a lembrar o comentário da Conselheira Myriam Ribeiro de que temos um imenso território de trabalho das nossas raízes indígenas comuns com o Paraguai, um valor

cultural muito grande, e que não está sendo reconhecido. O trabalho que nós fizemos há pouco para o IPHAN sobre as Capitanias do Sul trouxe para mim ensinamentos enormes em relação a isso. A importância dessa contribuição para a nossa história está por ser efetivamente reconhecida. Portanto, nós temos campos comuns de valorização. Eu pensava em propor uma permuta eventual e acho a questão melhor resolvida na permuta permanente ou numa troca permanente de idéias. É o modo com o qual vejo isso, e não diminui em nada a intenção política do Governo Federal, ao contrário, contribui para a ampliação desse projeto. Obrigado.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Synésio Scofano Fernandes para a seguinte manifestação: “Ouvi atentamente a contribuição dos Senhores Conselheiros, muito construtiva. Gostaria de voltar aqui a enfatizar essa questão da memória, de lugar. O canhão **El Cristiano** - me surpreendi com o estudo do tema, não pensei que tivesse uma repercussão e uma profundidade tão grande em diversos segmentos de nossa sociedade - tem um simbolismo, uma importância muito grande não só para as Forças Armadas, mas para a sociedade civil estudiosa do assunto. Na minha percepção pessoal, a idéia do Conselheiro Luiz Phelipe Andrès, como sempre, é luminosa. Acho que esse caminho, se fosse explorado, resolveria a questão do canhão **El Cristiano** e de outros bens brasileiros em poder dos paraguaios, que se recusam a devolvê-los ao Brasil alegando que foram tomados durante uma ação militar. Comungo também, numa situação limite, com a troca simbólica de valores, porque nós temos lá uma belonave que foi tomada e poderia ser trocada em solenidade para demonstrar a boa vontade mútua dos dois países. Então, são dois caminhos que, posso estar profundamente enganado, favorecem um apaziguamento dessas posições personalistas da nossa sociedade. Se construiria um espaço comum de culto a esses valores no território brasileiro

ou fronteiroço, e lá se reuniriam esses bens, ou far-se-ia uma troca de bens culturais. Na minha visão, são dois caminhos extremamente promissores pelos quais chegaríamos a uma decisão política que satisfaria a todos.” Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Roque Laraia para as seguintes considerações: “Queria aproveitar a idéia do meu conterrâneo mineiro, porque também sou mineiro, buscando uma situação de conciliação. Acho muito importante tudo o que foi dito aqui, reconhecendo o valor histórico desse canhão e de outros troféus de guerra que estão nos dois países. Essa proposta poderia se desenvolver no âmbito da UNILA, universidade que o Governo Brasileiro está construído em território binacional, em Itaipu. Da mesma forma que Itaipu se constituiu em um empreendimento binacional, não sabemos que parte de Itaipu é do Brasil e que parte é paraguaia, essa universidade está sendo construída pelo Governo Brasileiro nesse espaço. Acho muito interessante para uma universidade, que tem o seu curso de História, que pode ter o seu curso de Museologia, ser a depositária dos troféus de ambos os lados, porque também não me parece justo que a doação seja feita apenas de um lado, e continue havendo troféus no outro, porque, de certa maneira, iria ferir os brios nacionais de ambas as partes. Então, acho essa proposta muito boa e me parece exequível pela existência desse espaço.” Prosseguindo, o Presidente passou a palavra à Conselheira Jurema Machado para a seguinte manifestação: “A mim também me parece muito interessante a possibilidade de um espaço comum, mas ao mesmo tempo que se fala de assimetria, parece haver uma simetria muito grande nesses desejos. As manifestações que o Conselheiro Synésio Scofano Fernandes informa estarem ocorrendo no Brasil, e o empenho do Governo do Paraguai em obter de volta esse troféu, ambas não são pacifistas. Na verdade, é uma questão um pouco desagradável porque o pacifista seria, e quem sabe

no futuro não poderíamos sugerir, derreter esse canhão e transformá-lo em sinos novamente. Esse seria o grande projeto. Agora, queria lamentar a ausência da representação do IBRAM, porque imagino que essa discussão tenha ocorrido naquele Instituto.” O Presidente tomou a palavra para apresentar o seguinte esclarecimento: “São dois processos diferentes. Cabe ao IPHAN discutir a questão do cancelamento do tombamento, e ao IBRAM compete opinar sobre a política museológica relativa ao Museu Histórico Nacional. Não havendo outros pronunciamentos, devo fazer uma consulta ao Conselho porque, inicialmente, havia imaginado conduzir esse debate no sentido de reproduzir a opinião dos Senhores Conselheiros a fim de que servisse de insumo à tomada de decisão do Senhor Presidente da República. Agora, preciso consultar os Senhores Conselheiros se é o caso de fazermos alguma sugestão, algum encaminhamento. No final, me parece, percebi uma proposta sendo construída. É o caso, ou não, deste Conselho ter uma proposta; no meu ponto de vista só me cabe fazer as considerações.” O Conselheiro Liberal de Castro pediu a palavra para o seguinte posicionamento: “Recebi antecipadamente outras matérias que seriam tratadas nesta reunião, mas dessa tomei conhecimento agora. Fiquei procurando encontrar uma solução para o problema e, evidentemente, a sabedoria mineira traz uma solução de muito interesse e, contrariamente ao que sugere o nosso Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, seria um museu da amizade entre Brasil e Paraguai. A solução me parece muito boa, é uma proposta interessante porque eles não devolverão coisa alguma, apesar de todas as recomendações, eles não devolvem nada, devolvem argumentos já conhecidos. Então seria ideal, porque evitaria esse processo do cancelamento do tombamento. Acho que seria uma saída para evitarmos muita discussão, muitos problemas, embora pessoalmente não tenho nenhuma ligação com o passado. É isso que eu

gostaria de apoiar. Não seria o museu da guerra, seria o museu da amizade.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Eugênio de Ávila Lins para as seguintes considerações: “Acho que, de certa forma, existe um consenso entre os membros do Conselho no sentido de que, talvez, essa seja uma oportunidade de criar-se algo novo diante dessa situação. Com a existência da Itaipu Binacional, e a universidade que está sendo implantada nessa região, de certa forma, há uma possibilidade de ser criado um campo de estudo, um campo que nos une e nos diferencia do Paraguai, resgatando até um pouco das missões jesuítas. Tenho muito medo da palavra museu, mas criar um centro de estudo, onde esses documentos, essas peças possam estar preservadas e sejam motivo de reflexão e de estudo, acho que nesse sentido, os dois países ganhariam bastante e, de certa forma, estaria também resgatada um pouco da utopia que existiu naquela região, com os povos guaranis. Se não estou enganado, existe um consenso nesse sentido. Quanto aos cancelamentos de tombamento, Conselheiro Liberal de Castro, eles sempre estiveram ligados às ditaduras.” O Presidente tomou a palavra para o seguinte esclarecimento: “Talvez eu não tenha explicitado exatamente meu pensamento. Acho que há uma diferença entre o Conselho ter uma posição e o Conselho ter uma sugestão. Acho que deveríamos conduzir a resposta ao Ministro da Cultura com as considerações do Conselho. É isso que estou sugerindo, que o Conselho me dê o aval, menos à posição do Conselho e mais à consideração do Conselho. Porque as sugestões fazem parte da posição.” O Conselheiro Nestor Goulart Reis tomou a palavra para as seguintes considerações: “Apenas para observar que seria interessante enviar ao Paraguai os registros desta sessão. Acrescentaria uma pequena observação: acabamos de aprovar uma lei sobre raças no Brasil na qual há menção a brancos, africanos e não há menção aos indígenas e aos mamelucos. Eu, como mameluco que sou, assumido, me

senti profundamente ofendido. Nesse sentido quero contar com a compreensão dos paraguaios para um estudo maior da contribuição dos povos indígenas na formação do Brasil. Alguém, que recentemente criticou essa lei, escreveu um artigo dizendo que três povos chegaram ao Brasil, o que não é verdade. O terceiro povo estava aqui, foram os outros que chegaram. Os paraguaios também descendem dos nossos parentes que estavam lá. Creio que temos muitas coisas a discutir em conjunto com os paraguaios. Eles devem ter conhecimento do nosso ponto de vista.” O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: “Obrigado Conselheiro. Faremos um encaminhamento da transcrição desta discussão, espero que ela, de fato, sirva de insumo para a tomada de decisão, se houver, nesse caso. Vamos tratar ação de impugnação do tombamento do **Edifício Touring Clube do Brasil**, em Brasília. Pediria então ao Relator, Conselheiro Nestor Goulart, que fizesse os seus comentários. O Conselheiro Nestor tomou a palavra e leu o parecer transcrito a seguir: “**PROCESSO DE TOMBAMENTO 1.550-T-07**. Parecer sobre o recurso interposto pela Global Distribuidora de Combustíveis Ltda., à notificação de tombamento apresentada pelo IPHAN, referente ao imóvel conhecido como Touring Clube do Brasil, projetado por Oscar Niemeyer, situado no Setor Cultural Sul, Via L, Lote 01, em Brasília-DF. 1) DOS FATOS. 1.1) Em 06/12/2007, no exame das medidas de proteção a obras de Oscar Niemeyer, o Conselho Consultivo do IPHAN aprovou, entre outras, a proposta de tombamento do edifício conhecido como Touring Clube do Brasil, em Brasília. 1.2) Em 18/12/2007, respondendo à notificação número 80-2007-GAB/PRESI, a Global Distribuidora de Combustíveis Ltda., com sede em Brasília-DF, solicitou cópia integral do processo de tombamento do imóvel em que esteve instalado o Touring Clube do Brasil, hoje propriedade da interessada. O acesso foi concedido, conforme registro às fls. 22, firmado por

Fabiana Pimentel. A interessada apresentou impugnação a 19/12/07. O processo foi arquivado por engano junto à presidência em Brasília e não teve prosseguimento. 1.3) Em 11/08/2010, a Global Distribuidora de Combustíveis Ltda., em nova iniciativa, solicitou ao Presidente do IPHAN apreciação da impugnação de 19/12/2007, bem como acesso ao amplo ao processo de tombamento (Cf. fls. 402 a 404). Em atendimento amplo direito de defesa, a solicitação de vistas foi acolhida pelo Procurador-Geral/PF/IPHAN, bem como foi facultada a apresentação de manifestação, no prazo de 15 dias a contar do recebimento do ofício (fls. 411-412). 1.4) Conforme nota firmada por Núbia Bispo dos Santos, em 15/09/2010, os representantes da Global Distribuidora, não compareceram à Procuradoria para obtenção de cópia do processo de tombamento (fls. 411-verso). 1.5) Todavia, um documento datado de 13/09/2010 e firmado por seu Sócio-Gerente Welinton Baltazar Caetano, denominado de “2ª Impugnação” apresentou suas razões, ratificando e retificando o conteúdo de sua carta de 19/12/07 (Cf. fls. 415 a 422). 1.6) Em 18/10/2010 o Diretor substituto do DEPAM, José Leme Galvão Junior, encaminhou ao Procurador-Chefe Memorando com a avaliação da impugnação proposta pela empresa Global Distribuidora de Combustíveis (fls 430-431). Preliminarmente, levantou uma questão fundamental: *“Inicialmente é preciso reiterar que o Conjunto Histórico Paisagístico do Plano Piloto de Brasília está tombado nos termos do DL 25/37, logo portanto todos os bens imobiliários, logradouros e demais glebas não consignadas para uso urbano estão submetidas à especial tutela do poder público federal. Isso implica que o tombamento em processo do conjunto das obras do arquiteto Oscar Niemeyer, em específico aquelas que integram o Plano piloto de Brasília visa agregar mais valores a bens já tombados em processo anterior e perfeitamente vigente. Essa condição liminar faz com que o mérito da*

*impugnação resulte excêntrico e injustificado*”. (fls. 430). A seguir, o Memorando demonstra, ponto por ponto, a impropriedade dos argumentos levantados pela impugnante. 1.7) O processo foi relatado pelo Procurador-Geral Antonio Fernando Alves Leal Néri (fls. 458-483), que no Parecer Nº 22/2010 destacou a fundamentação jurídica do tombamento em questão e reiterou as observações do Diretor Técnico substituto, sobre as impropriedades da argumentação da interessada. 2) DO PARECER. As alegações da Global Distribuidora de Combustíveis Ltda., para impugnação do ato de tombamento, revelam pouca familiaridade com os procedimentos técnicos adotados pelo IPHAN ou com seus fundamentos legais e foram respondidas ponto por ponto pelo Diretor Substituto do DEPAM e pelo Procurador-Geral. Mesmo considerada a alta qualidade daqueles dois trabalhos para o IPHAN, cabe destacar algumas questões, para esclarecimento dos senhores Conselheiros e para melhor embasar este parecer. 2.1) Os representantes da Global Distribuidora alegam que não caberia tombamento do Touring Clube, pois este não foi incluído na lista de Oscar Niemeyer, na inicial do processo de tombamento de suas obras. A alegação mostra desconhecimento dos procedimentos rotineiros do IPHAN e seus fundamentos legais. As razões constam no processo. Em nossa “Proposta de Tombamento do Conjunto das obras de Oscar Niemeyer”, apresentado ao Conselho Consultivo do IPHAN em reunião de 06/12/2007, como parecer sobre o conteúdo do processo correspondente, deixamos claro, desde logo, que não caberia ao Conselho examinar apenas as obras indicadas por aquele ilustre arquiteto, mas deveria ser realizada uma avaliação do conjunto de seus trabalhos, para que o processo de tombamento se efetivasse com critérios do próprio Conselho, já que este não pode ser subordinado a decisões externas. O Conselho jamais se prende às formas e conteúdos de solicitações de

tombamento de bens culturais, que constem nas iniciais dos processos. Na forma da lei, qualquer cidadão pode, a qualquer tempo, propor o tombamento de um bem cultural. Mas as decisões do IPHAN sobre a matéria cabem exclusivamente ao Conselho Consultivo, por mais ilustres que sejam os proponentes. 2.2) a interessada alega que o bem cultural sofreu mudanças ao longo de décadas, em decorrência de formas de uso inadequadas. A alegação não procede. Todos os bens culturais sofrem mudanças e desgaste ao longo do tempo. As mudanças são superadas com os trabalhos de restauro, que fazem parte das rotinas do IPHAN e de todas as agências de proteção a bens culturais, em qualquer país do mundo. O restauro só não é possível quando as mudanças são irreversíveis (como nas demolições) mas esse não é de nenhum modo o caso, como bem observou o Diretor Substituto do DEPAM, José Leme Galvão Junior em seu excelente trabalho. 2.3) Em documento de folhas 415 a 427 dos autos, apresentado a 13/09/2010, a Global Distribuidora de Combustíveis afirma que o bem cultural em questão sofreu: “*Uma grande degradação urbanística*”. (sic.). A afirmação, cujo sentido técnico não é muito claro, recomenda um esclarecimento. O edifício Touring Clube ocupa em Brasília uma posição ímpar, em função dos critérios gerais de urbanização do plano de Lucio Costa. Daquele ponto, assegura-se excepcional visibilidade sobre o Eixo Monumental. Ao mesmo tempo, segundo as diretrizes do plano, daquele ponto, pela plataforma, deve-se ter acesso às áreas de atividades culturais e lazer da parte central de Brasília cuja construção está sendo completada nas épocas mais recentes, do Teatro Nacional até o Pavilhão da Biblioteca Nacional. O local foi proposto para ser articulado às áreas ocupadas pelos seus comerciais, nas proximidades, bem como os setores de hotelaria e escritórios. Trata-se portanto da área mais nobre de articulação das várias formas de uso central, bem como local privilegiado, com sua vista sobre o

conjunto. Nessas condições, devemos destacar que o bem cultural em questão não apenas trazem-se valor arquitetônico inegável, como também valor urbanístico especial, que fundamenta a importância de seu tombamento e sua inclusão na relação dos bens que exigem proteção especial por parte do IPHAN, estendendo-se à sua área envoltória. A proteção especial aqui mencionada é a que cabe a alguns dos principais edifícios e espaços que integram o Plano Piloto. Este já foi protegido por ato de tombamento no ano de 1990. Naquela época, decidiu-se pela proteção da escala do Plano de Brasília, enfatizando portanto os critérios de organização urbanística estabelecidos por Lucio Costa. Com o tombamento de determinados espaços e edifícios, visou-se especificar os que devem ser preservados na sua forma original e em suas áreas envoltórias, pela sua excepcionalidade. Nessa categoria especial, o Conselho Consultivo julgou por bem incluir o edifício do Touring. É a forma correta para evitar eventuais “*deteriorações urbanísticas*”. No caso, é preciso reconhecer também as peculiaridades artísticas do edifício, já destacadas pelo Prof. Matheus Gorovitz, em seu trabalho denominado “A Arquitetura de Niemeyer em Brasília”, que acompanha o processo. Assim, a proposta de tombamento aprovada pelo Conselho teve em vista simultaneamente a importância arquitetônica e importância desse edifício na definição dos espaços urbanísticos de Brasília. Sua preservação, como a de sua área envoltória, é fundamental. 3) CONCLUSÃO Pelos motivos expostos, nosso parecer é que a impugnação não pode merecer acolhida e o Conselho Consultivo deve manter a decisão de tombamento. Palácio Capanema 4/11/2010. Nestor Goulart Reis – Conselheiro.” O Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Italo Campofiorito para o seguinte posicionamento: “Estou encaminhando a aprovação do parecer do Conselheiro Nestor Goulart Reis, até porque trabalhamos muito em comum nesse assunto

do tombamento das obras de Niemeyer, que está muito atrasado, porque começou em dois mil e sete com a troca de correspondência entre o Ministro da Cultura e Oscar Niemeyer. Em dois mil e oito, foi aprovado o adendo do Professor Nestor Goulart, incluído na ata da reunião de Salvador, que amanhã aprovaremos aqui, para que possa ser providenciado, tão depressa quanto seja possível, o encaminhamento para a homologação do tombamento pelo Ministro da Cultura. Mas, apoiando o Conselheiro Nestor Goulart Reis, primeiro, destaco a posição privilegiada do Touring. É privilegiada mesmo, fora a Praça dos Três Poderes, o Teatro Nacional, que é o pai da chamada escala monumental de Brasília, escala que foi tombada além dos prédios individuais, do ponto de vista do monumental, a forma do Touring é a forma que vibra dentro da simetria niemeyresca, aquele eixo monumental com relação ao Teatro Nacional, monumento indiscutível. Depois, particularmente, a forma das vigas, é uma dessas formas matrizes com as quais Oscar Niemeyer construiu pouco a pouco o vocabulário de uma certa arquitetura, ou seja, aquela viga que alude a um diagrama de momento fletor. Aquilo tem filhos: o nosso metrô, no Rio de Janeiro, prédios em Brasília, há por todo lado. Além do mais, se o prédio foi deteriorado, devem restaurá-lo o mais depressa possível, não custa nada limpá-lo, é uma obrigação que o Touring tem porque ele recebeu um privilégio enorme, uma organização particular situada em local oficialmente considerado escala monumental, onde só há ministérios, palácios e os três poderes da república. Eu queria dizer isso acompanhando e enfatizando a necessidade de que se apoie o parecer e se recuse a impugnação. Obrigado.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Antonio Menezes Júnior para os seguintes comentários: “Eu havia anotado algumas questões, mas creio que está completa a avaliação e a demonstração dos aspectos vinculados à espacialidade urbana do Touring Clube do Brasil. No

caráter Consultivo deste Conselho, que é na verdade deliberativo do ponto de vista das idéias que sustentam o ato de tombamento, há também um caráter sugestivo. O Conselheiro Italo Campofiorito fez alguns acréscimos. Desejo fazer também alguns comentários do ponto do significado do tombamento de Brasília e do próprio projeto político e social vigente na cidade. Enfim, a incorporação dos valores das obras e das expressões arquitetônicas vinculadas às obras projetadas por Oscar Niemeyer e outros arquitetos constituem a paisagem, paisagem esta que só foi possível graças a uma morfologia adaptada ou preparada para recepcioná-los. Então, essa dicotomia do urbano com o arquitetônico em Brasília, na prática, é absolutamente sem sentido, já que a cidade é uma paisagem. E ali está o Touring Clube do Brasil, que como parte dessas expressões, tem ainda uma função de ligação. Consta do texto do Conselheiro Nestor Goulart. E nessa função de ligação do quase sagrado com o profano, é um espaço que ficou abandonado durante algumas décadas e que veio a se constituir em elemento de grande valoração social. Com o governo do Distrito Federal que se inicia em dois mil e onze podemos iniciar uma ação efetiva para inserir essa bela obra no contexto e nas necessidades que a sociedade reclama. Era apenas isso, uma consideração.” O Presidente, após indagar se havia outras manifestações, colocou em votação a impugnação do tombamento do **Touring Clube do Brasil** apresentada pela Global Distribuidora de Combustíveis Ltd<sup>a</sup>, recusada por unanimidade, de acordo com o parecer do Conselheiro Nestor Goulart. Em seguida, informou a intenção do Ministério da Cultura de desapropriar o Touring, visto que ele não cumpre realmente o seu papel social e simbólico dentro do plano piloto de Brasília. Manifestou sua esperança de que essa decisão contribua para a celeridade da medida porque Brasília precisa incorporar esse equipamento ao seu projeto.” Em seguida, o Presidente suspendeu os trabalhos do Conselho

Consultivo do Patrimônio Cultural, para reinício na parte da tarde. Às quatorze horas e trinta minutos do dia quatro de novembro de dois mil e dez, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, foram retomados os trabalhos da 65ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Breno Bello de Almeida Neves, Italo Campofiorito, Jurema de Souza Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Nestor Goulart Reis Filho, Synésio Scofano Fernandes, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil -, Antonio Menezes Júnior – representante do Ministério das Cidades -, Eduardo Góes Neves – representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira -, Eugênio de Ávila Lins – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios -, José Liberal de Castro – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Roberto Luiz Bortolotto – representante do Ministério do Turismo - e Roque de Barros Laraia – representante da Associação Brasileira de Antropologia. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Angela Gutierrez, Arno Wehling, Marcos Castrioto de Azambuja, Marcos Vinícios Vilaça – representantes da sociedade civil -, Cláudia Maria Pinheiro Storino – representante do Instituto Brasileiro de Museus -, Eliezer Moreira Pacheco – representante do Ministério da Educação - e Heloisa Helena Costa Ferreira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Presidente passou a tratar da proposta contida no Proc. nº 1.583-T-2009 (Proc. nº 01458.001782/2009-35) – proposta de tombamento do **Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial**, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, solicitando ao Diretor do DEPAM, Dalmo

Vieira Filho, a apresentação de vídeo com os principais aspectos do monumento, transcrito a seguir: “É uma ligeira seqüência de imagens sobre a análise do processo no âmbito do Departamento do Patrimônio Material. A proposta se refere ao tombamento do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, conhecido como Monumento aos Pracinhas, situado no Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, já tombado pelo IPHAN. O projeto arquitetônico é de autoria dos arquitetos Marcos Konder Neto e Hélio Ribas Marinho, inaugurado em 1960. Três obras se destacam no conjunto arquitetônico. A escultura em metal de Júlio Catelli Filho, homenagem à Força Aérea Brasileira; a escultura em granito, de Alfredo Ceschiatti, homenagem aos pracinhas; e o painel de azulejos, de Anísio Medeiros, em homenagem aos mortos no mar. Estão recolhidos ao mausoléu os corpos dos pracinhas mortos na Itália, trasladados da cidade de Pistóia, na Itália. Todos os nomes dos brasileiros mortos no conflito estão assinalados no monumento. São três as motivações do tombamento ressaltadas no processo, três os valores principais indicados: artístico, como exemplar essencial da arquitetura moderna brasileira; histórico, já que ele configura um memorial da Segunda Guerra Mundial; e etnológico, como local de realização de cerimônias e ritos cívicos para importante parcela da nação brasileira. Obrigado.” Prosseguindo, o Presidente solicitou a projeção de fotografias históricas que fixaram diversos aspectos da construção do monumento e da cerimônia da sua inauguração. Concluída a apresentação, o Presidente concedeu as palavra ao Conselheiro Synésio Scofano Fernandes para a apresentação do seu parecer, transcrito a seguir: **“MONUMENTO NACIONAL AOS MORTOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. 1 O Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial.** O Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial , localizado na cidade do Rio de Janeiro , então capital do Brasil , foi

construído durante os anos de 1957 a 1960 e , em 5 de agosto de 1960 , entregue ao Governo Federal .A iniciativa tinha por objetivo abrigar os restos mortais de ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira ( FEB) , enviada ao Teatro de Operações da Segunda Guerra Mundial , na Europa .A constituição da FEB , naqueles anos quarenta , exigiu um grande esforço do nosso país , em que pese os expressivos auxílios dos Estados Unidos da América . Esforço que , até hoje , não foi suplantado por nenhum outro , na área militar brasileira . O recrutamento , a seleção e o treinamento de mais de 25.000 homens , o equipamento desse expressivo contingente , a provisão do armamento necessário e das demais classes de suprimento , de toda ordem , a reunião ainda em território brasileiro , o deslocamento para o TO europeu são alguns aspectos das dimensões logísticas desse empreendimento militar. Um outro capítulo diz respeito à questão de combate , propriamente dita , desenvolvida em uma área operacional completamente desconhecida , com relevo e clima , que exigiam uma adaptação prolongada do soldado. Um soldado , que, na sua maior parte , havia sido recrutado entre os reservistas , já integrados , há alguns anos , à vida laboral de cidades que se distribuía pelas diferentes regiões do país. As questões políticas , já amplamente debatidas e conhecidas , que motivaram a participação brasileira nesse esforço de guerra , passam , além dos acordos internacionais , pela necessidade de o Brasil realizar demonstração clara de uma atitude contrária aos países do Eixo e em defesa dos ideais democráticos , que os aliados representavam .Nesse contexto , a FEB desembarcou na Itália em 16 de julho de 1944 e , nos 239 dias de operações , perdeu 462 homens , entre mortos e desaparecidos. Inicialmente , esses mortos foram sepultados no cemitério de Pistóia e posteriormente , em 15 de dezembro de 1960,os seus restos mortais , trasladados para o Brasil , foram depositados no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra

Mundial. Na verdade , a perda de vida de brasileiros foi muito maior se considerarmos os torpedeamentos de navios da nossa Marinha de Guerra e da Marinha Mercante . As baixas decorrentes desses incidentes , que não ocorreram , na sua grande maioria , no Teatro de Operações Terrestre , mas estão relacionados com as operações militares ( deslocamentos de navios de guerra e da marinha mercante na costa brasileira ) , no transporte de tropas e de suprimentos ; essas baixas atingiram o número de 1.121 homens. É oportuna , a essa altura , referência à frase do Marechal Mascarenhas de Moraes , Comandante da FEB e , posteriormente , Chefe da Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistóia : “ Eu os levei para o sacrifício, cabia-me trazê-los de volta” .Portanto , o Monumento aos Mortos , além dos seus outros significados , encerra esse sentido de homenagem e exaltação dos soldados brasileiros , provenientes das camadas mais modestas do nosso extrato social , alguns deles oriundos do Serviço de Atendimento ao Menor (SAM) da cidade do Rio de Janeiro , e mortos no cumprimento de obrigações impostas em nome de toda a nação brasileira. Quando se analisa a motivação dos 192 monumentos , construídos , no Brasil , em homenagem à FEB , constata-se , que a quase totalidade deles comemora o expedicionário em geral e não os soldados mortos , aspecto que confere singularidade ao monumento localizado na cidade do Rio de Janeiro. O lugar escolhido para a construção do Monumento situava-se no Aterro da Glória , uma faixa litorânea , conquistada ao mar , e que se desenvolvia do Aeroporto de Santos Dumont até ao Morro da Viúva , sob “ o panorama deslumbrante da baía de Guanabara”. Posteriormente , esse espaço se converteria no atual Parque do Flamengo. .Em 28 de junho de 1955 , o então Prefeito do Distrito Federal , Alim Pedro , assinou ato doando uma área de 10 .000 metros quadrados para a construção do Monumento . Em seguida , foi aberta concorrência pública para

a escolha de um projeto , na qual se inscreveram trinta e seis concorrentes . O projeto vencedor foi o de autoria dos arquitetos Marcos Konder Netto e Hélio Ribas Marinho , com obras dos escultores Júlio Castelli , Alfredo Cheschiati e do pintor Araújo Medeiros , com uma área total de 10.000 metros quadrados , dos quais 6.900 de área construída. As obras foram iniciadas em 24 de junho de 1957 e concluídas em 24 de julho de 1960. Na verdade , o Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial é um complexo constituído de um cemitério militar , um museu , um túmulo ao Soldado Desconhecido , esculturas , painéis , jardins e espaços públicos destinados à realização de cerimônias cívicas. O Monumento se desenvolve em três planos : a plataforma , o patamar e o subsolo. A plataforma é uma estrutura de concreto armado em forma de L , colocada a 3 metros do solo . É pavimentada com placas de granito preto Tijuca , serrado , tem peitoris revestidos externamente de granito Juparanã apicoado e , internamente , parte de Juparanã apicoado, parte de granito preto Tijuca , lustrado . O acesso à plataforma faz-se por uma escadaria de 30 metros de largura, com 26 degraus revestidos de granito preto. Na plataforma estão o pórtico monumental , o túmulo do soldado desconhecido , a escultura metálica , o grupo escultórico e a pirâmide. O pórtico monumental é constituído de duas colunas e uma placa sobreposta simbolizando dois braços levantados com as mãos abertas , pedindo graças aos céus .As colunas têm 31 metros de altura e são revestidas de granito Juparanã apicoado , e a placa , que sustentam , tem 220 metros quadrados de superfície , sendo toda em concreto aparente. O túmulo do soldado desconhecido está situado entre as duas colunas do pórtico monumental . Nele encontram-se os restos mortais de um soldado brasileiro , não identificado , morto em operações na Itália . O túmulo é revestido de granito preto Tijuca e traz a inscrição : “ O Brasil ao seu Soldado Desconhecido” .Nesse túmulo , existe

uma pira simbólica , em bronze fundido , permanentemente acesa. A escultura metálica , de autoria do arquiteto e escultor Júlio César Catelli Filho , é uma homenagem à Aeronáutica . Possui 19 metros de comprimento e 6 toneladas de peso . Foi executada em perfis de aço, soldados e pintados e está localizada sobre duas bases, uma de granito preto Tijuca e outra de granito Juparanã. O grupo escultórico foi esculpido em granito Petrópolis. Tem 5 metros de altura e 16 toneladas de peso . Representa um marinheiro , um soldado e um aviador .É de autoria do escultor Alfredo Cheschiati , tendo sido executado por Tito Berucci. A pirâmide ,feita em granito Juparanã lustrado , é uma homenagem à Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistóia . Nela se encontram inscrições diversas relativas à obra , inauguração e equipe responsável pelo projeto. O patamar está no nível da praça onde se encontram o museu , o jardim interior , o lago , os dois painéis de cerâmica e os mastros. O museu tem a forma de um quadrado e é fechado por painéis de vidro . No seu interior , há vitrines para exposição de acervo composto de armaria , indumentária , condecorações , fotografias da campanha da FEB na Itália .Dentro do museu encontra-se um afresco , executado sobre madeira , de autoria do pintor Anísio Araújo Medeiros. O jardim interior é retangular ; tem , no centro , o roteiro estilizado da campanha da FEB na Itália ; duas muretas retratando os rios Serchio e Reno , oitos triângulos em granito Juparanã polido com os nomes dos principais combates travados na Itália e três quadrados com os emblemas das Forças Armadas. O lago , com quatro espelhos d`água , escalonados em degraus , tem 70 metros de comprimento e 12 de largura. Os painéis de cerâmica estão localizados nas paredes externas da entrada do mausoléu . São dois ,e cada um tem 3 metros de altura por 19 metros de comprimento . De autoria do artista Anísio Araújo Medeiros , foram executados em lajotas de cerâmica esmaltada e vidrada e são compostos por

elementos estéticos que caracterizam as coisas e as atividades do homem do mar. Abaixo do painel estão gravados os nomes das belonaves brasileiras afundadas ou das que tiveram mortos a bordo. Os mastros ficam à frente do jardim , enviesados em relação ao conjunto arquitetônico do Monumento. Diariamente ,em um deles , é içada a bandeira nacional. No subsolo , está localizado o mausoléu , com os restos mortais de 4 marinheiros ,8 aviadores e 454 soldados , depositados em jazigos individuais com lápides de mármore Carrara branco . Numa das paredes , revestida de mármore branco Paraná e quartzito verde Bahia , estão gravados os nomes de 1.121 soldados e marinheiros das Marinhas de Guerra e Mercante, mortos em decorrência do afundamento de navios brasileiros. Mensalmente , às 10 horas do primeiro domingo , ocorre a rendição da guarda , que , durante o mês , prestou honras militares junto ao túmulo do soldado desconhecido e guardou o Monumento. Com muita frequência , durante o ano , autoridades e instituições , nacionais e estrangeiras , realizam homenagens e cerimônias , nas áreas externas do Monumento . De modo que o Monumento Nacional dos Mortos na Segunda Guerra Mundial, além de receber , diariamente , visitantes , tornou-se um espaço público em que são reforçados modelos de valores voltados para a responsabilidade social , o patriotismo e a identidade nacional. 2. O Processo de Tombamento. O Dr. Adler Homero Fonseca de Castro, Históriadador dos quadros do IPHAN , em 18 de agosto de 2009 , encaminhou , à Coordenadora de Proteção , Dra. Jurema Arnaut , pedido de abertura de processo de tombamento do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial . Segundo parecer do Dr. Adler , o referido Monumento deveria ser inscrito nos livros Histórico , de Belas Artes e Arqueológico , Etnográfico e Paisagístico. Em defesa de sua proposta , o Dr . Adler argumenta:

- quanto ao valor histórico , “o Monumento Nacional aos

Mortos contém elementos que o relacionam diretamente ao processo histórico que ele celebra : o mausoléu aos mortos . Ou seja, independentemente dos eventos relacionados ao que é comemorado no local não terem ocorrido no Brasil e serem anteriores à construção , há , no monumento , vestígios materiais que o relacionam diretamente aos fatos históricos por ele celebrados . E esses fatos , indubitavelmente , são relevantes ou memoráveis , no estrito sentido do Decreto- Lei 25/37 , para a história nacional . Primeiro , por toda a questão da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial , um processo que marcou fortemente toda a história recente do País . Em segundo lugar , numa visão mais específica , como um local de memória dos heróis nacionais” ;

- quanto ao valor artístico , diz o Prof. Adler : “Apesar do valor de obra de arte erudita do modernismo ser evidente no monumento , não podemos esquecer também a questão da beleza , pois as já citadas linhas sóbrias e retas do monumento , dividido em planos vertical ( os pilares ) e horizontal ( o patamar), associando-se à Baía de Guanabara que o emoldura , criaram uma verdadeira escultura na forma de uma edificação utilitária, enfatizada pela feliz coincidência de sua implantação no espaço ....” .

Prossegue o Dr. Adler , “Certamente um bem de imenso valor nos termos mais estritos do Decreto-Lei nº 25/73, de ser uma obra erudita , mas que vai mais além disso , incorporando outros aspectos da questão artística , como o impacto visual da construção e seu efeito evocativo nas emoções das pessoas . Sem sombra de dúvida um bem de excepcional valor para a arte brasileira”;

- quanto ao valor etnográfico , afirma o Prof. Adler “...É no monumento , contudo , em que esses ritos são mais evidentes, são praticados com maior regularidade e têm maior representatividade, devido ao mausoléu ali existente. São os casos das festividades cívicas com os veteranos da 2ª Guerra , das trocas de guardas cerimoniais , quando uma das Forças substitui

outra no Monumento , das celebrações de chefes de estados estrangeiros homenageando o Brasil , dos hasteamentos de bandeiras ou até das festas cívicas com a participação de civis ( escolas etc) , lembrando eventos da história nacional ali representados , como o Dia da Vitória.” Como consequência do parecer do Prof. Adler e em atendimento à solicitação do Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização , Dr. Dalmo Vieira Filho , foi aberto , em 28/08/2009 , o processo de tombamento do “Monumento aos Mortos , no Município do Rio de Janeiro , Estado do Rio de Janeiro” , que tomou o número 1.583-T-09. O referido processo foi submetido à apreciação da Superintendência do IPHAN – RJ ,que , por intermédio do excelente parecer da Arquiteta Joyce Carolina Moreira Kurrels Pena , opina favoravelmente ao tombamento. È oportuno referir-se à seguinte passagem desse parecer: “Inserido nesse contexto de idéias ,aqui reencontramos mais uma vez nosso monumento , obra cujo partido e implantação , assim como os detalhes artísticos e construtivos complementam-se sutil e harmoniosamente sem nada dever a outras tantas belezas arquitetônicas que se produziram no período e a qual se pode , sem dúvida , tributar todas as homenagens .” Prossegue a Arquiteta Joyce Carolina “Dito isto , parece-nos desnecessário permanecer enaltecendo as qualidades arquitetônicas ou enfatizando e relevância nacional deste Monumento , que , na verdade , já se faz corroborar pelo significado que a obra adquire em função de si própria – um monumento nacional- , ou , ainda , em razão de sua excepcionalidade formal e inteira adesão aos parâmetros conceituais que caracterizam a época de sua concepção e execução . Isto posto acompanhamos as palavras do professor Ricardo de Souza Rocha , quando este salienta : “Sendo praticamente o único a aparecer nos manuais sobre arquitetura moderna brasileira, o Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial é uma das obras , em relação ao tema do

monumento, que alcançou maior repercussão no país”. A Coordenadora do DEPAM/Proteção do IPHAN, Dra. Jurema Kopke Eis Arnaut, manifestou-se, também favoravelmente ao tombamento, sugerindo a inscrição do Monumento no Livro de Tombo Histórico, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo de Belas Artes, parecer aprovado pelo Diretor do DEPAM. Do mesmo modo, o Procurador – Geral de IPHAN, Dr. Antonio Fernando Alves Leal Néri, aprova o parecer de tombamento individual do Monumento e reconhece a existência, no processo, dos valores histórico, artístico e etnográfico, que ensejam a inscrição nos respectivos livros de tombamento.

3. Conclusão. Os monumentos são construções humanas dotadas de sentido político e capazes de integrar complexos significados. São concebidos e construídos para desempenharem funções simbólicas relacionadas a valores e à afirmação da identidade de um grupo social. A localização, a forma arquitetônica, a monumentalidade e a permanência em um mesmo espaço físico, elementos constitutivos dos monumentos, possibilitam a decodificação dos seus significados. Portanto, não se constituem, apenas, em objetos estéticos, mas desempenham, também o papel de poderosos agentes de difusão de crenças, valores e atitudes. Nesse sentido, são meios do que se poderia denominar uma pedagogia voltada para aqueles atributos da área afetiva, construtos relacionados à auto-estima, à identidade, ao patriotismo, à cooperação, à responsabilidade social e outros, nos quais a componente emocional é bem nítida. A exaltação de heróis, a mitificação dos sacrifícios realizados em benefício do grupo social, o registro de episódios importantes para a permanência da comunidade, a explicitação dos símbolos integradores do grupo, motivos que estão subjacentes à construção dos monumentos são, na verdade, modelos descritivos daqueles atributos portadores dos elementos fundamentais da coesão grupal. Mas os monumentos

abrigam, também, como toda a construção humana, a ambigüidade. Seja pelas suas localizações, seja pelos momentos históricos considerados, os monumentos podem ser percebidos de modos diferentes ou totalmente diferentes daqueles que ensejaram as suas concepções. Na História, os exemplos não são raros de monumentos concebidos e construídos com a finalidade de homenagear determinada figura ou de exaltar um acontecimento considerado como extremamente relevante para um grupo social, que passaram a ser percebidos sob uma perspectiva diferente, em decorrência de outros valores, crenças ou ideologias, diferentes daqueles prevalentes no passado e que haviam ensejado as suas construções. Mas essa possibilidade de mudança de percepção não retira dos monumentos o seu caráter simbólico, ao contrário, reforça-o, realçando a sua polissemia e a sua função informacional. A propriedade de permanência física e os espaços interiores ou adjacentes ao monumento propiciam, também, condições para que rituais e outros tipos de manifestações - religiosas, artísticas, cívicas – reforcem os modelos descritivos dos atributos, que o monumento, por sua destinação, sua configuração arquitetônica, pelos objetos que abriga, expõe ao espaço público, tornando-se, para a comunidade, um “locus” para o exercício daqueles comportamentos sociais, que introjetam os valores e as crenças, que ele próprio representa e proclama. Não obstante, os monumentos são também objetos estéticos, em razão mesma dos cânones que orientam a sua estrutura e configuração e do olhar de quem os percebe. No caso específico do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, os referenciais que orientaram a sua concepção e construção, conforme os testemunhos dos próprios autores do projeto, foram: a unidade integradora – um monumento, a adequação ao cenário do lugar, debruçado à Baía de Guanabara e, por fim, a necessidade de marcar, simbolicamente, o local. Esses três elementos dão

sentido e integram, à paisagem do lugar, os diferentes objetos que ocupam , harmoniosamente, o espaço do monumento. São inúmeras as manifestações, de estudiosos, de arquitetos renomados e de artistas sobre o valor artístico e arquitetônico do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial. Yves Bruand se refere à “síntese impecável” entre a arquitetura e as artes plásticas que o Monumento irradia. Le Corbusier ressalta entre os exemplares da arquitetura moderna, no Rio de Janeiro, o Monumento aos Mortos , que lhe tomou a atenção e o interesse, quando da sua visita ao Brasil em 1962. A obra de Konder Netto e Hélio Ribas Marinho aparece em manuais e é objeto de estudos em revistas especializadas, em razão do seu valor artístico e arquitetônico. Ainda suscita debates como um exemplar, no Brasil, de um novo conceito de monumentalidade dentro do Movimento Moderno. Portanto, é inquestionável o seu valor artístico o que indica a sua inscrição no Livro de Tombo da Belas Artes. Mas, também, o Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial está totalmente envolvido pelos fatos históricos que proclama e representa: a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, episódio que marcou profundamente a nossa história nacional, nos seus diversos campos - político, econômico, cultural, militar. Como bem disse o Historiador Adler Homero Fonseca de Castro, o monumento “ contém elementos que o relacionam diretamente ao processo histórico que ele celebra: o mausoléu aos mortos”. É um de “lugar de memória”, não só do patrimônio material, mas também do imaterial, dimensão que se evidencia pela prática de cerimônias, comemorações, rituais fúnebres, lançamentos de biografias, conferências, elogios fúnebres, visitas, exposições comemorativas e até programas de televisão. É um local de evocação dos mortos, prática importante no mundo individualizado moderno, em que o ato de “lembrar os mortos” ocupa um papel importante para a

referência dos vivos. Portanto, o valor histórico do mausoléu está intimamente relacionado com os atos constitutivos desse “lembrar dos mortos”. Ele não é só histórico porque guarda restos mortais, mas também porque é o lugar em que são descritos e representados aqueles valores referidos à memória dos mortos. No caso específico do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial essa característica é evidente, pela frequência e peculiaridade com que esses rituais são praticados, assumindo uma singularidade dentro do panorama nacional. Portanto, os valores histórico e etnográfico do Monumento são inquestionáveis o que recomenda a inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O fato de o Parque do Flamengo, lugar onde se situa o Monumento, já ter sido inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico não impede o tombamento individualizado do Monumento dos Mortos em virtude dos valores que sustentariam essa decisão – o artístico, o histórico e o etnográfico – que são diferentes daquele que ensejou a proteção ao parque do Flamengo: o paisagístico. É oportuno ressaltar que a Procuradoria do IPHAN, em seu parecer, entende que um bem já tombado possa ser acrescido de outros tombamentos. No entanto, torna-se desnecessário estabelecer uma poligonal do entorno específica para o Monumento, uma vez que ele já se encontra protegido pelo entorno do Parque do Flamengo, bem já tombado. É o parecer.” O Presidente agradeceu e deu início aos debates, passando a palavra ao Conselheiro Italo Campofiorito para os seguintes comentários: “Queria destacar que, na penúltima página do parecer, consta a frase: ‘Portanto, os valores históricos são inquestionáveis, o que recomenda a inscrição no Livro do Tombo Histórico, e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico’. Mas, no mesmo texto, em página anterior há a afirmação: ‘...é inquestionável o seu valor artístico que indica a sua inscrição no Livro das

Belas Artes'. Entendo, só queria esclarecer, que a proposta do Relator é para inscrever o bem nos três livros: o Histórico, o das Belas Artes, e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Se não fosse, eu traria esse complemento porque sou testemunha de época. Alguns amigos já morreram, como o Marcos Konder, infelizmente. Era um pintor fantástico, um dos melhores desenhistas das décadas de sessenta e setenta no Brasil; me identifico mais com o projeto do Marcos do que com o do Hélio, essas coisas a história resolve. Mas o fato é que, tempos atrás, eu trouxe o relatório de tombamento do Cristo Redentor e fiquei insistindo que deveria ser inscrito no Livro do Tombo Histórico e não no de Belas Artes, me parecia que o Cristo Redentor não é e nem nunca será uma obra de arte extraordinária; entretanto é o elemento emblemático mais forte que existe da fé e da raiz carioca do povo. Neste caso, eu queria votar a favor dos três livros, incluído o livro de Belas Artes, e eu estou convencido de que o Marcos Konder e seus companheiros insistiriam nisso, e também que incluirmos no tombamento o nome de Julio Catelli, que fez a escultura metálica, não pode deixar de figurar porque constam todos os outros. Gostaria de insistir na inscrição nos três livros, apoiar a inscrição no Livro das Belas Artes e lembrar que, em um dado momento, almocei no Museu de Arte Moderna com Le Corbusier, e quando chegamos, ele olhou para o Monumento aos Pracinhas e, do outro lado, viu o Palácio Monroe. Naturalmente ele é um antepassado de Lúcio Costa, de modo que ele disse: esse é um país importante, é o país onde vocês, os jovens, podem fazer um monumento como este. Na França querem fazer como aquele. Em seguida ele escreveu uma carta aos brasileiros, um documento importantíssimo. A carta se refere a Brasília como criação original do gênio Oscar Niemeyer e Lucio Costa, 'meus companheiros da luta', ao Museu de Arte Moderna e ao Museu dos Pracinhas, e é assim que chamávamos esse

monumento, não de mortos, estão todos vivos no coração do povo. Mas, ele se refere a esses dois como testemunhas. Claro que ele quer dizer que são testemunhas da sua obra, mas ele escolheu dois, no Rio de Janeiro: o Museu de Arte Moderna e o Monumento aos Pracinhas. Era apenas isso. Obrigado.” O Conselheiro Liberal de Castro pediu a palavra para a seguinte observação: “No parecer, o Relator refere-se a concorrência para construção do monumento; não houve concorrência, foi um concurso nacional. Na concorrência vence o menor preço, em concurso é indicado o melhor projeto. Isso infelizmente no Brasil não vem prevalecendo, e por isso tem havido uma queda de qualidade bastante significativa. É apenas uma palavra mas, como representante do Instituto dos Arquitetos, não poderia deixar de assinalar.” A Conselheira Myriam Ribeiro tomou a palavra para opinar que, do ponto de vista arquitetônico e do escultórico, é uma obra-prima, e a inscrição no Livro de Belas Artes se justifica plenamente.” O Conselheiro Nestor Goulart pediu a palavra para as seguintes considerações: “Em relação aos valores simbólicos, o Conselheiro Synésio Scofano Fernandes disse que eles se transformam de geração para geração, às vezes referenciados ao mesmo monumento. Mas, para os da minha geração, é importante registrar que o monumento foi construído anos depois da guerra, em momento de otimismo do país e de confiança no regime democrático, que não existia no momento em que a FEB foi constituída, quando o povo brasileiro saiu às ruas para cobrar do governo brasileiro a tomada de posição contra regimes ditatoriais. E o regime ditatorial foi obrigado a mandar a tropa brasileira para a Europa lutar contra os regimes fascistas. Depois esse governo foi derrotado, estávamos vivendo um regime democrático com um otimismo enorme com relação aos brasileiros. Portanto, sendo eu dessa geração, gostaria de deixar registrado que, para nós, era um monumento extremamente importante porque representava o sangue dos

brasileiros derramado na luta contra as ditaduras fascistas. Para a nossa geração não é possível separar uma coisa da outra, é um valor que brilha neste monumento feito no lugar mais importante do Rio de Janeiro, naquela época, a capital do país. O Monumento aos Mortos da Segunda Guerra, na minha geração, foi e é visto com esse sentido simbólico central. O movimento pela participação do Brasil na guerra começou nas ruas, nas principais cidades, movimento que já era também pela democracia. Foi uma tomada de posição do povo brasileiro e, creio, isto é fundamental porque essa geração mencionada pelo Conselheiro Synésio Scofano Fernandes está enterrada lá, porque participou disso. Obrigado.” Prosseguindo, o Presidente agradeceu e, após consultar os membros do Conselho, colocou em votação a proposta contida no Proc. nº 1.583-T-2009 (Proc. nº 01458.001782/2009-35), solicitando que os Conselheiros favoráveis se manifestassem levantando a mão. Não havendo posição contrária, ficou aprovado, por unanimidade, o tombamento do **Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial**, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Ficou também aprovada a inscrição do Monumento no Livro do Tombo Histórico, no Livro do Tombo das Belas Artes, e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Em seguida, o Presidente pediu licença para ausentar-se a fim de atender o telefonema do Presidente da República. Prosseguindo, o Presidente passou a tratar do Proc. nº 1.599-T-2010 (Proc. nº 01450.015766/2007-08) – proposta de tombamento do **Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões**, no Estado do Amazonas, e passou a palavra ao Diretor do DEPAM para a apresentação transcrita a seguir: “A ocorrência do fenômeno, não é único, existem diversos encontros das águas com águas diferenciadas na Amazônia, e em outros lugares do Brasil, mas nenhum com a dimensão do existente no Município de Manaus. Na indicação do sítio proposto para

tombamento buscou-se seguir longitudinalmente pelo local onde é mais visível o encontro de diferentes tonalidades das águas dos rios emoldurado por áreas ainda pouco alteradas das duas margens do rio. A delimitação tenta assegurar um cenário natural para a apreciação do fenômeno que abrange boa parte do caminho onde as duas tonalidades ainda não se confundem. A impugnação apresentada refere-se à construção de um porto de grandes dimensões exatamente no local, em no nosso entendimento, de maior visualização do encontro das águas. Ele traria, no entendimento dos técnicos, um prejuízo irrecorrível, irreversível para a fruição desse fenômeno.” Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Relator, Conselheiro Eduardo Góes Neves para leitura do seu parecer transcrito a seguir: “No início da colonização européia, em 1542, uma pequena expedição exploradora partiu dos Andes Equatorianos e desceu os rios Napo e Amazonas até sua foz, no Oceano Atlântico. A expedição, chefiada por Francisco de Orellana, teve um cronista, frei Gaspar de Carvajal, que nos deixou o primeiro relato escrito sobre os povos indígenas da bacia Amazônica. Desde sua redescoberta, no final do século XIX, o relato de Carvajal tem servido como uma fonte preciosa, embora às vezes vaga, sobre os modos de vida desses povos nos períodos que antecederam a colonização européia. O relato de Carvajal nos trás também o primeiro texto escrito sobre o encontro dos Rios Negro e Solimões, também conhecido como “encontro das águas”. De acordo com Carvajal *“proseguindo nuestro viaje, vimos una boca de otro rio grande a la mano siniestra, que entraba en el que nosotros navegávamos, el agua del cual era negra como tinta, y por esto le pusimos el nombre del Río Negro, el cual corría tanto y con tanta ferocidad que en más de veinte leguas hacía raya en el agua sin revolver la una con la otra.”* O relato de Carvajal é também importante, porque ele nos fala de uma Amazônia diferente da qual o senso

comum está acostumado: há no texto referências a grandes aldeias densamente ocupadas, a chefes supremos capazes de liderar flotilhas com centenas de guerreiros, a estradas permitindo o comércio de longa distância, à construção de paliçadas defensivas em torno de alguns assentamentos, a vasos cerâmicos tão belos como os de Málaga. A Amazônia do senso comum, por outro lado, é um grande vazio, um lugar da natureza por excelência, uma floresta pristina, às vezes inóspita, que espera pelo momento de sua ocupação racional. Durante boa parte do século XX os relatos de Carvajal e de outros cronistas europeus dos séculos XVI e XVII foram rejeitados por arqueólogos e antropólogos interessados em entender a história da ocupação da Amazônia. Na raiz dessa rejeição estava a concepção de que o meio ambiente da floresta equatorial teria uma série de limitações físicas – seja na baixa fertilidade dos solos, seja pouca disponibilidade de proteína de origem animal – para sustentar populações sedentárias e grandes adensamentos demográficos. Conseqüentemente, tais relatos foram interpretados como construções fantasiosas, cujo objetivo era superestimar as riquezas amazônicas a fim de obter mais recursos que justificassem a colonização e exploração da região. Pesquisas realizadas nos últimos anos têm levado a uma revisão dessa perspectiva e mostrado que os relatos dos primeiros cronistas não estavam longe de trazer um registro fiel dos modos de vida nativos da Amazônia nos séculos XVI e XVII DC. Nesse processo de revisão a arqueologia tem tido um papel importante: de toda a bacia Amazônica, e não apenas nas áreas adjacentes aos grandes rios, têm surgido evidências que mostram sinais claros de que a região foi densamente ocupada nos milênios que antecederam a chegada dos europeus ao novo mundo. Dentre esses sinais há: a construção de aterros geométricos artificiais, conhecidos como geoglifos, no Acre, Amazonas e Rondônia; a formação de férteis solos antrópicos conhecidos

como terras pretas em diferentes locais no Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso e Amapá; a construção de aterros artificiais, os “tesos”, na ilha de Marajó, de sambaquis no Maranhão, Pará e Rondônia; de alinhamentos de pedra no Amapá; da ocupação de grandes aldeias conectadas por estradas lineares no alto Xingu. Em muitos desses contextos, além do mais, tais estruturas são acompanhada por objetos de cerâmica e pedra de alta qualidade estética. Esse movimento de redescoberta do passado Amazônico, a par de possibilitar um entendimento mais completo da história da região, traz também uma importante contribuição conceitual. Ele nos mostra, a partir das evidências empíricas, que a noção de natureza virgem ou intocada é incompleta para o bom entendimento da Amazônia e toda a sua complexidade ambiental. Em outras palavras, é cada vez mais claro que o estudo da história natural dos biomas amazônicos requer também o estudo de sua história cultural. Fazer referência, no entanto, à “história cultural de biomas” é, em outras palavras, referir-se ao conceito de “paisagem”, por que o que são paisagens se não o meio físico transformado continuamente pela ação humana, sempre culturalmente mediada, ao longo dos tempos? O uso do conceito de paisagem e suas implicações para o estabelecimento de critérios de proteção ao patrimônio cultural amazônico serão retomados em breve. Antes de seguir adiante, gostaria de voltar ao relato de Carvajal e discutir brevemente outro aspecto relevante para o embasamento deste parecer. Esse aspecto diz respeito à aparente contradição entre o conteúdo de sua narrativa e o quadro sobre a ocupação humana construído pela arqueologia e antropologia amazônicas no século transcorrido desde o final do século XIX ao final do século XX. A conciliação entre perspectivas tão díspares deve ser feita à luz da história colonial da Amazônia e do quadro histórico particular da inserção das ciências nesse processo. Como em outras áreas “periféricas” do planeta, foi no final do

século XIX que os primeiros antropólogos iniciaram suas atividades de campo na Amazônia. Ora, esta foi também a época do apogeu do ciclo da borracha, ciclo esse, é sabido, baseado em um modo de exploração brutal de mão de obra indígena, descrito por Sir Riger Casement, e apropriadamente denominado de “economia do terror” pelo antropólogo inglês Michael Taussig. As sociedades indígenas estudadas por esses pioneiros da antropologia como, por exemplo, Von den Steinen, Koch-Grünberg, Nimuendaju e Roquete-Pinto, sofriam os efeitos diretos e indiretos do ciclo da borracha e, por isso, tinham modos de vida bastante diferentes dos descritos pelos cronistas do início do período colonial. O ciclo da borracha, adicionalmente, foi o clímax de um processo de diminuição demográfica iniciado já no século XVI, conseqüência da propagação de doenças infecciosas, guerra e escravidão. Isso explica por que, embora muitas das principais terras indígenas na Amazônia contemporânea se encontrem localizadas longe do Rio Amazonas - no alto Xingu, alto Rio Negro, em Roraima, na fronteira com as Guianas ou no Acre -, a arqueologia das margens desse rio seja riquíssima, com vestígios que remontam até o início do período colonial: tais áreas ribeirinhas foram esvaziadas de seus ocupantes indígenas nos séculos XVI e XVII. A diminuição demográfica que se sucedeu ao início da colonização européia da Amazônia pode, paradoxalmente, ter levado à expansão da floresta sobre áreas anteriormente ocupadas. Esse foi, aparentemente, o caso da baía de Guanabara, onde o historiador Warren Dean, em seu clássico *“A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira”*, relata, a partir de fontes do século XVI, como a vegetação dessa região parecia ser composta por áreas de capoeira ou mata secundária no século XVI. Resumindo o argumento, parece certo que áreas atualmente cobertas por florestas aparentemente primárias na Amazônia

resultam também de uma história de ocupação humana que em muitos casos remonta à história pré-colonial da região. Tais florestas são, portanto, paisagens, pois sua história deve ser entendida a partir dos componentes naturais e culturais que as compõem. A essa constatação deve-se acrescentar que a presença de solos antrópicos e plantas economicamente ou culturalmente importantes confere hoje a esses locais relevância material e simbólica. O processo em questão propõe o tombamento do local de confluência dos Rios Negro e Solimões, bem como parte de seu entorno, nos municípios de Manaus, Iranduba e Careiro da Várzea, no Estado do Amazonas. Esse local, doravante aqui referido como “encontro das águas”, reúne, por suas características naturais e culturais, atributos que o qualificam, por excelência como uma paisagem passível de reconhecimento como patrimônio cultural de alta relevância, tanto de acordo com os conceitos previamente, e de maneira breve, aqui alinhavados, como pela importância simbólica e concreta que tem para as sociedades manauara, amazonense e brasileira contemporâneas. Dentro do quadro de grande diversidade ecológica e geográfica da Amazônia, a região do encontro das águas pode ser vista como um microcosmo: o rio Solimões, na tipologia clássica dos rios amazônicos proposta por Alfred Russel Wallace ainda no século XIX, é um rio de águas brancas, barrento, cujas cheias anuais fertilizam, com sedimentos recentes de origem Andina, antigos meandros abandonados que formam planícies de inundação de tamanho variável, restingas e praias, em complexos conhecidos como “várzeas”. A fertilização regular das várzeas cria micro ambientes ricos em nutrientes o que favorece o desenvolvimento de uma complexa cadeia alimentar composta por peixes, crustáceos, aves, répteis e mamíferos. Além disso, as planícies aluviais são também compostas por um mosaico de tipos de vegetação que incluem igapós, aningais e áreas de mata

que abrigam grande biodiversidade. Desde os trabalhos do geógrafo brasileiro Hilgard Sternberg, professor emérito da Universidade da Califórnia em Berkeley, sintetizados em seu clássico “A água e o Homem na Várzea do Careiro”, de 1956, sabe-se que os ambientes de água branca são extremamente dinâmicos devido à intensidade do fluxo das correntezas do rio Solimões. A ilha do Careiro, por sinal, fica próxima aos polígonos propostos para o tombamento.

O Rio Negro, como o próprio nome diz, é um rio de águas pretas, cujas cabeceiras drenam os terrenos antigos do planalto das Guianas. Ao contrário do Solimões, que constrói, destrói e reconstrói constantemente suas margens, o Negro é um rio menos dinâmico, com uma carga sedimentar significativamente mais baixa. A coloração escura de suas águas é devido à diluição, na água da chuva, dos compostos secundários das folhas e cascas das árvores que ocupam suas áreas de captação. Esse tipo de vegetação, que cresce sobre os solos arenosos da bacia do Rio Negro, é conhecido como campinarana ou caatinga amazônica. Apesar de ter sediado, em seu médio curso, a primeira capital da Província de São José do Rio Negro, a cidade de Barcelos, ainda no início do século XVIII, o Rio Negro é, com exceção da cidade de Manaus, um rio hoje de ocupação essencialmente cabocla e indígena. Para muitos desses povos, o encontro das águas é referido como uma das “casas de transformação” pelas quais passou a sucuri ancestral em sua viagem de criação do mundo. No encontro das águas, o regime hídrico é semelhante para os Rios Negro e Solimões: dos meses de janeiro a julho, aproximadamente, os rios estão cheios, as praias e várzeas desaparecem e a pesca fica mais difícil. De agosto a dezembro, o verão, os rios vazam, praias e várzeas aparecem e a pesca torna-se abundante. É também durante esse período que afloram alguns dos pedrais que permanecem submersos durante o inverno tanto no Solimões como no Negro. O relevo é variável: na margem

esquerda do Rio Negro e na margem esquerda do Rio Amazonas ocorrem escarpas de altura variável onde estão geralmente implantados sítios arqueológicos, na margem direita do Rio Negro, em ambas as margens do Solimões e na margem direita do Amazonas os terrenos são mais baixos e sujeitos a alagações, embora sítios arqueológicos tenham também sido ali registrados.

Mais que, portanto, o encontro de dois rios, o encontro das águas é um encontro de dois biomas distintos, síntese da biodiversidade amazônica. Há na região outros notáveis encontros de rios, como é o caso do encontro do Amazonas e do Tapajós em Santarém. O Rio Negro, no entanto, é o único rio de águas pretas de dimensões continentais na bacia Amazônica, já que tem suas nascentes na Colômbia e tangencia também a Venezuela antes de entrar o território brasileiro, em Cucuí, a montante de São Gabriel da Cachoeira. O encontro das águas é, desse modo, único, não havendo equivalente algum em toda a Amazônia e em qualquer outro local do planeta, já que não há no mundo bacia hidrográfica comparável em escala à amazônica. A importância simbólica do encontro das águas é visível em alguns emblemas contemporâneos da sociedade amazonense: com referências nos brasões do Estado do Amazonas, da Universidade Federal do Amazonas, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e do Município de Manaus. No Largo de São Sebastião, em frente ao Teatro Amazonas, a decoração do piso, feita em pedra portuguesa, imita o padrão de encontro das águas do Solimões e Negro, formando um mosaico em preto e branco depois utilizado para decorar o piso da orla da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. A intersecção entre a importância material e simbólica do encontro das águas para a sociedade manauara contemporânea pode ser exemplificada por um tipo de peixe comum em suas águas, de grande importância econômica e cultural: o jaraqui. Os jaraquis, que pertencem à ordem dos Characiformes são os

peixes mais populares da região de Manaus, sendo considerados símbolos da cidade. Por serem capturados em grandes cardumes são peixes baratos, de grande apelo popular, vendidos aos centos nas épocas de safra (final da cheia e vazante/seca). No início da enchente, época de chuvas, os cardumes de jaraquis se reúnem em locais de encontros de águas (sempre envolvendo um rio de água branca/barrenta e outro de água clara ou preta) para desovar. Os ovos rapidamente eclodem e as larvas são carregadas pela enchente para os lagos e planícies inundáveis de rios de águas brancas, locais altamente produtivos, onde a água invade extensos terrenos e disponibiliza uma quantidade enorme de matéria orgânica e microorganismos que são consumidos pelos peixes jovens. Quando os peixes crescem, após cerca de dois ou três meses, os cardumes de jovens das duas espécies se reúnem e migram rio acima para os afluentes de águas pretas ou claras (no caso do encontro das águas de Manaus, das várzeas do rio Solimões para o Rio Negro). Nesses afluentes os jaraquis crescem se alimentando de algas e detritos encontrados nas florestas alagadas. No segundo ano de vida, já adultos e prontos para se reproduzir, esses peixes retornam ao encontro das águas para a desova. Além da importância econômica, nutricional e cultural dos jaraquis para a população de Manaus e da Amazônia Central, esses peixes são verdadeiros ícones do encontro das águas: o padrão de coloração da cauda, formado por faixas amareladas e escuras alternadas, remete imediatamente às cores dos Rios Negro e Solimões. Atualmente, a visita ao encontro das águas é uma das atividades mais importantes no turismo em Manaus. Tais visitas são feitas em passeios diários e envolvem uma mão-de-obra permanente que inclui guias, barqueiros, além de pequenos restaurantes localizados em seu entorno. A cidade de Manaus tem crescido em um ritmo vertiginoso e desordenado nos últimos anos e um dos eixos desse crescimento

tem sido justamente a região do entorno do encontro das águas, nas margens esquerdas dos Rios Negro e Amazonas. O tombamento proposto, além de permitir a proteção física do entorno do encontro das águas, poderá de algum modo exercer algum papel no ordenamento desse processo de crescimento. A construção de uma ponte sobre o Rio Negro, já quase concluída, e o projeto de construção de outra ponte atravessando o rio Solimões próximo à cidade de Manacapuru causarão sem dúvida um imenso impacto ao patrimônio arqueológico da área de confluência dos Rios Negro e Solimões, onde dezenas de sítios já foram identificados, tendo sido objeto de estudos por estudantes brasileiros e estrangeiros, em, até o momento, 4 teses de doutorado e 12 dissertações de mestrado, sem contar as em andamento. Na cidade de Manaus, os exemplos de destruição de sítios são inúmeros e os casos recentes incluem os sítios Nova Cidade, Praça D. Pedro e Japiim. É de se esperar que o mesmo destino não aguarde os sítios da área do encontro das águas, já parcialmente impactados pela construção do Porto das Lages. Em suma, espero ter brevemente demonstrado as relevâncias histórica, cultural, ecológica, econômica e geológica do fenômeno do encontro das águas. Por todas essas razões, o considero paisagem repleta de fundamentais significados locais e nacionais, o que justifica sua proteção pelo Estado brasileiro. Antes de concluir, gostaria de fazer uma última observação que diz respeito ao objeto do tombamento. Parece-me mais adequado que o tombamento proposto seja o da “área do polígono de tombamento do encontro das águas” e não do próprio encontro, dada a natureza dinâmica que tem esse fenômeno hidrológico. Se realizado dessa forma, o tombamento permitirá ao menos o desenvolvimento de mecanismos de proteção física da área do polígono, da vegetação e dos sítios arqueológicos nela presentes. É também importante a articulação entre o IPHAN, Prefeituras Municipais de Iranduba, Manaus e Careiro da Várzea,

SUFRAMA e Superintendência da Região Metropolitana de Manaus para a boa gestão da área tombada. Assim, proponho que seja aceito o polígono apresentado às folhas 59, 60 e 61 do processo de instrução, conforme proposto pelo DEPAM. Embora o encontro das águas se estenda por quilômetros ao longo do Rio Amazonas, o polígono proposto pelo DEPAM é o que melhor delimita o fenômeno no local onde se apresenta de maneira mais exuberante, sendo, por exemplo, o local rotineiro das excursões turísticas, que são feitas por barco. Cabe acrescentar que o tombamento do polígono não impedirá o uso futuro da área pelo turismo, incluindo a construção de hotéis, desde que de acordo com os órgãos licenciadores. Por todas as razões acima citadas, emito um parecer favorável ao tombamento das áreas em questão no Livro do Tombo Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Informo que o memorando do DEPAM nº 147/2010 e o parecer nº 51/2010 da Procuradoria do IPHAN integram meu parecer como razões de decidir. APOIO AMPLO LOCAL. Da impugnação: 1) - Valor cultural do bem da impugnante, incluído no polígono, 2) - Propostas do IPHAN com relação ao porto: 3 propostas contemplam o Porto das Lages. SIDERAMA, REMAM e Chibatão sempre estiveram ausentes desses estudos. Não há ausência de parcialidade do IPHAN, 3) - O impacto ocorrerá, mesmo que o porto não tenha grande visibilidade, devido à atracação de barcos na área do encontro, 4) - Não haverá esvaziamento de direito econômico. **Eduardo Góes Neves, Conselheiro do IPHAN, Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira.**” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Procurador Geral do IPHAN, Antônio Fernando Alves Leal Neri, para a apresentação de esclarecimentos sobre impugnação referente ao tombamento do **Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões**, transcritos a seguir: “Senhores Conselheiros, a impugnação foi encaminhada ao IPHAN pela JUMA PARTICIPAÇÃO e pela

LAJES LOGÍSTICO. A JUMA PARTICIPAÇÕES é proprietária da área, portanto tem legitimidade para impugnar, e o fez de forma tempestiva. A LAJES LOGÍSTICO, empresa que entrou conjuntamente com a JUMA PARTICIPAÇÕES, não é proprietária da área, é uma comandatária, não tem legitimidade. O Decreto-lei nº 25 concede somente aos proprietários o direito de apresentar impugnação. A impugnação apresentada pela JUMA PARTICIPAÇÕES pode ser conhecida. Essa é uma questão preliminar de ordem para ingressarmos no mérito do processo de impugnação. A JUMA PARTICIPAÇÕES alegou não ter obtido vista ou cópia do processo de tombamento, mas eu emiti um memorando no dia 13 de outubro, encaminhado à LOGIN, empresa que solicitou cópia desse processo. No próprio texto da peça a empresa afirma que teve acesso aos autos. Então há uma questão que pode ser refutada na medida em que a empresa apresentou a impugnação dentro do prazo tempestivo e afirma que teve acesso aos autos. Uma outra questão é sobre a aplicação da Lei nº 9784, que rege os processos administrativos. É uma lei que se aplica de forma subsidiária a outros dispositivos normativos que regulam a questão da tramitação de processos. No âmbito do IPHAN, temos a Portaria nº 11, de 11/09/1986, que trata do procedimento de processo de tombamento. Essa Portaria foi fielmente obedecida durante todo o trâmite desse processo. Uma outra questão levantada é sobre a notificação por edital. Na impugnação, argumentam que a notificação deveria ser feita de forma individualizada, mas fizemos uma notificação do tombamento geral. A notificação de tombamento geral, como o próprio nome diz, é publicada no *Diário Oficial da União*, para ciência de todos os interessados e de toda a sociedade. Não caberia realizarmos uma notificação individualizada a essa empresa, justamente porque estaríamos dando um direito de preferência em prejuízo de outras empresas ou de outros

interessados porque, em relação ao polígono, a área de abrangência é grande e não seria possível identificarmos os documentos de propriedade de cada um dos possíveis interessados. Por isso se adotou o edital publicado no *Diário Oficial da União* no dia 11/10/2010. Com relação ao mérito do processo e da própria impugnação, é importante deixar claro que não há impugnação quanto ao tombamento do fenômeno do Encontro das Águas. Reconhecem o valor paisagístico desse fenômeno, reconhecem a existência e a relevância do fenômeno do Encontro das Águas a ser protegido, mas, com relação ao bem de sua propriedade, alegam não estar configurado esse aspecto paisagístico. É uma questão técnica que foi avaliada pelo DEPAM. O arquiteto Dalmo Vieira Filho poderá indicar para os Senhores Conselheiros a localização, demonstrando de forma efetiva a proximidade do terreno de propriedade da impugnante em relação ao fenômeno em questão. Na realidade, a empresa defende a construção, nessa área, de um porto denominado Porto das Lajes, e alega que a construção não iria agredir esse fenômeno, e permitiria à população visualizá-lo, e que não causaria grande impacto naquela área; argumentando também que as embarcações não adentrariam de forma constante o local onde ocorre o fenômeno, atracariam lá, mas não estariam em movimentação freqüente naquela área. Esse é um dos aspectos técnicos para propor e abordar. Por que também essa questão do porto? Ela coloca, dentro das alternativas que existem no processo de tombamento, três propostas. Em todas as propostas está explicitada a necessidade da preservação do Porto das Lajes. Ela argumenta que existem outros portos e que esses outros portos não foram contemplados na poligonal de tombamento. Então nós temos uma refinaria, a refinaria de Renan, o Porto Siderama e o Porto do Chibatão. E ela questiona até a própria imparcialidade do processo de tombamento porque não foram incluídos na poligonal os demais portos. Existe um aspecto técnico que

o Conselheiro Relator vai abordar. Aquela área onde está o Porto das Lajes efetivamente é a área mais próxima do fenômeno, são dois quilômetros entre as duas margens, que naquele local se afinam, possibilitando de forma nítida a apreciação da exuberância do Encontro das Águas. Há uma outra argumentação no sentido de que nenhuma construção feita nas margens do Rio Amazonas, e principalmente onde pretendem localizar o futuro porto, impactaria a vista do fenômeno do Encontro das Águas. Existe um estudo feito pelo DEPAM que demonstra o contrário, a atividade portuária realmente impactaria esse fenômeno. Uma outra questão colocada na impugnação, considera que o Encontro das Águas poderia ser observado em uma torre da Embratel, reduzindo a possibilidade da visão do Encontro das Águas somente a um ponto. A fruição da grandiosidade do fenômeno ficaria limitada somente a uma área específica de observação. Uma outra questão trazida é sobre o esvaziamento econômico do direito de propriedade, argumentando que a proibição de construir o porto ocasionaria o esvaziamento do valor econômico da propriedade. Atualmente a Constituição de 88 reconhece o direito de propriedade mas, ao mesmo tempo, afirma que ele está imbuído de um espírito maior, ou seja, da preservação e da valorização da sua função social. Em relação a isso, a utilização de um determinado bem não se resume somente à propriedade do interessado, mas ela contempla o interesse da coletividade. Então, não ficaria exaurido o direito econômico da propriedade, o mesmo deve ser contemplado com relação à função social da propriedade. Ao mesmo tempo, não se configuraria desapropriação direta na medida em que a impossibilidade da construção do Porto das Lajes não impediria a realização de outras atividades econômicas, inclusive na impugnação a empresa afirma que anteriormente era desenvolvida a pecuária naquele local. Pela localização da área, poderia ser permitido o uso turístico do bem ou de outras formas de

exploração dessa propriedade, não ficaria inviabilizado de forma definitiva o direito à propriedade da impugnante, porque não se esgotaria o seu direito econômico. O que o tombamento coloca, e acho deve ficar bem claro, é a vedação do uso inadequado do local, para que não desvirtue a conservação e preservação do bem. Não está sendo proposto o tombamento do uso, mas sim que esse uso seja investido dos valores sociais em relação à própria área. Trazem também como argumento o conflito de interesses entre tombamento e desenvolvimento econômico e social, que o tombamento e impediria. Devemos considerar como legítimo o exercício da livre iniciativa, o direito do proprietário de auferir lucros das suas atividades, mas, ao mesmo tempo, as suas atividades devem ser reconhecidas e valoradas no sentido de permitir o exercício dos direitos da sociedade. O conflito entre a exploração econômica e a preservação desse bem coloca a seguinte questão: o local é o único onde se poderia construir um porto, ou poderia haver outras áreas admissíveis para a construção do porto? E, se nesse caso, é o único local onde o fenômeno se apresenta na sua forma mais abrangente, na sua forma mais exuberante? Nesse caso se identificaria a necessidade da preservação, efetivamente porque seria um fenômeno que, pela sua importância, deve ser reconhecido. Esses são os aspectos principais trazidos pela impugnação.” O Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Relator, Eduardo Góes Neves, para as seguintes considerações: “Queria reforçar o aspecto já referido pelo Procurador Geral, Antonio Fernando Neri, que os outros portos mencionados, Reman, o porto da Siderama e o porto conhecido como Chibatão, que desmoronou há três semanas atrás, foi uma catástrofe, já estão na área no Rio Negro, e o Porto das Lajes se encontra diretamente em frente ao Encontro das Águas. Acho que a delimitação do polígono foi muito bem feita porque de fato sintetiza bem o fenômeno; vemos claramente os dois rios correndo paralelamente; penso que

esse aspecto deve ser reforçado. Uma outra questão importante com referência ao que já foi dito: atualmente existem duas maneiras de apreciarmos o Encontro da Águas. Uma delas por quem se aproxima de Manaus por avião, em dia claro. Mas a maior parte da visitação é feita em barcos de pequeno porte, que saem do porto de Manaus. É uma atividade econômica importante, renovável, eu diria até sustentável, que gera empregos nos pequenos restaurantes na região do Encontro, mas que parte do porto de Manaus. Então essa alegação que o fenômeno só poderia ser visível a partir de um ponto da torre da Embratel, por não gerar impacto, não se aplica nesse caso, porque o impacto existiria para os turistas que pretendessem apreciar o fenômeno partindo do centro de Manaus. E uma última questão, não sou advogado, mas há também referência a esvaziamento econômico. Trabalho nessa região e conheço essa área, já estive nesse local; o seu potencial turístico me parece ser fantástico, imenso. Não vejo conflito entre o eventual tombamento e uma utilização econômica dessa área específica que gere lucro nesses terrenos, por exemplo, o turismo. Acho que há grande potencial, é uma área única, que pode ser usada sem prejuízo do tombamento.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Synésio Scofano Fernandes que indagou quais fundamentos foram apresentados na impugnação e, ainda, sobre as possibilidade da impugnação de ato não consumado, apenas com base no edital. O Procurador-Geral do IPHAN informou que, a partir do edital, é possível a impugnação sob o ponto de vista legal. A Conselheira Jurema Machado pediu a palavra para solicitar os seguintes esclarecimentos: “O foco do tombamento é sobretudo preservar a possibilidade de observação do fenômeno. Outra preocupação, muito mais abrangente e muito mais complexa talvez, não sei se foi considerada, é a defesa da região. Haveria empreendimentos que alterassem o regime hídrico, ou seja, barragens? Não sei

se existe alguma medida prevista nesse sentido, porque uma coisa é o fenômeno em si, a sua localização, e outra coisa são as condições naturais que dão sustentação àquele fenômeno. Então, na verdade, tendo a votar favoravelmente ao ato do tombamento, a minha preocupação é que existam outros estudos. Enfim, o tombamento acarretará para o IPHAN uma responsabilidade com relação a preservar as condições ambientais que dão sustentação à existência desse fenômeno, que poderiam deixar de existir em determinado momento. É muito ambicioso, penso que a alteração do regime hídrico com maior profundidade teria conseqüências.” O Presidente passou a palavra ao Diretor do DEPAM, arquiteto Dalmo Vieira Filho, para os seguintes esclarecimentos: “A delimitação se ateve à busca pela preservação de um cenário envoltório natural da ocorrência. Por isso ela foi diretamente à ponta das lajes, é uma ocorrência rara essa formação rochosa no Rio Amazonas. Trata-se de um sítio já protegido em nível estadual, sendo considerado pela Comissão Brasileira de Paleontologia como ocorrência rochosa que só tem equivalente na Antártica. É um ponto excepcional. Antes dessa área, temos um trecho bastante urbanizado, no qual a fruição do fenômeno fica prejudicada pela ocupação urbana que se estende sem interrupção até a reserva natural do Estado. O tombamento se estendeu também, e essa é uma alegação dos impugnantes, à proximidade da sua área, quando na realidade ele abarca a Lagoa do Aleixo, que faz parte da formação natural do Rio Negro e configura um ambiente ecológico extremamente frágil. Então, basicamente, a delimitação procura preservar esse cenário do fenômeno no trecho onde ele é mais evidente. Para concluir, a questão da possibilidade da interferência no sistema hídrico foi analisada pelos institutos ambientais que estudaram os impactos sobre a fauna e a flora, sobre o meio líquido e chegaram à conclusão de que não haveria impacto sobre esse aspecto, mas não

foi analisado, exatamente, o aspecto paisagístico sobre o sítio da ocorrência.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses para os seguintes comentários: “Tanto o parecer do Conselheiro Eduardo Neves, quanto as informações sobre a impugnação do Procurador-Geral Antonio Fernando Leal Neri são extremamente competentes e não deixam dúvida sobre a possibilidade do tombamento de um bem dessa natureza. Em segundo lugar, a inadequação dos argumentos apresentados na impugnação, sobretudo, não permite dúvida nenhuma sob o mérito do tombamento. É uma série de questões que não dizem respeito ao mérito, mas sim a própria eficácia do tombamento. E gostaria de obter algumas informações sobre detalhes, mas são dúvidas minhas para que efetivamente não haja fatores que coloquem em risco a eficácia do tombamento. Para mim, a principal está na definição do teatro de operações, que considero muito mal definido na instrução do processo. Então, não vou falar da complexidade dos processos naturais e culturais envolvidos, são dois ecossistemas bastantes divergenciais e isso foi bem apontado no parecer do Relator, mas gostaria de saber como podemos imaginar a eficácia do tombamento em polígono que não leva em conta fatores de desorganização. Estou pensando sobretudo que se usou a palavra predatória como um dos fatores de risco, a área urbana com esses desacertos todos não se encontra aqui nesse polígono. Fala-se também na captação inadequada de águas na ponta das lajes, nos efeitos do distrito industrial de Manaus, não se encontra também aqui. Fala-se sobretudo, o que me impressionou, nos portos clandestinos que não sei se existem aqui, mas que existem próximos, de qualquer maneira também fora da área. E ainda, o Conselheiro Eduardo Neves trouxe à baila a questão das pontes, uma já construída e a outra em projeto, que certamente vão trazer uma série de alterações. Isso significa portanto que é preciso alterar, não diria esse polígono

de proteção, mas de qualquer maneira, o enquadramento da área nuclear ou do entorno, dentro de um conjunto de fatores que estão fora desse teatro de operações, mas que agem sobre eles. Por outro lado, a área de entorno foi definida a partir de uma faixa de mil metros, uniformemente, qual foi o critério? A área de entorno justamente deveria servir para resolver estes problemas, que são fatores de degeneração e se encontram fora da área nuclear. Talvez esse polígono devesse ser ampliado. Mas, a solução de grande parte dessas questões não compete diretamente ao IPHAN, o próprio Conselheiro Eduardo Neves menciona as articulações necessárias. Acho absolutamente indispensável que haja articulação com a SUFRAMA, que haja articulação, em primeiro lugar, com a área metropolitana, porque os três municípios envolvidos são todos da área metropolitana, e se não houver controle da área metropolitana qualquer proposta ficaria comprometida a médio ou a longo prazo. Além disso, fala-se por exemplo, da existência de uma APA estadual, já criada, do que trata essa APA estadual? O que ela pretende? Como ela se organiza? Qual a área da sua abrangência? E quanto ao projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados, ao que me consta já foi votado em dois patamares, e que propõe uma APA federal? As mesmas perguntas são válidas aqui. Não há conflito obrigatório entre a APA e o tombamento, mas a APA deve ter uma especificidade e o tombamento também a sua. Ora, se não se tem informação nenhuma sobre a APA, trata-se de mera superposição, trata-se inclusive de um possível conflito? De qualquer maneira, se cada um desses institutos têm uma personalidade própria, interessaria multiplicar o potencial de proteção e não simplesmente superpor formas diferentes de proteção. Então, faltam uma série de elementos, não com relação ao convencimento sobre o mérito do tombamento, mas com relação a essas medidas de proteção e, sobretudo, à definição da área de entorno, que é

um dos recursos principais da proteção. E, desse ponto de vista, imagino que talvez valesse a pena, se for o caso, colocar o tombamento em votação depois da discussão, mas adiar, para revisão, todos esses aspectos das medidas de proteção e, sobretudo, da definição do entorno. De maneira que talvez seja necessário distinguirmos essas duas etapas, para diferenciar o tombamento das medidas de proteção.” O Presidente solicitou ao Diretor do DEPAM, Dalmo Vieira Filho, a apresentação de esclarecimentos, transcritos a seguir: “Conselheiro, todas as áreas propostas como entorno, abaixo da margem, são áreas alagadiças, áreas onde não há estrada, não há condições para a construção de rodovias. Todas as construções existentes são pequenas casas de madeira, sobre palafitas, ao longo do Rio Amazonas. Então, por que mil metros? Por que ao longo daquela planície que se estende, a rigor, até o infinito? Julgamos esses mil metros - especialmente levando em conta a fruição do fenômeno por quem está visualizando-o da margem do Rio Negro ou do local do Encontro das Águas - suficientes para prevenir uma intervenção na parte inferior, em especial pensando na construção da ponte sobre o Rio Negro, citada pelo Relator, que trará a possibilidade de enorme transformação dessa área, um trecho alagadiço ao qual se tem acesso apenas por barco. Na parte superior, há especificamente um trecho onde a poligonal interage com a cidade, com a margem urbana já ocupada, também consideramos esses mil metros suficientes para a interação com os planos diretores, com as alternativas de alteração que a cidade tem através de seus mecanismos próprios. Então, nessa extensão de mil metros, os processos precisarão de análise do IPHAN sobre a possibilidade de configurarem, ou não, uma interferência significativa na área tombada. Quanto aos outros aspectos, como por exemplo, a cidade industrial e mesmo a expansão urbana, não há uma APA na região. O que há é uma pequena área de proteção estadual no local

onde as rochas se configuram na ponta das lajes, uma pequena área que não tem a abrangência proposta para o tombamento. Então, trata-se de uma área protegida, sem definição de entorno, me parece que se trata de um parque. Considerar as potenciais transformações dessa cidade, hoje com dois milhões de habitantes, que acaba de expandir a sua área urbana para a margem oposta do Rio Negro, nesse momento, na avaliação da equipe técnica, nos levaria ao imponderável. Buscou-se um polígono comedido, que nos pareceu praticável, para tornar efetiva a proteção que aliás já está acontecendo. Nesse momento, quando os órgãos ambientais locais não tiverem a possibilidade de fazer essa intervenção, ela já estará sendo, legalmente, uma incumbência do IPHAN. Os pontos estão todos em interação com a área urbana. Todos os processos citados estão colocados junto com a área urbana ao longo da cidade de Manaus, nenhum outro dentro da área tombada. Há uma enorme demanda pela ampliação dos portos na cidade de Manaus. O porto principal da cidade, o porto legalizado, ainda está localizado no coração da cidade, inclusive com alguns dos galpões tombados pelo IPHAN. Então, há um interesse generalizado no Amazonas para a construção de novos portos que atendam à demanda regional. A argumentação feita pelo IPHAN, através da sua Superintendência, é de que dos milhares de quilômetros do Rio Amazonas, esse certamente seria o local menos indicado pelo estudo paisagístico; aceitamos e compreendemos a necessidade da instalação portuária, mas que não seja exatamente nesse ponto.” O Conselheiro Liberal de Castro pediu a palavra para indagar se o porto estaria situado dentro da lagoa. Questionou a viabilidade do tombamento da água de um rio, e associou-se às ponderações apresentadas pelo Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, opinando que o IPHAN, ao efetivar esse tombamento, estaria arcando com responsabilidades que, no seu entendimento, deveriam ser compartilhadas com outras

instituições afins. Adiantou que não tem objeção ao tombamento, mas que tem grande preocupação com os problemas dele decorrentes. O Presidente tomou a palavra para lembrar tombamentos anteriores, como o espelho d'água em frente ao Aterro do Flamengo. O Diretor do DEPAM esclareceu que o porto limita com o desaguadouro, como sangradouro da lagoa, que não é perene, está sujeita ao regime dos rios. Além do tombamento do espelho d'água fronteiro ao Parque do Flamengo, referido pelo Presidente, citou as cidades de Laguna, São Francisco do Sul e Iguape, onde as áreas de proteção se estendem a uma faixa marítima para prevenir o surgimento de portos flutuantes. Quanto à preocupação sobre as responsabilidades, informou que o Presidente acabara de receber moção de solidariedade da Universidade Federal de Manaus. Afirmou que o Ministério Público e outras entidades são fortalecidas pela ação que o IPHAN viabiliza por intermédio do seu Conselho Consultivo. O Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses tomou a palavra para observar que **proteção**, nesses casos, deve ser considerada em sentido amplo: proteção da área nuclear, proteção da área do entorno e proteção fora da área do entorno; essa última seria a articulação do IPHAN com os demais órgãos locais. O Presidente tomou a palavra para apresentar o seguinte esclarecimento: “Apenas para dar um exemplo, o tombamento das Cataratas do Iguaçu tem servido como um parâmetro no processo de licenciamento de todas as barragens do Rio Iguaçu, e o critério que está sendo usado para a manutenção de determinado volume de águas no vertedouro dessas barragens é exatamente o da manutenção do patrimônio paisagístico das Cataratas. Acho que não há nenhum estudo de potencial de geração de energia hidrelétrica nos Rios Negro e Solimões, pelo menos não conheço, e acredito bastante improvável pela falta de declividade desses rios. Mas, sem dúvida nenhuma, o tombamento paisagístico tem proporcionado critérios utilizados como parâmetros nos

processos de licenciamento ambiental. Vou propor que votemos a impugnação, se estiver absolutamente clara; depois discutiremos a proposta de tombamento e votaremos, se for o caso. Quero consultar os Senhores Conselheiros se estão esclarecidos sobre a impugnação apresentada e sobre as razões expostas pelo Procurador para a nossa negativa. O Conselheiro Antônio Menezes Júnior tomou a palavra para a seguinte manifestação: “Apenas um esclarecimento para ajudar. O Estatuto das Cidades, nominalmente, cita o tombamento com um instrumento jurídico apto a produzir efeitos no território urbano. E, naturalmente, assume os pressupostos que o Decreto-lei nº 25 preconiza. O Plano Diretor, por sua vez, é atribuição do Município. Em quase todas as reuniões que participei, nas análises de tombamento, essa questão vem à tona. Se o Plano Diretor, hoje, está dialogando mal com esse sítio ecologicamente e ambientalmente relevante, e se o Estado Brasileiro tem a prerrogativa dessa proteção, ou combinamos o jogo antes, ou a partir de agora. Então, acho que a questão da função social deve ser plenamente resolvida no Plano Diretor e as condições que o Estatuto assegura não só à União, aos estados e às prefeituras para atuar sobre o espaço urbano legitima o choque, se houver, entre o tombamento e eventuais diretrizes ou padrões de ocupação inaceitáveis. Então queremos crer que é mais um jogo para a reversão do quadro. Cabe sermos otimistas e lutar para conseguir o nosso objetivo, o objetivo da sociedade.” O Presidente tomou a palavra para o seguinte encaminhamento: “Coloco em regime de votação a impugnação do tombamento do **Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões**, no Estado do Amazonas. Peço que os Conselheiros contrários às alegações do impugnante, de acordo com a posição do Procurador-Geral do IPHAN, se manifestem levantando as mãos. Entendo que a impugnação foi recusada. Quanto à proposta de tombamento do Encontro das Águas dos Rios Negro e

Solimões, os Conselheiros desejam outros esclarecimentos?” O Conselheiro Eduardo Góes Neves pediu a palavra para as seguintes considerações: “Gostaria de fazer apenas um comentário que não diz respeito a esse tema específico, mas que, imagino, poderá ser tema de discussões futuras neste Conselho. Por exemplo, a ocorrência de sítios arqueológicos em unidades de conservação, por toda a Amazônia, é muito comum, em qualquer unidade que visitamos. Atualmente há uma política por parte do Poder Executivo, em algumas das unidades de conservação, de exclusão dos moradores dessas áreas, mesmo sendo caboclos. É interessante notar que a evidência de ocupação humana nesses locais mostra que essa biodiversidade que se quer proteger resulta também da atividade humana no passado, é claro que em escala compatível com a manutenção da biodiversidade. Então, a presença constante de sítios arqueológicos em unidades de conservação mostra esse entrelaçamento tão forte entre a dimensão da ocupação humana e a construção desses biomas no quadro da Amazônia. Questões semelhantes, imagino, podem se tornar cada vez mais comuns neste Conselho”. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart Reis para as seguintes considerações: “Seguindo as palavras do Conselheiro Eduardo Neves, penso que ele levantou um aspecto fundamental no processo, as questões de ordem geral sobre a forma de ocupação, de transformação do território na Amazônia são muito sérias, amplas, diversificadas. Serviram para fundamentar a nossa votação sobre esse tombamento, mas elas são muito mais amplas. Penso que teria sentido o IPHAN abrir a perspectiva de um estudo como este, como alguns de nós fizemos sobre a formação das Capitâneas do Sul, porque esse assunto, que começa a ser estudado sob essas novas perspectivas, precisaria ser objeto de uma consideração específica muito mais ampla, envolvendo todos esses pesquisadores. É um trabalho sério,

obviamente seria um trabalho preliminar, como foram entre 1937 e 1945 os primeiros estudos sobre outras questões. Mas é uma análise fundamental sob a forma de organização territorial pré-colombiana, que tem relação direta com os processos de tombamento dos núcleos urbanos e partes de núcleos urbanos, que nós estamos desenvolvendo desde sempre, mais intensamente depois de 74 e 75. Essa é uma linha fundamental de atuação do IPHAN. Há poucos dias vi uma relação, que acredito incompleta, dos núcleos urbanos já tombados, considerados cidades históricas ou partes delas. É um conjunto impressionante, mas é preciso fazer a contrapartida e estudar esse universo de ocupação territorial pré-cabralino, seria um trabalho fundamental na área da arqueologia brasileira porque muda completamente a nossa visão do território. Nós, há muito, estamos conscientes disso. Fiz um estudo desse em um setor do Estado de São Paulo e constatamos que todas as vilas do litoral sul são construídas sobre antigas ocupações indígenas, com a utilização dos caminhos indígenas, portanto, não foi um território organizado pelos portugueses, foi um território pré-cabralino apropriado pelos portugueses, como em Paranaguá e Cananéia. Os portugueses ficavam sempre numa ilha, em área de água salobra e levavam dez, vinte ou trinta anos para conseguir se apropriar dos locais das aldeias indígenas, que tinham os melhores aguadouros, os melhores caminhos, os melhores pesqueiros e etc. O domínio do território foi feito pelas bordas. Os portugueses reconstruíram praticamente todas as suas vilas no litoral durante o primeiro século e no começo do segundo século de colonização. Essa é uma história sobre a organização do território que precisa ser melhor contada. Acho que a presença do Conselheiro Eduardo Neves no Conselho pode nos ajudar nesse sentido, em diálogo com o Presidente, para que se abra uma perspectiva nesse ponto. Isso supera os seus comentários, supera e muito a questão que está em discussão. São duas questões

completamente diferentes, creio que elas devem ser abordadas de forma diferente. A segunda foi usada como fundamento da discussão da primeira, mas ela não deve morrer aqui, dada a sua importância para o IPHAN e para todos nós, até pelo reconhecimento da contribuição cultural indígena para a formação do Brasil, que cobrei como um fiel e consciente herdeiro das minhas raízes mamelucas. Obrigado.” O Presidente agradeceu e tomou a palavra para apresentar os seguintes comentários: “A partir da criação do Centro Nacional de Arqueologia estamos nos dedicando bastante, junto com uma série de parceiros, inclusive o Conselheiro Eduardo Neves, a um processo de revisão da nossa política no campo da arqueologia, levando em consideração também o que está acontecendo no país, onde essa atividade está em pleno desenvolvimento, mas como uma atividade que está correlacionada aos processos de grandes obras de infra-estrutura no país. Não temos conseguido, dentro de uma política pública de arqueologia, desenvolver uma ação com visão prospectiva, que na verdade responda a uma necessidade de compreensão do processo de ocupação do país. Isso é fundamental porque só assim nos impedirá de ter uma posição reativa, ou seja, de nos contrapor depois da proposição de determina obra de infra-estrutura ou da elaboração de determinado estudo de aproveitamento de uma bacia hidrográfica. É preciso pactuar o território brasileiro basicamente a partir desse conhecimento. Esse processo está relativamente adiantado e considero muito importante trazer à consideração do Conselho essas reflexões e os novos marcos que estão sendo pensados e implantados como consequência dessa reflexão.” O Conselheiro Eugênio de Ávila Lins pediu a palavra para as seguintes considerações: “Queria reforçar as colocações do Conselheiro Nestor Goulart Reis com relação à essa questão da apropriação do território. No programa nacional de arquitetura, tenho trabalhado muito com a questão de redes urbanas e da

ocupação de território. E temos constatado, inclusive em trabalhos que estou acompanhando, um deles sobre a rede urbana do Recôncavo, que toda essa rede e todos os caminhos foram feitos em cima dos caminhos indígenas e da presença dos índios ao longo de todo o Recôncavo Baiano; a mesma coisa na região do baixo sul da Bahia. Também há outro um trabalho sendo desenvolvido sobre um aldeamento jesuíta, toda a rede urbana da região do sul da Bahia foi, de certa forma, surgindo em função dos aldeamentos e dos caminhos que existiam. Então, cada vez mais o estudo do território ganha um novo espaço, um novo olhar que é fundamental para entendermos a questão do patrimônio neste país. Por exemplo, na Chapada Diamantina, todas as estradas reais que existiram no final do século XVII e início do século XVIII, todas elas ocorreram onde havia maior presença de vestígios arqueológicos anteriores à presença portuguesa no Brasil.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Roque Laraia para a seguinte manifestação: “Não pretendia fazer comentário porque a discussão mudou de rumo com a questão do porto, mas achei muito interessante o parecer do Conselheiro Eduardo Neves e agora também do Conselheiro Nestor Goulart Reis. A lição que tiramos do que foi dito aqui é que as grandes populações indígenas do passado conseguiram viver conservando a grande floresta tropical que está sendo destruída por pequenas populações de madeireiros. Então eles têm muito mais a ensinar para nós do que muitos pensam a respeito. Apenas para concluir, o povoamento do Rio Grande do Sul só foi possível pelas famosas estradas do gado, que seguiram os caminhos indígenas pelo planalto até o sul.” O Presidente agradeceu e, prosseguindo, consultou o Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses se pretendia manter sua sugestão de retirada da faixa envoltória de mil metros, proposta pelo DEPAM. O Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses tomou a palavra para as seguintes considerações: “Não

diria que deva ser retirada, diria que ela deve ser melhor fundamentada. O Diretor do DEPAM apresentou dados que não encontrei no processo. Então, não sou, a priori, contra a apresentação do processo, estou achando que faltam alguns elementos, é uma questão, eu diria, de ordem interna, de revisão de algumas dessas medidas de proteção, sobretudo sobre a definição, seja da área nuclear, seja da área de entorno. Não havendo outras manifestações, o Presidente colocou em votação a proposta contida no Proc. nº 1.599-T-2010 (Proc. nº 01450.015766/2009-08) – acolhida por todos os Conselheiros, ficando tombado, por unanimidade, o **Encontro da Águas dos Rios Negro e Solimões e a sua área envoltória**, no Estado do Amazonas, e aprovada a sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Prosseguindo, o Presidente passou a tratar do Proc. nº 1.286-T-1989 (Proc. nº 01502.001936/2008-25, – proposta de tombamento do **Conjunto Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Félix**, no Estado da Bahia, e solicitou do Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, arquiteto Dalmo Vieira Filho, pequena apresentação da proposta, transcrita a seguir: “Senhores Conselheiros, entramos agora no campo dos núcleos urbanos: São Félix e, amanhã, Santa Tereza, no Rio Grande do Sul. Trata-se de um movimento estratégico do IPHAN, debatido na Câmara de Arquitetura e Urbanismo, para ampliarmos o rol das cidades históricas brasileiras tombadas em todas as regiões. A Cidade de São Félix, nesse contexto, é emblemática. Está situada às margens do Rio Paraguaçu, é fronteira à cidade que lhe deu origem, Cachoeira, fundada no século XVII, durante o ciclo da cana de açúcar. Faremos apenas uma visualização da cidade e da área proposta para tombamento.” Após a projeção de imagens explicadas pelo Diretor do DEPAM, o Presidente concedeu a palavra ao Relator, Conselheiro Eugênio de Ávila Lins, que antes de proceder à leitura do seu parecer, comentou que São

Félix estava extremamente bem representada naquele Salão pela obra de Portinari. Os ciclos econômicos ali registrados estão diretamente vinculados a São Félix: Estação Central Brasil, a cana de açúcar, a criação do gado nos sertões, a mineração e o cultivo do tabaco. Passou depois à leitura do seu parecer, transcrito a seguir: “CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DE SÃO FELIX, MUNICÍPIO DE SÃO FELIX, ESTADO DA BAHIA”. ANTECEDENTES. A solicitação de tombamento da cidade de São Felix partiu da Municipalidade da referido Município em carta a 5ª Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN/FNPM, em 1987. Para viabilizar a solicitação, foi instituído pela 5ª Diretoria Regional um grupo liderado tecnicamente pelo Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia – CEAB/FAUFBA, com a participação da 5ª. Diretoria Regional, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC e da Prefeitura de Municipal de São Felix. O processo teve início em dezembro de 1988, com o ofício nº 0882/88 encaminhado pelo Diretor da 5ª Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –SPHAN/FNPM, Doutor Eduardo Furtado de Simas, ao Secretário do SPHAN, Doutor Augusto Carlos da Silva Telles, onde encaminha os estudos realizados para efetivação do tombamento. Reformas administrativas ocorridas no serviço público federal, em 1990, substituíram o IPHAN pelo IBPC e extinguiu o Conselho Consultivo, desta maneira o processo de tombamento não seguiu os trâmites normais. O referido processo foi retomado em 1993 através de Ofício do então Diretor do Departamento de Proteção-DEPROT, arquiteto Sabino Barroso, as Coordenações Regionais do Órgão, no qual consta uma proposta de trabalho para retomada dos processos de tombamento no âmbito. Em resposta à solicitação, a Coordenadora Regional da Bahia, Sr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Coelho Villar,

no Ofício de 26 de novembro 1993, indicou os processos de tombamento priorizado pela regional, entre eles, o que tratava da proposta de tombamento de São Felix, fazendo a seguinte colocação: “...perigo iminente de total descaracterização, sendo entorno da cidade de Cachoeira, Monumento Nacional, compondo sua ambiência”. Apesar da urgência, somente em 1997 o processo de tombamento de São Felix tem andamento. Em despacho de 25 de fevereiro do referido ano, a Chefe da Divisão de Proteção Legal do DEPROT, museóloga Glauca Côrtes Abreu, encaminhou à regional uma cópia das Recomendações básicas para a instrução de processos de tombamento e o Memorando nº 174/97, do historiador Adler Homero Fonseca de Castro, no qual são apresentadas algumas considerações sobre a documentação apensada ao processo e é sugerida a sua complementação. Mais uma vez o processo de tombamento permanece paralisado, sendo retomado em 2008, a partir do encaminhamento do Memorando nº 176/08, da Gerente de Proteção-DEPAM, arquiteta Jurema Kopke Eis Arnaut, à 7ª. SR, no qual solicita o desenvolvimento de estudos complementares indispensáveis à conclusão do processo de tombamento. Diante da urgência que a demanda requer, a 7ª SR realiza os estudos solicitados utilizando os recursos humanos e financeiros disponíveis na Regional, no período de junho a setembro de 2008. Os estudos realizados resultaram nos seguintes documentos: “Subsídios para a justificativa histórica do tombamento da cidade de São Felix”, de autoria da historiadora Ivanirce Gomes Wolf, e no Parecer Técnico das arquitetas Gabriela Gusmão Sampaio e Silvia Machado Leal. O primeiro documento amplia a dimensão histórica da cidade, incorporando o conceito de território cultural contínuo, introduzindo novos aspectos para a compreensão do sítio, tais como: o patrimônio industrial vinculado a indústria fumageira e diversidade de manifestações culturais existentes na cidade. O segundo

documento relacionado com as questões arquitetônicas e urbanísticas incorpora novos elementos de análise do espaço natural e construído que constam do Inventário Nacional de Configuração dos Espaços Urbanos – INCEU, resultando em um entendimento mais consistente sobre a imagem da cidade. O trabalho produzido pela 7ª SR foi encaminhado pelo Superintendente Regional, arquiteto Leonardo Falangola Martins, em 10 de agosto de 2008, a Gerência de Proteção do DEPAM. Esses documentos, sem dúvida alguma, complementam e ampliam a análise da cidade e subsidiam uma nova proposta de poligonal de tombamento. Vale ressaltar os estudos e pareceres realizados no âmbito da Gerência de Proteção do DEPAM, sob a coordenação da arquiteta Jurema Kopke Eis Arnaut, realizados pelo estagiário de história Guilherme Porciúncula Bresciani Cerqueira Linhares e pela arquiteta Helena Mendes dos Santos, ambos extremamente consistentes e esclarecedores para o processo de tombamento. O parecer é favorável à solicitação do tombamento, pela importância histórica e cultural do conjunto arquitetônico e urbanístico, e pelo seu valor paisagístico. **IMPORTÂNCIA HISTÓRICA E DOCUMENTAL.** As primeiras notícias históricas referentes à São Felix estão diretamente ligadas ao rio Paraguaçu e à Cidade de Cachoeira. Através destas sabe-se que a área foi desbravada em 1526 por Cristovão Jacques. Porém, deve-se ressaltar que em 1504 já se tem referências de comércio estabelecido entre os índios locais (tupinambás) e os franceses, através da venda de madeira. Sua origem está vinculada ao aldeamento dos índios Tupinambás aí existentes que, por volta de 1534, contava com 20 palhoças habitadas por cerca de 200 indígenas. Nesse período, os índios comercializavam o pau-brasil com os franceses até a chegada dos colonizadores portugueses a região para explorar a terra e os índios como escravos para o plantio da cultura da cana-de-açúcar. A não

submissão dos índios a escravidão fez com que os colonizadores passassem a utilizar os negros como escravos, momento em que a cultura da cana-de-açúcar ganha expansão nestas terras. Os índios se retiram para o sertão para fugir da escravidão e dos massacres, enquanto os colonizadores expandem seus domínios pelas áreas baixas do Recôncavo, principalmente aquelas junto ao rio Paraguaçu e aos demais rios da região. Os conflitos com os índios na região perduram até quase a metade do século XVII. Somente na segunda metade do XVII, o Porto de Cachoeira, último ponto navegável do rio Paraguaçu, se consolida como elo de ligação entre o litoral e o sertão, tendo início o crescimento da povoação situada na outra margem do rio, que se estabelece à margem da estrada para a Aldeia de São Pedro da Muritiba, partindo do embocadouro subindo a encosta em direção a Muritiba – ponto de saída para o sertão e Minas. Com a consolidação das atividades comerciais na região, ocorre o crescimento urbano de São Felix e Cachoeira. Porém, no que se refere a São Felix, é possível afirmar que nesse período, segunda metade do século XVII, sua configuração era a de um pequeno povoamento, tendo sua principal função a de um “Terminal Tropeiro” que se formou defronte ao porto de Cachoeira, núcleo principal. Cachoeira sendo o segundo principal porto do Recôncavo, foi elevada a Vila em 1698, passando São Felix a ser o seu principal bairro, incluindo a ladeira para Muritiba na sua configuração urbana. Com sua função “Terminal de Tropeiro” estabelecida, o arraial de São Felix se colocou como o entreposto de importação e exportação de produtos europeus e regionais, vindos respectivamente da Cachoeira e do sertão através da estrada das Minas que, passando por Muritiba e Rio de Contas, conectava Minas Gerais e Goiás. Inicia-se o século XVIII e graças a sua posição geográfica, São Felix, situada no ponto de transbordo entre as vias terrestres e fluviais, apresenta uma rápida expansão urbana. O bairro de São Felix passa a

receber maiores atenções por parte das autoridades e moradores, surgem solicitações de uma ligação permanente entre as duas margens do rio, de maneira à facilitar o transporte das mercadorias que partiam e chegavam do interior do país. Contamos com o registro no Termo de Vereação da Câmara de Cachoeira de que em 1754 verifica-se a primeira manifestação oficial para a construção de uma ponte interligando as margens do Paraguaçu, feita pelo Procurador Licenciado Feliciano de Abreu Souto Maior. A dificuldade para angariar fundos para a construção impossibilitou a execução da ponte. Notícias do início do século XIX, informam que a posição de entreposto comercial do arraial de São Felix propiciou e inovações urbanas, possuindo edificações imponentes e ruas calçadas. Este foi o período, no século XIX, de maior desenvolvimento e crescimento da atividade comercial de São Felix, em 1825 a população era de aproximadamente 2.500 habitantes, tendo o arraial um movimento de 10.000 mulas que transportavam mercadorias entre o porto e a Chapada Diamantina. Em 1822, São Felix luta ao lado de Cachoeira, a qual estava ainda vinculada administrativamente nas batalhas para a Independência da Bahia. Fato histórico que marca profundamente a identidade das duas cidades. Em 1838, a Lei Provincial criou a uma primeira freguesia no território do atual município com a denominação de N. Sr<sup>a</sup>. do Desterro do Outeiro Redondo. São Felix continua progredindo até meados do século XIX, quando sofre os efeitos da “cólera-morbo”, ocorre um significativo esvaziamento populacional e conseqüentemente uma estagnação econômica. Em 1857, uma nova freguesia foi criada com o título de “Senhor Deus Meninos de São Felix”, e na mesma data criou-se o Distrito de São Felix. Em torno de 1867, chega à estrada de ferro a São Felix e uma estação de grande porte é construída na cidade. O trem trazia para a região maior rapidez e segurança, significava o progresso chegando ao Recôncavo e ao sertão baiano.

Mais uma vez São Felix desempenharia a sua principal função – a de um terminal terrestre ligado ao fluvial, situado em Cachoeira. A Ponte D. Pedro II, só vai ser inaugurada em 1885, interligando as duas margens do rio. Aproximadamente a partir de 1870 tem início o período áureo da freguesia de São Felix, com o estabelecimento das indústrias fumageiras. A economia do distrito passa a girar em torno do tabaco e de toda a sua linha de produção, destacando-se as Fábricas de Charutos Dannemann, Simas, Cardoso e Suerdick, entre outras. São Felix torna-se uma cidade industrial, passando a ser a maior exportadora de charuto do Império e da República. Este desenvolvimento econômico provoca o surgimento de novas tipologias arquitetônicas na cidade: armazéns, trapiches e vilas operárias. São Felix se destaca no cenário brasileiro por ser uma cidade que oferecia trabalho, comércio e lucros com a cultura do fumo. Em 20 de dezembro de 1889 São Felix é elevada à categoria de Vila, e em 25 de outubro de 1890 deu-se a elevação a condição de cidade. Paralela ao crescimento da indústria fumageira, é construída a hidrelétrica de Bananeiras, entre 1907 e 1920, que vem explorar as quedas d'água do Rio Paraguaçu, e conter as enchentes do rio que arrasavam todo o comércio e a vida dos moradores de São Felix e Cachoeira. A construção dessa hidrelétrica trouxe diversos benefícios à cidade de ordem econômica, social e urbana. O declínio econômico de São Felix começa com o término da construção da rodovia Salvador-Feira de Santana (1924-1928) e a integração do sistema ferroviário baiano que centralizou no Porto de Salvador a exportação e importação, anteriormente compartilhadas por outros portos do Recôncavo. São Felix tarda a se ajustar à nova situação e a encontrar outros suportes para a sua economia. Para aprofundar mais a crise, entra em declínio a economia fumageira por falta de incentivos financeiros. Conseqüentemente as fábricas de charutos que sustentavam a economia de

São Felix são fechadas. Esta crise atingiu diretamente a estrutura demográfica e urbana da cidade, estagnando e limitando suas funções até recentemente. Neste momento, investimentos do governo federal e estadual, mais especificamente o Programa MONUMENTA e a implantação da Universidade Federal do Recôncavo, com um dos seus núcleos implantado em Cachoeira, voltado para a área das ciências humanas e das artes, tem proporcionado uma nova dinâmica para as duas cidades. Mais uma vez os dois núcleos urbanos afirmam a sua interdependência econômica, social e cultural. VALOR ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DO CONJUNTO. O conjunto proposto para tombamento é constituído de edificações com diversas tipologias, preponderando numericamente a de uso residencial, formado por casario modesto e sobrados. Destacam-se no conjunto as edificações religiosas, constituída por igrejas, as industriais, armazéns e galpões resultantes da economia do tabaco, o mercado municipal e a estação ferroviária, com seu interessante salão de embarque em estrutura de ferro. No que se refere aos aspectos urbanísticos de São Felix é importante salientar o quanto o sítio condicionou a ocupação e a forma urbana. Constituído por uma estreita faixa de terra, situada no limite navegável do rio Paraguaçu, limitada por maciço rochoso com altura aproximada de 200 metros, que o emoldura. Inicialmente a ocupação se deu junto a margem do rio, em área com relevo pouco acidentado, entre os dois elementos estruturantes do sítio, o rio e a encosta do maciço. Posteriormente, a cidade sobe a encosta acompanhando o caminho que a ligava a Aldeia de Muritiba, de onde partiam as estradas para o sertão e as minas. Na parte baixa do sítio a trama urbana possui um traçado que segue a morfologia do terreno, onde é preponderante a irregularidade. A grande maioria das edificações de uso público está ai localizada (igrejas, mercado e estação ferroviária) implantadas em pequenas elevações que lhes

garantem destaque no conjunto urbano. Na encosta do maciço, estão localizadas as edificações de uso predominantemente residencial. Com a implantação da linha férrea, a cidade se expande no sentido leste/oeste, em área mais afastada da margem do rio e em cota mais elevada. A linha férrea vai seccionar a parte baixa da cidade, gerando um elemento de desconforto para os habitantes da cidade que tem muitas vezes os seus afazeres cotidianos interrompidos pelas passagens dos trens. Os espaços abertos da cidade de São Felix, onde se destacam as praças e os amplos largos, estão posicionados geralmente em frente aos edifícios de uso público. O espaço mais significativo é a praça José Ramos, localizada na cabeceira da Ponte D. Pedro II, onde também estão localizadas a Prefeitura, o Mercado Municipal e a Igreja Matriz Deus Menino. Os espaços públicos da cidade são apropriados pela população nas mais variadas dimensões, principalmente pelas festas religiosas, cívicas e lúdicas. Na trama urbana da cidade encontra-se registrada a memória de São Felix, do “Terminal de Tropeiros” a “Cidade da Indústria Fumageira”, tanto nos seus aspectos temporais, como espirituais, que continuamente são reapropriados e reelaborados pelos seus cidadãos.

**ASPECTOS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS.** O conjunto urbano de São Felix é detentor de uma paisagem extremamente representativa do processo de ocupação do território brasileiro. Está ali registrado o papel que a povoação desempenhou, em virtude de sua localização, no processo de ocupação do interior do Brasil. A cidade, por estar linearmente distribuída numa pequena faixa de terra entre o rio Paraguaçu e a encosta, pode ser apreendida praticamente como um todo, se for observada a partir de outra margem do rio, ou seja, a partir da cidade de Cachoeira. Podemos considerar que esta visual de São Felix é, em termos de paisagem, um elemento emoldurador e caracterizador de Cachoeira, em outras palavras constitui o seu entorno imediato. Desta maneira, a possibilidade de

percepção global da cidade está associada a este distanciamento da cidade em relação a seu exterior através do rio, e a forte relação existente entre o espaço natural (montanha e rio) e espaço construído. Sobre a Paisagem não edificada, tem-se a dizer que a proximidade entre a montanha e o rio gera uma paisagem coesa e contínua, onde destaca-se o aspecto de maciço e de “paredão” sobre o rio. Neste aspecto o rio Paraguaçu, forma a base contínua deste conjunto paisagístico onde a cidade se apoia, reforçando a horizontalidade da maior parte da mesma. “A proximidade da cidade e da montanha com o rio Paraguaçu, oferece uma imagem de extrema beleza, quando se observa São Felix de Cachoeira, refletida nas águas do rio: durante o dia surge através do colorido do seu casario e durante a noite através do reflexo das luzes da cidade”. No frontispício da cidade, destaca-se no perfil o bairro da Misericórdia, que desde o início do século XX, mantém sua configuração piramidal, sendo o “ponto focal”. A disposição verticalizante e ascendente do seu casario multicolorido, ao longo das curvas de nível, que diminui gradativamente na medida em que sobe o morro, contrasta com a vegetação do maciço, o qual serve de pano de fundo. Outro conjunto que sobressai na paisagem é o primeiro plano do perfil de São Felix, ou seja, as fachadas das edificações que estão à beira do rio. Este conjunto é valorizado pela homogeneidade volumétrica e pela continuidade de seus imóveis. Algumas edificações também contribuem na identidade da cidade, entre elas a Ponte D. Pedro II, as igrejas com suas torres, o sobrado de oitão e o antigo galpão com dois frontões, rótulo dos charutos Dannemann, ambos na margem do rio. A imagem da cidade está constituída por um acervo arquitetônico que compreende edificações do século XVIII – (igrejas e sobrados); do século XIX – (Estação Ferroviária, Casa do Oitão e Mercado); da transição entre o século XIX e século XX – (Fábrica Dannemann, galpões e armazéns do porto,

Solar Guinle) e das primeiras décadas do século XX, com interessantes exemplares do estilo eclético. CONCLUSÃO. Entendo que o patrimônio pode constituir-se como narrativas que permitem mapear conteúdos simbólicos, visando ampliar o entendimento dos lugares, das regiões e do país, promovendo sentimentos de pertencimento dos cidadãos e abrindo possibilidades para novas interpretações. O reconhecimento de São Felix como patrimônio nacional contribui para uma revisão de atribuição de valor histórico relacionado aos bens culturais distinta daqueles vinculados a fatos memoráveis ou A história oficial do Brasil. A efetivação do tombamento da cidade de São Felix é o reconhecimento do seu valor histórico, ambiental, cultural e paisagístico, assim como, uma possibilidade de corrigir o tombamento da cidade de Cachoeira, que por fazer parte de uma mesma realidade urbana e regional, foi parcialmente tombada em 1971, excluindo São Felix da sua área de preservação. Salvador, 03 de novembro de 2010. Eugênio de Ávila Lins. Conselheiro.” O Presidente, após agradecer ao Relator, deu início aos debates. A Conselheira Myriam Ribeiro pediu a palavra para indagar se o tombamento de São Félix representava um complemento do tombamento de Cachoeira e se havia algum monumento, algum edifício tombado individualmente. O Conselheiro Eugênio de Ávila Lins apresentou os seguintes esclarecimentos: “A nível federal, não. Existe tombamento em nível estadual, e a ponte D. Pedro II é objeto de proposta de tombamento em processo tramitando no IPHAN. Na verdade, as atenções sempre se voltaram para Cachoeira e São Félix ficou, de certa forma, relegada enquanto as duas cidades foram uma só; apenas no final do século XIX ocorreu a divisão administrativa. São Félix sempre se caracterizou como a cidade dos tropeiros, a cidade do tabaco, a cidade industrial, em Cachoeira moravam a nobreza e as autoridades eclesiásticas da região do Recôncavo. O caminho de São Felix

subia para Muritiba, de Muritiba saíam várias estradas, uma que ia no caminho de Rio de Contas, no Vale do Jequitinhonha, e chegava ao Arraial doTijuco. Existia um outro caminho que ia além do São Francisco, que também descia para Minas e que ia para onde é hoje Tocantins e o Estado de Goiás. Havia também estradas que se conectavam com o Ceará e o Piauí. Na verdade, a Chapada Diamantina é toda entremeada de estradas reais que não estão devidamente estudadas, grandes trechos pavimentados, inclusive com arquitetura vernacular fantástica, com aproveitamento das formações rochosas fechadas para serem transformadas em abrigo. A Chapada é um lugar para se conhecer e descobrir sob o ponto de vista da arqueologia, da paleontologia, como da arquitetura feita nos séculos XVII e XVIII, no Brasil. Outra coisa interessante é o caminho de Paraguaçu, que começou a ser desbravado ainda no século XVI quando Gabriel Soares foi em busca das minas de prata ao longo do Paraguaçu, e construiu três casas-fortes, que ainda existem. Um alemão, historiador, antropólogo e arqueólogo Helmut percorreu esse caminho em 1936 e voltou em 1938 com o apoio do IPHAN, recentemente instituído, escavou essas casas fortes, foi o primeiro trabalho de arqueologia histórica no Brasil. Essa documentação está no Arquivo Noronha Santos, fotografias e plantas de todo o percurso de Helmut, reconstituindo o trajeto de penetração no interior do Brasil no final do século XVI. Gabriel Soares, inclusive, morreu em uma dessas casas-fortes, seu corpo foi trazido depois para o Mosteiro de São Bento, na Bahia.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra à Conselheira Jurema Machado para os seguintes comentários: “O tombamento de São Felix foi possibilitado agora, me parece, por haver uma relação forte com a reabilitação de Cachoeira. É um processo iniciado em 1987, por diversas razões protelado durante longo período, e parece que a sua retomada decorre do renascimento de Cachoeira, uma das experiências de maior sucesso

do projeto MONUMENTA, senão a maior, com a associação da Universidade nesse processo de reabilitação. Há um caráter paisagístico e também valor histórico destacado pelo Conselheiro Relator. Considero muito interessante porque é mais responsabilidade para o IPHAN. Por outro lado, a criação de uma massa crítica possibilita a valorização desses elementos e a sua inserção em circuito turístico de maior densidade. Acho que deveríamos fazer um esforço, sei que o IPHAN está fazendo um esforço de consolidação, de registro das atividades, para rever um conjunto enorme de procedimentos que estavam paralisados, além do surgimento de novas abordagens, novos temas, uma espécie de reavaliação de toda a política de tombamento. Por outro lado, me preocupa que o conteúdo de muitos pareceres apresentados no Conselho, muito ricos, não apenas no sentido de referendar propostas de tombamento ou complementá-las, mas de fazer recomendações que, por diversas circunstâncias, ficam em segundo plano. Seria interessante também rever esse conjunto de recomendações. Considero que o início da atividade do DEPAM em 2011 poderia ser, um pouco, ordenar uma série de recomendações que se referem não só a processos em si, mas à articulação com outros órgãos do sistema público, sejam da área ambiental ou de turismo. Enfim, há um conjunto de desdobramentos, em termos de políticas públicas, que estão recomendados nos pareceres e nos debates sobre tombamentos que, temo, fiquem em segundo plano, e sejam acatadas apenas decisões que têm implicação legal. Acho que é uma obrigação do IPHAN fazer um apanhado disso tudo, até para chamar à responsabilidade esse conjunto de órgãos, de setores da área pública que deveriam contribuir para a efetividade dessas medidas que estão sendo tomadas aqui.” O Presidente tomou a palavra para as seguintes observações: “São dois aspectos. Acho que um aspecto são as recomendações que dizem respeito aos macro processos. É cada vez mais

claro para a Instituição, e ela tem agido no sentido de estabelecer instrumentos para romper a idéia de uma política setorial sobre os conjuntos urbanos protegidos. A estratégia do PAC das Cidades Históricas, mais do que um rol de obras a serem executadas, é uma articulação e uma estratégia de planejamento, juntando setores diferentes de diferentes governos, e uma estratégia permanente de planejamento dentro das cidades. O outro aspecto que a Conselheira aborda é o aspecto pontual das sugestões e das recomendações que o Conselho faz, dentro dos processos específicos de registro e tombamento. Considero fundamental apresentar aos Conselheiros um processo de renovação, até porque não tem sido prática nossa informar aos Conselheiros o atendimento de suas eventuais recomendações. Penso que precisamos nos organizar e trabalhar nesse sentido. Agradeço a contribuição.”

A Conselheira Jurema Machado retomou a palavra para a seguinte complementação: “Julgo que essa tarefa poderia ser atribuída aos Conselheiros no sentido de consolidar essas recomendações, da mesma forma que relatamos processos, podemos fazer esse trabalho, talvez por intermédio das câmaras técnicas.” O Presidente retomou a palavra para a seguinte observação: “Acho que é mais além, é um problema de método, porque da mesma maneira que a metodologia utilizada nos processos de registro de patrimônios imateriais pressupõe a revisão desses registros, a cada dez anos, ocorrem situações em que o patrimônio material sofre perdas, e até desaparece. Então, na verdade, precisamos estabelecer, sob o ponto de vista do método, um processo de construção de indicadores e de retroalimentação desse universo que consideramos patrimônio cultural brasileiro.”

A Conselheira Cecília Londres pediu a palavra para o seguinte comentário: “Julgo extremamente oportuna essa observação da Conselheira Jurema Machado, porque no momento em que estamos pensando na avaliação dos

últimos anos percebemos a importância e a necessidade de que toda essa experiência acumulada resulte em alguns parâmetros, necessariamente provisórios, mas que constituem massa crítica que não podemos abandonar. Penso que a consolidação desses parâmetros, como também a questão da avaliação são pontos muito importantes. Temos sentido isso ao trabalharmos com o imaterial, como é fundamental um processo constante de avaliação dos resultados, dos registros, dos planos de salvaguarda, dos procedimentos aplicados.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Eugênio de Ávila Lins, para a seguinte observação: “Queria complementar e dizer que o programa MONUMENTA já está atuando em São Félix, que é considerada entorno imediato de Cachoeira. E a outra questão é que não falei tanto sobre o patrimônio imaterial da cidade, a região é uma overdose de patrimônio imaterial. Convidaria os Conselheiros, se tiverem tempo, para ler todo o processo de São Félix. É um processo que tem vinte e três anos, extremamente rico e interessante porque mostra, de certa forma, todo um desenvolvimento, novos pensares que são agregados, novos conhecimentos, a ampliação do conceito de bem cultural. Foi omitida a questão do ciclo do salitre, pouco falada na historiografia brasileira. A Coroa Portuguesa, no século XVIII, fez um grande empreendimento para exploração de sal junto ao Rio São Francisco, na região de Palmas de Monte Alto, visando abastecer a Fábrica de Pólvora de Lisboa, propiciando o surgimento de uma rede de povoações na região entre São Félix e a fábrica da Bahia. Esse aspecto não está contemplado no processo, mas define também uma área de ocupação significativa no território baiano.” O Diretor do DEPAM, respondendo a questionamentos do Conselheiro Antonio Menezes Júnior sobre a proteção da cumeada e a realização de inventários, apresentou os seguintes esclarecimentos: “A relação entre áreas construídas e áreas verdes é um dos

eternos problemas relacionados com tombamentos em áreas urbanas. Há inúmeros casos em que a vegetação está intramuros, digamos assim, e nas áreas envoltórias. No caso específico de São Félix, temos o Escritório de Cachoeira já instalado há alguns anos e que interage com a administração municipal também em São Felix. A idéia da poligonal de entorno até essa área procura evitar todo o tipo de intervenções, como loteamentos, construção de casas, populares ou não. Nesse caso, é importante frisar que o tombamento de São Felix, como foi destacado pelo Relator, é uma construção permanente da sua população. Agora, em 2008, foi a partir de uma audiência do Prefeito da cidade com o Presidente do IPHAN que o processo foi retomado. Então, num primeiro momento, busca-se evitar a ação institucional porque, quando falamos no acompanhamento de bens materiais, estamos nos referindo a um universo de aproximadamente mil e trezentos bens tombados e de cem cidades. Os nossos escritórios e superintendências agem permanentemente na fiscalização de construções irregulares, associados aos municípios, buscando seguir as normas de proteção. Então, a equipe procurou estabelecer proteção rígida na área tombada, onde novas construções devem observar os limites de gabarito, e todos os padrões urbanos já estabelecidos. Na área de entorno o objetivo essencial foi manter a volumetria e as relações com as áreas verdes. Quanto aos inventários, informou que o IPHAN tem feito um esforço enorme para a sua atualização e está em vias de contratar uma equipe para formatá-los adequadamente. A Conselheira Cecília Londres tomou a palavra para relatar a experiência que viveu, há dois anos, ao visitar Cachoeira e constatar a expectativa da população quanto à inscrição da cidade na Lista do Patrimônio Mundial, por considerá-la a sua salvação. Observou que, no seu entendimento, a instalação da Universidade do Recôncavo e o Projeto MONUMENTA contribuíram fundamentalmente para a revitalização do município, opinião

apoiada pelo Conselheiro Relator. O Presidente tomou a palavra para as seguintes considerações: “A Universidade em Cachoeira foi considerada uma estratégia da política de patrimônio. Há cinco anos atrás fui, com o então Ministro Gilberto Gil, a uma reunião com o Ministro Tarso Genro, na época Ministro de Estado da Educação, quando fizemos uma série de considerações sobre a nossa percepção de que um dos grandes problemas das cidades históricas era o seu esvaziamento econômico, e também simbólico. Consideramos o Estado como um dos agentes desse esvaziamento causado pela localização dos campus das universidades federais afastados das áreas urbanas. Fizemos uma proposta de revisão desse posicionamento do Ministério e de estudo da possibilidade de expansão do ensino público superior para as cidades históricas. Foi o começo da experiência de Cachoeira. Não havia, dentro do arcabouço de ações do Programa MONUMENTA, proposta de instalação de uma universidade. Fomos nós que colocamos como possibilidade, e financiamos. Na verdade, ao contrário do que podem imaginar, não foi o Ministério da Educação quem fez a recuperação e a edificação, foi o Programa MONUMENTA, no âmbito da gerência feita pelo IPHAN. Esse projeto se converteu em estratégia positiva, tornou-se um exemplo para a expansão de outras universidades federais. Ocorreu de forma semelhante na cidade de Laranjeiras, atualmente temos projetos com esse objetivo para o Centro Histórico de São Luís, no Maranhão; para Corumbá; e para a cidade de Jaguarão. Em várias outras, inclusive, passou a ser um indicador dentro do processo de expansão das universidades federais, um indicador do sucesso desse processo para a recuperação de edifícios históricos. Então, de uma certa maneira, conseguimos avançar nessa direção. Quando a Conselheira Jurema Machado enfatizou a importância de associar cada vez mais o patrimônio a uma estratégia mais ampla de política pública, é

exatamente o caso de São Felix. A cidade sofreu um impacto direto com a implantação da universidade federal, parte dos professores universitários e dos alunos estão morando em São Felix e não em Cachoeira. Evoluímos também em nossa estratégia e, a partir desse processo de expansão, temos feito outras negociações com universidades federais. Em uma delas, na gestão do Ministro Fernando Haddad, discutimos que algumas cidades precisavam ter faculdades de arquitetura, como Cachoeira, Ouro Preto, e São Luís, no Maranhão. Já conseguimos o aval, estamos em processo de implantação da Faculdade de Arquitetura da Cidade de Cachoeira; em Ouro Preto já se instalou. Vamos trabalhar a faculdade de São Luís e fazer com que, na verdade, esse processo de implantação de universidades sirva de incentivo para a construção de alojamentos estudantis e para outros tipos de equipamento. Por exemplo, o IPHAN comprou o Cine Teatro em Cachoeira, fechado há vinte anos, a partir de um acordo firmado com a Universidade, para que ela instalasse um centro de cinema e artes visuais. Compramos, faremos a restauração, que ficará condicionado a esse programa da instalação da universidade. Cada vez mais, dentro dos nossos limites, estamos evitando fazer todos os processos de recuperação sem ter uma estratégia e uma parceria capaz de dar sustentabilidade a esse processo. Nos casos de Cachoeira e de Laranjeiras, esta Instituição deveria ter capacidade de estudar esse aspecto, porque é absolutamente impressionante, para quem conheceu a cidade há cinco anos atrás e conhece hoje, a contribuição dessa articulação para redimensionar e reestruturar o futuro da cidade e a preservação do seu patrimônio e dos seus valores culturais.” O Conselheiro Roque Laraia tomou a palavra para lembrar que, de certa forma, essa foi a experiência de Ouro Preto, que sobreviveu com a ocupação dos casarões abandonados por estudantes da Escola de Minas e da Escola de Farmácia.” O Presidente concordou e apresentou as seguintes

considerações: “Exatamente. Esse é um dos parâmetros e uma das referências de estruturação da cidade. Nos entendimentos que mantemos com as universidades federais procuramos usar o bom exemplo de Ouro Preto, e não o seu mau exemplo, principalmente com relação à tradição de autogestão das repúblicas que tem resultado em uma série de obras irregulares naquela cidade.” O Conselheiro Antonio Meneses Júnior tomou a palavra para a seguinte observação: “Quero lembrar que a mobilidade é tema dominante, acho que as grandes cidades estão contaminando as pequenas cidades. Queria destacar a questão da mobilidade residencial, a questão da informalidade. Se temos êxito, se temos prosperidade, boas perspectivas, boas realizações em Cachoeira, para onde irão os segmentos mais frágeis do ponto de vista socioeconômico, para as encostas? É uma dimensão que, a partir desse século XXI, devemos reconhecer para poder agir, enquanto preservadores.” Após indagar se havia outras manifestações, o Presidente colocou em votação a proposta contida no Proc. nº 1.286-T-1989 (Proc. nº 01502.001936/2008-25) – acolhida por todos os Conselheiros, ficando tombado, por unanimidade, o **Conjunto Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Félix**, no Estado da Bahia, a ser inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Em seguida, os trabalhos foram suspensos pelo Presidente para reinício na manhã seguinte. Às dez horas do dia cinco de novembro de dois mil e dez, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, foram retomados os trabalhos da 65ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, sob a presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Breno Bello de Almeida Neves, Italo Campofiorito, Jurema de Souza Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de

Oliveira, Nestor Goulart Reis Filho, Synésio Scofano Fernandes, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil -, Antonio Menezes Júnior – representante do Ministério das Cidades -, Eduardo Góes Neves – representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira -, Eugênio de Ávila Lins – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios -, José Liberal de Castro – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Roberto Luiz Bortolotto – representante do Ministério do Turismo - e Roque de Barros Laraia – representante da Associação Brasileira de Antropologia. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Angela Gutierrez, Arno Wehling, Marcos Castrioto de Azambuja, Marcos Vinícios Vilaça – representantes da sociedade civil -, Cláudia Maria Pinheiro Storino – representante do Instituto Brasileiro de Museus -, Eliezer Moreira Pacheco – representante do Ministério da Educação - e Heloisa Helena Costa Ferreira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Presidente cumprimentou os Conselheiros, solicitou e obteve a sua concordância em transferir para o final da manhã o primeiro ponto de pauta – e passou a tratar do Proc. nº 01450.011160/2006-42 – proposta de registro do **Ritual Yãkwa do Povo Indígena Enawene Nawe**, no Estado do Mato Grosso. Informou que a Relatora, Conselheira Heloisa Helena da Costa Ferreira, impossibilitada de comparecer, enviou previamente o seu parecer para que fosse lido em plenário. Inicialmente, o Presidente solicitou a projeção de audiovisual sobre a proposta e em seguida procedeu à leitura do parecer, transcrito a seguir: “Processo N°: 01450.011160/2006-42. Interessado: Operação Amazônia Nativa – OPAN. Assunto: Pedido de Registro do Ritual *Yaokwa*, do Povo Indígena Enawene Nawe. **1. Relatório** - O Pedido de Registro do Ritual *Yaokwa*, do grupo indígena Enawene Nawe, como Patrimônio Cultural Brasileiro foi encaminhado pela Operação

Amazônia Nativa – OPAN, com a anuência de 5 representantes da etnia (Fl.08-vol. I). A correspondência enviada ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - Iphan é datada de 14 de agosto de 2006, protocolada sob nº 1450.011160/2006-42, em 17/08/2006. O expediente deu início ao Processo que foi formalizado em 22/08/2006. Constam dessa documentação inicial: dados da OPAN, cópias de capítulos de trabalhos acadêmicos, Relatórios sobre as Potencialidades Econômicas da área indígena Enawene Nawe e DVD produzido na década de 90, pelo Centro do Trabalho Indígena- São Paulo, em parceria com a OPAN, e que trata da importância do ritual para a etnia. A OPAN é uma organização indigenista não governamental, criada em 1969, com sede em Cuiabá-MT, e desenvolve trabalhos com populações indígenas, especialmente nas regiões centro-oeste e Amazônia. Como reconhecimento pelo seu trabalho possui os títulos “Declaração de Utilidade Pública Estadual” (2000), “Homenagem de Reconhecimento da Assembléia Legislativa de Mato Grosso” (2001) e “Certificado de Entidade Filantrópica do Conselho Nacional de Assistência Social” (CNAS). Dentre seus objetivos constam: •apoio às populações indígenas e às populações tradicionais, contribuindo para sua autonomia e sua continuidade étnica e cultural; •o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, em particular à sua organização social, às suas expressões culturais e à demarcação de suas terras; •a preservação do meio ambiente, a valorização do patrimônio cultural e a busca de alternativas de desenvolvimento ecologicamente sustentado; •a prestação de serviços e a colaboração com organismos que tenham objetivos afins. O Processo tramitou seguindo os procedimentos adequados às exigências legais. Traz vasta documentação ilustrada por material fotográfico e audiovisual de excelente qualidade, retratando a beleza do Ritual, do povo Enawene Nawe e a suntuosa paisagem

do seu Território. Realço a consistência dos documentos, que compõem o Processo com informações que proporcionam a compreensão do assunto com bastante clareza. De igual nível está constituída a documentação que trata da orientação de procedimentos e da análise do mérito, com destaque para: Nota Técnica Nº 001/07 (Fls. 134 a 141 – Vol I), da Silvia Guimarães - Técnica da Gerência de Registro do DPI, que recomenda a definição da instituição responsável pela instrução do Processo de Registro e seu encaminhamento a Câmara do Patrimônio Imaterial; o Parecer 015/10/CGIR/DPI/Iphan (Fls. 560 a 570 – Vol. IV), da Fabíola Nogueira da Gama Cardoso, que encaminha para a inscrição do Ritual *Yaokwa*, do Povo Indígena Enawene Nawe, no Livro de Celebrações, como Patrimônio Cultural do Brasil e o Parecer Nº 04/2010-PF/IPHAN/SEDE/GMAC da Procuradora Federal Genésia Marta Alves Camelo, que propõe o Registro do Ritual, em conformidade com os encaminhamentos da Oitava Reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial, realizada nos dias 14 e 15 de março de 2007, subscrito pelo Procurador Geral Antonio Fernando Alves Leal Neri (Fls. 580 a 599 – Vol. IV), publicado no DOU de 25.05.2010 (Fl. 602 – Vol. IV). Os documentos abaixo relacionados estão anexados ao Processo composto pelos volumes I, II, III e IV: •Anexo 1 - Dossiê Descritivo – versão digital; •Anexo 2 - Fotos digitalizadas em CD; •Anexo 3 - Filme “Yaõkwa” – versão curta (14’) e longa (62’) em DVD; •Anexo 4 - Filme “Yaõkwa – O Banquete dos Espíritos” em DVD; •Anexo 5 - Filme “Yaõkwa – O Banquete dos Espíritos” em VHS; •Anexo 6 – Folhetos “Arte Enawene Nawe” e “Enawene Nawe – Brasil: expansão da ‘fronteira da soja’ destrói a floresta dos índios”, Nov. 2005. Para a elaboração deste Parecer, contei com importantes contribuições, dentre as quais destaco o inestimável apoio do Conselheiro Professor Roque Laraia, a quem agradeço pela sua atenção ao acompanhar o meu trabalho. Outros contatos foram

realizados para complementação de informações conforme segue: no Ibama Sede; no Instituto Chico Mendes – Sede, Escritório de Juína/MT e Estação Ecológica de Iquê; na Fundação Nacional do Índio – Funai, Posto de Juína/MT; nas Superintendências do Iphan de Mato Grosso e da Paraíba (Emanuel Braga que participou da elaboração do Dossiê); na OPAN e no Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan em Brasília. Devo ressaltar o empenho de todos os representantes das instituições procuradas, no que se refere ao pronto atendimento, com demonstrações de solidariedade e admiração pelos Enawene Nawe, pelo Iphan e pelas demais instituições envolvidas na questão. Dessa forma, a solicitação de Registro do Ritual *Yaokwa* como Patrimônio Cultural Brasileiro está em condições de ser submetida à apreciação e deliberação do Conselho Consultivo do Iphan. É o relatório.

**2. Análise do Mérito.- O Ritual *Yaokwa* -** O Ritual *Yaokwa* é considerado a principal manifestação do Povo Indígena Enawene Nawe, onde está demonstrada toda a simbologia que orienta a existência desse Povo. Componente vital para o universo da sua cultura, é realizado a partir da mobilização de toda a população da aldeia que, de maneira integrada, promove anualmente as diversas atividades de celebração por um período de sete meses. Na ocasião fica evidenciados a organização social, a distribuição do trabalho, o vínculo com a natureza e seus recursos, crenças e cultos que compõem seus referenciais. Observa-se ainda a impressionante suntuosidade da cerimônia, pelos ornamentos, pela recepção e o farto banquete que é oferecido aos espíritos. Embora se tratando de ocasião de celebração de pactos, com reverências e demonstração de respeito aos *Yakairiti* - espíritos que dominam a maioria dos recursos naturais – ocorre uma tensão gerada pela expectativa relacionada ao cumprimento das obrigações e a satisfação desses espíritos, o que poderá garantir a tranquilidade para o povo Enawene Nawe,

afastando da aldeia as doenças e infortúnios. “O *Yaokwa* articula os domínios distintos, porém indissociáveis e interdependentes da Sociedade, da Cultura e da Natureza. Está orientado pela cosmologia – visão de mundo – do Povo Enawene, e regulado pelos ciclos próprios da natureza através de um calendário socioeconômico que integra complexas relações de ordem simbólica” (Dossiê – fl. 14). O estudo que fundamenta a solicitação do Registro foi realizado no âmbito da importância da proteção e valorização do processo e recursos para a salvaguarda do *Yaokwa*, contemplando manifestações culturais de relevância para o ritual, em três dimensões: a cultura material, ligada à parte do ritual, onde se destaca o conjunto arquitetônico (barragens de pesca e Casa das Flautas); processos de transmissão dos conhecimentos, focado na continuidade da prática do ritual; e músicas e mitos que acompanham e orientam suas atividades. Os Enawene Nawe se apresentam com grande habilidade estratégica na defesa e manutenção da sua cultura, onde está inserido o *Yaokwa*. Dessa forma a mobilização da aldeia se dá com uma dramatização que se relaciona à sua rotina. Esta se insere nas práticas do ritual que absorve as atividades inerentes à população como: na produção de alimentos, com a pesca, a agricultura e a preparação das comidas; nas práticas religiosas, no culto aos espíritos; na arte, com as performances músico-coreográfico, danças, confecção de adereços; na observação da natureza, de onde são tirados os produtos destinados à sua sobrevivência, o que se dá pela negociação com os espíritos e lhes propicia o acesso aos recursos naturais. Dentre esses recursos o peixe é destacado como o alimento mais importante do banquete dos espíritos e da população indígena que não consome carne de caça. O sal, fabricado a partir da manipulação de vegetais, também é de vital importância para a celebração dos pactos com os espíritos. Outros rituais são realizados, porém sempre complementando ou em

desdobramento ao *Yaokwa*. **O Povo Enawene Nawe** - Os Enawene se compõem de uma população em torno de 540 indivíduos que vivem na região noroeste do Estado de Mato Grosso, no vale do Juruena, próximo ao rio Iquê. Vivem em uma única aldeia, formada por dez casas comunais retangulares (*hakolo*) dispostas em círculos, e um pátio central onde está situada a casa-dos-clãs (*haiti*), a mais importante da aldeia porque representa o sentido da origem, onde estão guardadas as flautas utilizadas nos rituais dedicados aos espíritos subterrâneos. Falam o Salumã, que pertence ao Aruak - um dos troncos lingüísticos que compõem 33 línguas faladas por aproximadamente 30.000 pessoas. Esse Povo já teve uma população numerosa que ocupava grandes faixas territoriais, em sucessivos aldeamentos por toda a extensão do Rio Juruena. Em função de guerras e catástrofes, foram se dispersando e constituindo uma nova configuração da sua distribuição e organização. Hoje vivem em uma área de 742.088ha, que engloba parte do seu território tradicional, demarcada e homologada em 1996 pela Funai. Está situada nos municípios de Juína, Sapezal e Comodoro, numa região de transição entre o cerrado e a floresta Amazônica, que abriga uma diversidade de espécies da fauna e flora presentes nos dois biomas. Reconhecem como território de ocupação tradicional as regiões do Rio Papagaio, o rio Preto e Juína Mirim, no Vale do Juruena, e suas adjacências. Os Enawene são constituídos por 9 clãs patrilineares, que correspondem aos diferentes grupos internos associados, configurando o conjunto desse Povo Indígena. “É o eixo que conforma a organização social desse povo, manifesta contextos da memória, aspectos históricos e territoriais, e fundamentos da dinâmica social instituinte do povo Enawene Nawe. Cada clã - *Yaokwa* - tem uma identidade estabelecida pelo lugar demarcado no território, uma origem que remonta um passado muito remoto e conjuga grupos de pessoas, espíritos, paisagens, recursos, saberes e

instrumentos musicais” (Dossiê pg. 21). Cada clã tem suas características e, conseqüentemente, suas atribuições junto às legiões de espíritos, dentre os quais os subterrâneos (*Yakairiti*) e os seres celestes (*Enore Nawe*), a que estão associados. Aos *Yakairiti* se destinam as trocas e aos espíritos celestes as oferendas, presentes e retribuições. Tidos como povo amistoso, por não possuírem perfil de dominadores, os Enawene tiveram seu primeiro contato com as populações externas ao seu território em 1974. Isso pode ser percebido pela forte presença de hábitos de populações com pouca aculturação. Os Enawene não desistem de preservação de seus direitos sobre sua terra e seus traços culturais. Têm como vizinhos os Povos Nambilkwara, Myky, Ribaktsa, Cinta Larga, Araras, Irantx e Paresi. Esporadicamente, convivem com outras etnias, por ocasião dos encontros do Movimento Indígena. Esses povos encontram-se nas proximidades dos municípios de Juína, Sapezal, Comodoro, Campo Novo dos Pareis e Brasnorte. Na área homologada da terra indígena dos Enawene, foi criada a Reserva Ecológica de Iquê, pela Lei nº 3909 de 19 de setembro de 1977, com 266.000ha. A sobreposição da área tem provocado algumas divergências no que se refere à possibilidade de revogação dessa Lei, o que não se concretiza por inconsistência dos documentos jurídicos com os quais o assunto vem sendo tratado. De acordo com informações do Instituto Chico Mendes, responsável pela gestão da Reserva, não há conflito com a sobreposição na área. Sendo as Reservas Ecológicas de uso restrito para pesquisas e garantido às populações tradicionais a utilização dos recursos naturais para a sua sobrevivência (Lei 9985, de 18.07.2000, criação do SNUC, Art. 4º, item XIII), a sobreposição propicia dupla proteção para a Terra Indígena e seus habitantes. O que tem preocupado os Enawene atualmente é a previsão de construção de pequenas hidrelétricas no rio Juruena, que certamente vai impactar a produção das espécies de peixes migradores dos

rios, e, conseqüentemente, os rituais realizados naquele rio, que são importantíssimos para a etnia. Os Enawene têm recorrido aos setores competentes solicitando também providências para impedir o avanço da devastação ocasionada pela criação de gado e outras atividades que ocorrem nas fazendas que circundam a Terra Indígena. A atual configuração da delimitação das terras indígenas, quase sempre orientada pelas pressões causadas por modelos de ocupação que não contemplam a concepção espacial da terra na cultura dos povos indígenas, por exemplo, tem causado incômodos e até conflitos entre os segmentos envolvidos. Torna-se sempre necessário maior cuidado e disposição para tratar de questões intrínsecas à diversidade cultural e suas concepções sobre os espaços. “Para esses povos, a posse da Terra, e de tudo quanto ela pode nos oferecer, não cabe propriamente ao domínio dos humanos, eles a reconhecem como Território na medida em que esses espaços definem pertenças fundadas numa ancestralidade remota que desde há muito, muito tempo, se enraizou na interação sistemática, realizada pelas sucessivas gerações, com os lugares e paisagens sobre as quais se constituíram como Povo e como Sociedade. Assim, são Eles que pertencem à Terra, e ela, por sua vez, pertence ao domínio de seus antepassados, ancestrais míticos e dos seres – espirituais – que lhe dão vida e significados” (Dossiê – fl. 17). Observa-se que, em razão do seu conhecimento empírico e da necessidade de dialogar com a natureza, os Enawene se relacionam com a Terra, observando e respeitando os sinais e regras para que o manejo dos recursos naturais se dê de forma adequada ao equilíbrio do meio ambiente. As alterações desses sinais, que ocorrem pelos efeitos antrópicos, já desestabilizam esse diálogo, porque confundem os indígenas e comprometem sua produção de alimento, focada integralmente nos recursos naturais. A principal fonte de proteína animal da alimentação dos Enawene é o peixe,

complementado pela carne de três espécies de aves, o mutum, macuco e jacutinga. Compõe ainda sua dieta alimentar o milho, a mandioca, o feijão e amendoim. Os Enawene são exímios mergulhadores, pescadores e navegadores. Sua locomoção se dá mais pelo rio que pela terra e, a partir de 1998, começaram a adotar as embarcações motorizadas movidas por combustível. Atualmente, os Enawene Nawe estão solicitando que seja construído um ramal (estrada), de 50km, ligando a aldeia Halaytakwa à BR 174 (Juina-Vilhena) para melhorar o acesso a serviços necessários, como, por exemplo, hospitais. Essa população indígena tem hábitos de manejo dos recursos naturais baseados em práticas tradicionais, o que causa baixo impacto na natureza. A pesca é realizada com a utilização de tecnologias que levam em conta os níveis pluviométricos, dimensões e profundidade dos rios, lagoas, riachos, córregos, diversidade de pescado e predominância de espécies, utilizando os petrechos adequados para cada pescaria. A partir da década de 70 a ocupação na região foi intensificada, com a abertura de estradas e o asfaltamento da BR 364. O extrativismo – seringa, minério e madeira – promoveu uma rápida transformação na paisagem, hoje tornada um pólo agropecuário. Como é característica das populações tradicionais, os indígenas têm grande respeito pelo meio ambiente. Dessa forma, tanto é intolerável que ele promova a devastação como presenciar que outros o façam. **Crenças e Rituais** - Em seu artigo “*As Religiões Indígenas: o caso tupi-guarani*” na Revista USP (São Paulo, nº 67, pg. 6-13), o professor Roque Laraia lembra que não é comum a inclusão das religiões das sociedades indígenas no levantamento das religiões existentes no mundo, e cita Emile Durkheim: “não são menos respeitáveis que as outras. Elas respondem às mesmas necessidades, desempenham o mesmo papel, dependem das mesmas causas; portanto podem perfeitamente servir para manifestar a natureza da vida

religiosa”. No caso dos Enawene Nawe essa religiosidade é exercida como princípio da sua existência e dos traços culturais, tão bem preservados até hoje. “As práticas rituais reafirmam a conjunção entre as dimensões Céu-Terra-Água, que se espelham e se referenciam mutuamente, tendo nos Enawene o intermédio - o corpo e a expressão - dessas relações que manifestam oposições, tensões e conflitos, que encarnadas nos Enawene devem ser harmonizadas por meio da execução ritual para garantir o equilíbrio ecológico e a ordem social e cósmica” (Dossiê pag.23). “O espaço da concretização dessas peças rituais se dá na inter-relação entre as roças, a floresta e a aldeia. As roças representam o universo do cultivo e da colheita, com ênfase nas plantações de milho e mandioca. A floresta, a ocupação, o manejo e utilização de recursos, com ênfase para as coletas e a pesca e, no caso do ritual de *Yaokwa*, para os acampamentos e barragens de pesca. A aldeia aparece como lugar privilegiado para o processamento dos alimentos, fabricação da cultura material, distribuição e consumo” (Dossiê pag. 23). Os Enawene Nawe se concebem habitando o patamar intermediário, situado entre as esferas, onde se encontram os espíritos celestes e os subterrâneos. Estes interferem na vida dos humanos, na manutenção da harmonia do mundo, nas regras da sociedade e na produção de alimentos. Os espíritos celestes – *Enore-Nawe* - considerados imortais são belos, generosos, bondosos e saudáveis, vivem harmonizados e em plenitude sexual e alimentar. Os *Yakairiti* são os espíritos subterrâneos, donos da maioria dos recursos naturais. Alguns desses recursos, como o buriti e o açaí, são utilizados como base das construções arquitetônicas, das belíssimas indumentárias para os rituais e para a confecção de artesanatos. São regentes dos principais cultivos da mandioca, do milho, do feijão e amendoim e, ainda dos peixes, alimento imprescindível para o Ritual *Yaokwa*. Esses espíritos são temidos por serem raivosos e perigosos. São feios,

implacáveis, sovinas, preguiçosos, perversos e promovem doenças e a morte. Podem se metamorfosearem em onças, animais peçonhentos, monstros aquáticos. Se contrariados podem, lançar toda sorte de infortúnios aos Enawene. Para saciar os desejos desses seres, os Enawene precisam fabricar o sal, um dos produtos mais desejados pelos *Yakairiti*. Dentro de suas crenças, a produção do sal tem como origem interpretações míticas, onde um procedimento mágico – a retirada do sal pelo demiurgo *Datawere* da árvore guardada por cobra surucucu foi alterado pela ação desobediente do irmão *Ayarioko* – gerou a modificação do processo de obtenção desse produto. Tal fato, interpretado pelos Enawene, impôs uma nova ordem, na qual as atribuições de fabricar, construir, produzir e plantar, passariam a ser deles. Dessa forma, a produção do sal tornou-se uma prática cultural resultado do acúmulo de saberes sobre manejo de recursos da floresta. A produção do sal, por ser realizada por meio de um processo longo e cansativo, destina-se ao ritual *Yaokwa*, onde é de grande importância. Raramente é utilizado pelos Enawenes para a alimentação. Os rituais não se caracterizam como festas, mas, como aqueles destinados aos *Yakairiti*, o cumprimento de compromissos para garantia da vida e da harmonia. Sua importância é indicativo do vínculo com a natureza, suas regras, seus limites e possibilidades. O diálogo se estabelece pela reverência que sabiamente o povo indígena lhe dedica, numa busca de harmonia para o bem estar e a preservação da ordem social e cósmica. É na sua preparação que se identifica grande habilidade na construção das armadilhas de pesca, na montagem da barragem, na captura e preparação do pescado, na elaboração dos ornamentos, na preparação das comidas – mingaus, bijus, sopas, mingau de milho, mandioca e produção do sal. O calendário que orienta a realização dos rituais define o ciclo anual com base em duas estações. A da seca (*iokayti*) – ocasião das

vazantes e secas dos rios – e a estação das cheias (*onekiniwa*) – no período chuvoso. Nesses períodos se realizam os rituais destinados aos espíritos. No período da seca são realizados os rituais *Yaokwa* e *Lerohi* (dos Yakairiti) e no período da cheia, os rituais Salomã e Kateokõ (dos Enore-Nawe). O ano dos Enawene tem doze divisões, que não estão associadas aos meses. A divisão dos períodos se dá diferente do nosso calendário e estão associados a práticas e técnicas produtivas relacionados aos eventos culturais acompanhados por danças, cantos, instrumentos, mitos e saberes tradicionais. O ritual *Yaokwa* dá início ao calendário anual dos Enawene com a saída dos homens para a pesca de barragem, considerada a maior pescaria, que se baseia no mito de *Dokoi*, morto pelos peixes. Seu pai, *Dataware*, para vingar a morte do filho, arremessava paus nas águas dos rios, e esses se transformavam em barragens que passaram a funcionar como armadilha na captura dos peixes. A construção das barragens pelos Enawene os torna cúmplices dessa vingança. As barragens são construídas nos rios Arimena (*Olowina*), Preto (*Adowina*), este localizado fora da Terra Indígena, Joaquim Rios (*Tinuliwina*) e *Maxakiavina*, afluente do rio Camararé. O rio Preto é o mais piscoso, onde se instala a principal barragem para a pesca do ritual. Na região há ainda a coleta de castanhas e de material para a construção das barragens, armadilhas de pesca e adornos corporais. Os Enawene possuem grande conhecimento dos processos de reprodução e movimentação migratória dos peixes. Dominam variadas técnicas de captura do pescado, utilizando instrumentos como venenos vegetais, arco e flecha, anzóis, armadilhas em forma de cone, além da própria barragem. Anfitriões e pescadores compõem clãs que se dividem em *Harikare* e *Yaokwa*. Os *Harikare* são os anfitriões, responsáveis pela organização do ritual e não participam das pescarias. A eles cabe a preparação do sal vegetal, da lenha, de acender os fogos e oferecer os alimentos, que serão trocados

pelos peixes trazidos pelos *Yaokwa*. Pelo período de dois anos eles se dedicam a esse trabalho. Os *Yaokwa* são os pescadores, e a eles cabe realizar a pescaria. Organizam-se em expedições de pesca com a atribuição de juntar grande quantidade de peixe, para serem oferecidos aos *Yakairiti*. A pescaria do *Yaokwa* é organizada com a divisão da aldeia em nove grupos rituais, de acordo com os clãs e ao conjunto dos espíritos *Yaikiriti* a que estão vinculados. As atividades desses grupos se iniciam em janeiro, com a coleta de materiais para a construção do mata-corpo, armadilha semelhante ao corpo de *Dokoi*, que é acoplada a barragem. Observam a floração da gramínea *ohã* e a fase lunar *Tonaytiri*, que indicam o movimento migratório dos peixes, das áreas alagáveis para as calhas dos rios, o que ocorre após a piracema. As fases das pescarias são orientadas pelos mais velhos, que se baseiam nos sinais da natureza. Contam com anciões com conhecimentos importantes como a emissão de sopros e palavras poderosas e fazem a celebração de pacto com os *Yakairiti*, representados por um dos pescadores. A este é oferecido o sal, para que, em troca, esses seres conduzam os peixes até as armadilhas, garantindo uma boa pescaria. O pacto fica selado quando o representante dos *Yakairiti* ingere o sal. No retorno das pescarias, os pescadores, que representam os agressivos *Yakairiti*, são recebidos no pátio da aldeia pelos anfitriões – os *Harikare*. Um dos componentes desse clima é o barulho dos pilões para o preparo das comidas que serão solicitadas pelos espíritos, durante o banquete. Os espíritos são recebidos pela aldeia com pulos e gritos, numa encenação de confronto. Inicia-se a oferta do sal vegetal e das bebidas feitas de mandioca e milho, em troca do peixe. Nessa ocasião, os adornos – antes retirados dos pescadores durante a pescaria - são repostos para que estes voltem a se humanizar. O peixe, desidratado e defumado, e os alimentos vegetais acumulados, servirão para que as celebrações continuem sendo realizadas

diariamente por mais alguns meses, com banquetes ao redor de fogueiras, danças e cantos acompanhados por flautas. Este é o Ritual *Yaokwa* do Povo Indígena Enawene Nawe. É a sua manifestação cultural de maior representatividade e muito bem mostrada no documentário “Banquete dos Espíritos”. **Considerações** - O passado e o presente se completam na vida dos Enawene Nawe. Por se tratar de uma comunidade tradicional, os traços culturais são mantidos e transmitidos pelas gerações, dando sentido a uma cosmologia peculiar, digna da preocupação com a sua preservação enquanto patrimônio imaterial. O documento síntese da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, de 1982, define a identidade cultural como “uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim o processo de sua própria criação” (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). Nesse sentido, o ritual *Yaokwa* aparece como um símbolo da cultura que deve ser acolhida pelas instituições que tem como missão a preservação das manifestações de grupos sociais específicos, que compõem a pluralidade de uma sociedade. Diz ainda o documento citado no parágrafo acima que “a humanidade empobrece quando se ignora ou se destrói a cultura de um grupo determinado” (ICOMOS). É importante que se leve em conta alguns aspectos desse Pedido de Registro. O primeiro deles é a contribuição para o reconhecimento da diversidade cultural do país. O ritual *Yaokwa* tem uma singularidade por mostrar uma prática cultural ancestral, pouco conhecida, dando ênfase à contribuição indígena na formação da identidade nacional. Outro ponto relevante é que se trata de uma oportunidade de se captar tal prática em seu estado ainda com grande integridade. É possível supor que, após o contato com culturas externas a partir da década de 70, o povo

Enawene poderá receber influências que, ao interagir com suas tradições, venham a provocar transformações na própria concepção de mundo contida nas suas manifestações. Assim, o Registro do Ritual neste momento poderá ter um papel fundamental no entendimento de um passado rico de significações típicas dos povos da floresta. O fato de tratar-se do terceiro registro de populações indígenas é emblemático. Demonstra a necessidade de maior valorização de culturas primordiais, um importante referencial na construção e compreensão da memória do povo brasileiro. A cultura dos Enawene, descrita no Dossiê com riqueza de detalhes, evidencia que o Ritual é um ponto central onde estão realçados todos os aspectos sociais e espirituais, que se desenvolvem num processo complexo de interação entre o homem e a natureza. Embora sabendo que o Registro não tem a competência de garantir a preservação do objeto do Ritual, nem das condições ambientais necessárias para sua continuidade, tem, com certeza, o papel de valorizar os saberes exercidos, acumulados e transmitidos por essas populações originárias.

**Salvaguarda** - Será louvável que as instituições responsáveis pelas questões indígenas e ambientais, dentre outras, tenham ações afinadas que, compartilhadas pelos diversos setores, encontrem um modo de harmonizarem-se e garantir o equilíbrio entre as mudanças estruturais da sociedade e a manutenção dos aspectos fundamentais das culturas tradicionais. Considerando o reduzido tamanho da população, o pouco tempo de contato com comunidades externas e as conseqüências dessa aproximação, convém o estabelecimento de salvaguardas que favoreçam, da melhor maneira possível, o exercício do ritual *Yaokwa*. Assim entendemos a necessidade das medidas abaixo relacionadas:

- Incentivar a criação de espaços, nas esferas municipal e estadual, para a divulgação da cultura do povo Enawene Nawe;
- incentivar a inclusão da cultura Enawene Nawe nos conteúdos programáticos do sistema

educacional, especialmente nas escolas da região; •considerar as especificidades do ritual *Yaokwa*, por ocasião do planejamento e execução das ações na TI dos Enawene, estabelecendo medidas mitigadoras e reparadoras dos impactos causados, quando estes forem inevitáveis; •criar GT para análise e encaminhamentos relacionados ao Plano de Ação: Propostas e Recomendações (Dossiê - fls. 550 a 552); •documentar todos os rituais dos Enawene Nawe, como forma de dar visibilidade de outros aspectos da cultura desse povo indígena; •melhorar a interação entre os órgãos governamentais ligados as causas inerentes às populações indígenas (meio ambiente, educação e saúde), no sentido do fortalecimento do estado para o enfrentamento dos problemas de forma pacífica, harmonizada e efetiva, juntamente com as entidades representativas da sociedade civil; •assegurar assistência médica diferenciada, harmonizada com os hábitos e saberes tradicionais, bem como as especificidades dos povos indígenas; •articular com os órgãos responsáveis, para que sejam respeitados os rituais e celebrações, garantindo aos indígenas a tranquilidade necessária para o exercício legítimo de suas crenças; •proporcionar a elaboração do Plano de Gestão da Terra Indígena e o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Iquê, levando-se em conta os aspectos socioculturais da área sobreposta (UC e TI); e •recomendar que os órgãos e entidades responsáveis pelo monitoramento e fiscalização das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, localizadas nas proximidades da TI dos Enawene Nawe, cuidem para que os empreendedores adotem tecnologias que minimizem os impactos ambientais, ao mínimo possível, como forma de garantir para as atuais e futuras gerações a continuidade da existência deste importante ritual que ora se propõe registrar. **3. CONCLUSÃO** - Diante do exposto, este parecer é pela aprovação da proposta, encaminhando para a inscrição do Ritual *Yaokwa*, do Povo Indígena Enawene Nawe como

Patrimônio Cultural do Brasil no Livro de Registro das Celebrações. Brasília, Heloisa Helena Costa Ferreira, Membro do Conselho Consultivo do Iphan.”

Após a leitura, o Presidente deu início aos debates concedendo a palavra ao Conselheiro Roque Laraia para o seguinte posicionamento: “Sou favorável ao parecer da Conselheira Relatora. Considero que, para essa população, o problema é a existência de uma série de hidrelétricas exatamente no rio que fornece a maior quantidade de peixes. Como sabemos, na maioria dos casos no Brasil, as hidrelétricas não estão tomando o cuidado necessário para a preservação dos peixes, porque fica mais oneroso a construção de comportas que possibilitem a subida dos peixes nos rios, no momento da piracema. Nada sei a respeito dessa hidrelétrica, mas receio que, como outras, como no caso de Tucuruí, essas comportas não sejam feitas. Considero esse ritual ameaçado no sentido de que esse tipo de empreendimento constitui, geralmente, um grande dano para a natureza. Então, penso ser importante que se tomem medidas para que o povo Enawene Nawe possa continuar vivendo com o direito que tem assegurado pela Constituição.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Eduardo Góes Neves para as seguintes considerações: “Também gostaria de me manifestar favoravelmente e chamar a atenção para alguns aspectos do parecer, bastante relevantes, que gostaria de destacar. No parecer há referências a aspecto da formação de identidade nacional, uma identidade plural, projetada nos bens culturais, o que me parece uma idéia bastante interessante. Mas é importante, e isso fica claro no parecer e no material que nos foi apresentado, que essas práticas culturais também criam territórios. Essa ação territorial é importante, merece uma atenção tão grande quanto a questão da diversidade cultural do Brasil, é um aspecto notável. E isso me leva a um outro ponto, interessante também, à questão da diversidade cultural dos povos indígenas da Amazônia, que constatamos ser muito grande, e me parece

claro que parte dessa diversidade biológica resulta também da diversidade cultural e das práticas culturalmente mediadas, que foram se desenvolvendo ao longo de milênios na região. E o caso em questão me parece um ótimo exemplo de uma articulação entre conhecimentos materiais e produção simbólica durante o desenvolvimento de rituais como este. Isso fica muito claro no manejo dos recursos aquáticos, a construção das barragens nos rios, o manejo das plantas. Em outras palavras, acho que é um exemplo bastante claro de articulação entre as dimensões materiais e simbólicas, me parece um caso exemplar que reforça, ainda mais, o meu parecer favorável ao registro. Um outro ponto, para o qual queria chamar a atenção, é o contraste que vemos nessa região, a oeste de Mato Grosso, de formas absolutamente distintas de ocupação do território. Nesse caso, que é simbolicamente mediado, o conhecimento tradicional que se reproduz através das suas práticas rituais, em contraste com uma forma de ocupação baseada na monocultura, na criação de gado, na plantação de soja, que não propõe essa articulação com a dimensão simbólica, é tão importante. Nesse caso, sabemos que o noroeste do Mato Grosso é uma região de fronteira, de ocupação. Essa ocupação ocorre em muitos casos de forma violenta e desigual, o que me leva também, a partir da leitura do material e do que foi apresentado aqui, a chamar a atenção para a importância do registro.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Cecília Londres para as seguintes observações: “Queria destacar um ponto no parecer, extremamente rico, que me parece especialmente estratégico com relação à nossa diversidade cultural, destacada pelo Conselheiro Roque Laraia. Em primeiro lugar, acho da maior importância que, no Livro das Celebrações, onde já está inscrito o Círio de Nazaré, seja inscrito o Ritual Indígena. É uma demonstração de como entendemos a nossa diversidade cultural, em termos de religiosidade. No mundo atual, essas

questões são tão acirradas que o Brasil, mais uma vez, dá uma demonstração de tolerância, de compreensão e de reconhecimento dessa diversidade. Queria destacar esse aspecto do relatório, que endosso inteiramente, porque me parece muito oportuno. Obrigada.” O Presidente agradeceu e apresentou as seguintes informações: “Acho que há dois aspectos que gostaria de compartilhar com os Senhores Conselheiros. Neste ano aumentamos em torno de 200% o número de licenciamentos para obras de infra-estrutura no país, comparado a dois anos atrás. E a forma como esses licenciamentos têm se dado dentro da Instituição estão se alterando, porque além dos licenciamentos das ações de arqueologia, tratamos também dos impactos culturais. A Instituição está se preparando, não atuamos ainda de maneira homogênea em todo o território nacional, os procedimentos são bastante distintos em função das condições existentes para esse trabalho. De qualquer forma, essa mudança possibilitará um redimensionamento do nosso trabalho e a reflexão sobre o processo de crescimento dinâmico do país. Coloco também uma outra dimensão, a necessidade de conhecimento, porque a ação de licenciamento, pela própria natureza, é sempre uma ação reativa a impropriedades existentes em empreendimentos, quando poderemos apenas mitigá-las. Há pouca possibilidade, sob o ponto de vista do nosso amadurecimento social e político, para possibilitar a recusa de projetos, depois da realização de vários estudos e da uma pressão enorme relacionada a esses projetos. Então, acho que uma outra dimensão, cada vez maior é a necessidade de aprofundarmos o conhecimento do país para estabelecermos prioridades com relação ao interesse nacional. Em meu ponto de vista, acho que devemos acentuar o nosso trabalho na região centro-oeste e norte do país, dentro da nossa visão estratégica de fortalecer a Instituição nessas regiões. Estamos trilhando com muita dificuldade nessa direção, mas também com muita certeza de que esse é

o caminho de valorização e de compreensão da diversidade cultural de todo o território brasileiro.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Roque Laraia para a apresentação de esclarecimentos solicitados pela Conselheira Myriam Ribeiro sobre as técnicas que essas populações indígenas utilizavam na produção do sal vegetal, transcritos a seguir: “O grupo Aruaque tem uma grande importância no quadro da etnologia brasileira porque ocupa uma grande área do território nacional, na verdade são encontrados desde a América Central até a sua parte mais meridional, no Mato Grosso do Sul, onde estão localizados os índios Terena. Não sei exatamente como eles produzem o sal, é de uma planta muito importante no Xingu, onde existem muitos Aruaques e outras comunidades. Eles fazem um intercâmbio porque o sal é um alimento vital para o homem. Queria também destacar, além do sal, que o Xingu é a única região do país onde a população indígena não consome mamíferos, é o caso dos Enawenes, o que torna o Parque Nacional do Xingu a maior área de conservação de mamíferos no país. É importante também nesse aspecto a preservação da região.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra a um representante do Povo Indígena Enawene Nawe, cuja fala, transcrita a seguir, foi traduzida pela antropóloga da OPAN, Andrea Jakubaszko: “Ele disse que o sal é algo que eles conhecem e fazem há muito tempo, é o alimento que eles levam para as barragens para a troca com os espíritos: eles oferecem o sal e pegam os peixes. Sobre a técnica, ele informou que o sal vegetal é extraído de várias espécies de palmeiras. Eles extraem, queimam, o extrato resultante da queima vai para a aldeia onde permanece em conta-gotas, pingando muito tempo, depois fervem e obtêm um produto acinzentado, com gosto metálico; é o sal que eles oferecem aos espíritos. Ele diz que as espécies para fabricação desse sal estão cada vez mais distantes, estão ficando muito longe. Disse que o lugar onde existem em maior

quantidade, hoje, é o rio Preto, situado fora da terra demarcada, o que diminuiu muito a possibilidade da extração.” O Conselheiro Eduardo Góes Neves pediu a palavra para fazer a seguinte observação: “Queria chamar a atenção para a existência, atualmente, de um conflito na região do noroeste do Mato Grosso entre arqueólogos e populações indígenas. É o caso da Cachoeira Dardanellos. Os indígenas estão solicitando o repatriamento, estão usando a questão da construção da barragem, que impactou um sítio arqueológico de grande porte localizado ao norte da Cachoeira Dardanellos, em Aripuanã, como um ponto para discutir a questão do impacto sobre os seus territórios, que estão sendo direta ou indiretamente atingidos pela expansão da fronteira agrícola nessa região. Imagino que problemas desse tipo, à medida em que esses licenciamentos sejam concedidos, ocorrerão com maior frequência. É interessante como os arqueólogos são chamados a produzir evidências, que podem ou não liberar a construção de uma obra como essa. As dimensões políticas desse tipo de atividade, muitas vezes é uma atividade empresarial, sem vinculação com a pesquisa e com a academia. Então, penso que essa ênfase no centro-oeste e no norte é muito importante e deveria levar em consideração também a dimensão política mais ampla da prática da arqueologia nesse contexto.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart Reis para a seguinte manifestação: “Gostaria de chamar a atenção para três aspectos. O primeiro é que essa questão das barragens já esteve presente em outra decisão recente neste Conselho e ficou evidente o modo absurdo como é montado esse sistema de barragens na relação com o meio ambiente e com as condições territoriais da população. Lembraria que na recente política da União Européia, os Estados que se integraram a partir dos anos oitenta, noventa, os ibéricos, passaram a seguir a diretriz de organizar projetos territoriais que, como a Professora Raquel

Rolnik, estou chamando de regulação do território. É possível que outros estejam usando essa terminologia e fazendo esse raciocínio, que ela e eu fazemos. É preciso, em primeiro lugar, definir previamente as relações, porque se embargássemos essas hidrelétricas, e temos poder para isso, os responsáveis pelo meio ambiente têm poder para isso, o prejuízo para essas empresas e para o governo seria gigantesco. E nós estamos assistindo, em vários lugares, empreendimentos imobiliários em áreas próximas a áreas metropolitanas que estão sendo embargadas por questões ambientais levantadas *a posteriori*. O levantamento de questões *a posteriori* é altamente antieconômico para o Estado, em suas várias instâncias, e para o capital privado. Estudei os planos dos países ibéricos nos quais contratam estudos para cada micro região, definindo o que está urbanizado, ocupado, a localização de aldeias ou situações semelhantes, de áreas sensíveis que devem ser preservadas, setores paisagísticos de interesse especial. O caso das culturas indígenas é muito sério, aprendi neste Conselho, em várias discussões. No caso das áreas urbanizadas ou áreas em desenvolvimento contemporâneo, eles definem o que é urbanizável previamente, e as condições estruturais básicas. Não podemos imaginar que não sejam feitas micro barragens em rios brasileiros para produzirem energia elétrica a baixo custo, e sejam feitas usinas termelétricas que poluem o meio ambiente e são altamente econômicas. Mas podemos pedir uma definição prévia, uma seleção prévia de áreas onde elas sejam vedadas. Seria o caso, por exemplo, de região onde exista reserva biológica importante, como a mencionada. Essa é uma questão que exigiria uma tomada de posição a médio e longo prazos, porque essas questões têm vindo com certa frequência a este Conselho, que não pode se omitir com relação a ela. Não vejo outra saída, seja para a área do patrimônio cultural, seja para a área do meio ambiente. Não podemos impedir a derrubada de árvores na Amazônia, mas

podemos dizer claramente onde é de interesse público que elas não sejam derrubadas. A segunda questão vem na linha do que foi aqui exposto, ontem, pelos nossos Conselheiros arquitetos, Professor Liberal de Castro, Professor Italo Campofiorito, é a questão da forma de selecionar projetos. A realização de licitações para realização de projetos corresponde, em termos culturais, à arquitetura do século XVII. Os Senhores Deputados e o Tribunal do Contas devem ter conhecimento que a Academia Francesa já resolveu o problema de qualificação prévia, há mais de dois séculos. Os projetos não podem ser contratados na fase de licitação porque a licitação vai induzir o profissional a realizar um projeto mais simples e, se possível, com o computador. Como sabemos, nós arquitetos, o que permite o controle de custos - parece que o Tribunal de Contas, ou pelo menos alguns dos seus membros desconhecem - é definido pela especificação prévia de quantidades e custos das unidades, pelo detalhamento de obra. É isto que permite o controle dos custos, publicamente, porque se conhecermos previamente as condições em que o projeto vai ser realizado, controlamos a obra. Hoje, as obras são licitadas com estudos preliminares, e os construtores são encarregados de detalhar a obra. As raposas estão sendo encarregadas pelos Tribunais de Contas e por governos vários de cuidar dos galinheiros, as chaves dos galinheiros são entregues às raposas. É um caso típico de imprevidência o projeto não prever a obra que será realizada. As exigências devem estar incluídas no projeto. Como arquitetos, preferimos não perder jamais a oportunidade de deixar clara essa segunda parte. Entretanto, sem a primeira, sem que sejam feitos estudos reguladores de uso do território, vamos causar conflitos sociais em escalas crescentes. Não vejo a menor possibilidade de enfrentarmos previamente questões dessa ordem, que são fundamentais, sem que possamos fazer estudos de conjunto sobre as regiões. Em um dos estudos que acompanhei, realizado

por um arquiteto que contratado para estudar o Vale do Touro, que chegou até Portugal apesar de ser um contrato espanhol, faziam estudo sobre toda a bacia e faziam, inclusive, previsões de futuras reservas para o abastecimento urbano. Não há possibilidade de enfrentarmos essa questão sem nos articularmos com outros órgãos responsáveis, não para solucionar os casos, o que é difícil, mas para enfrentar esse tipo de situação com a prudência que ela exige. Então, queria deixar registrada essa posição para possibilitar a votação de um caso com as limitações que a situação nos impõe, reconhecendo a sua origem, e olhando exatamente para esses nascentes problemas, que não é a nascente dos rios. Obrigado.” O Presidente agradeceu e apresentou os seguintes comentários: “Concordo absolutamente com as suas considerações. Tenho, de maneira reiterada, colocado isso para este Conselho, porque percebo que estamos quase que no limite do controle do caos, com as tensões decorrentes da ausência de um planejamento territorial no país. E isso torna imprescindível uma discussão sobre a eficácia das políticas de patrimônio limitadas a ações setoriais; cada vez mais a política de patrimônio atua com a política ambiental e deve fazer parte de um pacto cujo instrumento é um planejamento territorial. Considero que essa direção está clara dentro deste Conselho, no exercício da nossa gestão dentro da Instituição.” A Conselheira Jurema Machado pediu a palavra para a seguinte manifestação: “Concordo plenamente com as considerações e com as preocupações. Mas não acho factível, em momento de intenso crescimento econômico que o país possa parar, para aguardar o IPHAN elaborar um grande planejamento. Nesse sentido, para não alegar que nada poderá ser feito, esse planejamento territorial pode não estar sendo feito da forma ideal, mas a previsão dos grandes e médios empreendimentos, como as barragens, já existem. Esses empreendimentos exigem alguma antecedência, projetos, ainda que sejam projetos de engenharia pura e simples.

O que talvez poderá ser mais eficaz neste momento, para tentar sanar um pouco os prejuízos, é integrar mais o licenciamento ambiental com os licenciamentos dos aspectos culturais. Não conheço em profundidade como seria feito, mas considero importante um estudo, da parte do IPHAN, acredito que este Conselho poderia ter um papel mais político no sentido de encontrar uma solução. Na hipótese de barragens em áreas onde ocorrem práticas culturais como os que acabamos de ver, os projetos já podem estar licenciados do ponto de vista ambiental, e talvez o IPHAN não tenha sido ouvido. Sabemos que o IPHAN é acionado quando há problemas com sítios arqueológicos, porque a legislação prevê isso. Mas um olhar mais refinado sobre os aspectos culturais, acredito que passe ao largo na maior parte dos licenciamentos ambientais. Então, penso que é o lugar em que devemos entrar, estrategicamente, para não perder o fio da meada e, posteriormente, aprimorar esses métodos.” O Presidente tomou a palavra para fazer o seguinte comentário: “São duas dimensões completamente distintas. Ainda que se acrescente um estudo de impacto e mitigação em aspecto cultural mais amplo de todas as áreas de abrangência desses empreendimentos, sempre ficaríamos em posição reativa. Por exemplo, quando é feita a liberação para um estudo de aproveitamento de energia hidrelétrica de determinada bacia, naquele momento é que deveria ocorrer o compartilhamento e o pacto, se a obra poderia ser feita ali, ou não. No momento do estudo para a concessão de licenças, já existe o pressuposto de que o Estado cedeu. Então são duas dimensões, uma é a dimensão que na mitigação do impacto, que no estudo de impacto a questão cultural seja incorporada, não fique somente no licenciamento da pesquisa arqueológica, há também mudança de posição. É preciso também ter uma posição e uma leitura sobre o território do país, que deve ser ambiental, cultural, econômica, e social, necessariamente anterior ao

licenciamento.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart Reis para os seguintes comentários: “Gostaria de esclarecer um detalhe em relação aos projetos. O Presidente explicou muito bem as duas instâncias, mas as escalas em que os projetos estão sendo realizados em todos os setores assumiu tais proporções que, normalmente, os projetos estão levando cerca de quatro anos para serem fechados, quatro anos entre a tomada de decisão, o financiamento do projeto, o seu licenciamento em várias instâncias, e seria bom que fosse em uma só: o plano e a captação do financiamento. Chegamos a um ponto em que qualquer governo que assuma, em mandato de quatro anos, não conseguirá fechar os projetos da sua administração, a não ser na hora de sair. A solução fica sendo improvisar licitações e projetos ou a reeleição, porque quem projeta não consegue executar. O atual governo, no ano anterior, levantou essa questão antes do período eleitoral, reconhecendo a necessidade de ter projetos bem elaborados porque projeto é muito mais barato do que obra. No momento de tomada de decisões, é preciso que os projetos estejam nas prateleiras, estejam coordenados entre as várias áreas de intervenção, senão os riscos de colapsos serão muito grandes, vimos isso com o PAC, número muito grande de obras não deslanchou. Então, a necessidade de fazermos uma coordenação e o conceito de projeto devem ser alterados. A idéia de termos uma coordenação geral permite prever com antecedência porque, no momento da tomada de decisão, todos os caminhos já devem estar claramente estabelecidos, isso está acontecendo em todos os países desenvolvidos. A idéia de improvisação corresponde ao estágio brasileiro que felizmente está sendo superado. Esses diálogos têm que ser travados previamente; nessa hora, a integração é fundamental. Muito obrigado.” Não havendo outras manifestações, o Presidente colocou em votação a proposta contida no Proc. nº

01450.011160/2006-42, acolhida por todos os Conselheiros, ficando aprovado, por unanimidade, o registro do **Ritual Yãkwa do Povo Indígena Enawene Nawe**, no Estado do Mato Grosso, devendo ser inscrito no Livro das Celebrações como “Patrimônio Cultural do Brasil.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao representante da comunidade indígena, cujas palavras, transcritas a seguir, foram traduzidas por antropóloga presente: “Ele disse que representa a aldeia e está muito feliz hoje, diz que todos estão muito agradecidos aos que apoiaram essa caminhada, especialmente ao IPHAN. Diz que Yãkwa é muito importante para eles e não devem esquecê-lo. Diz que a água está ficando suja, os peixes estão ficando escassos, os recursos cada vez mais distantes e todos ficam pensando no que fazer para enfrentar essa situação, como lutar, quem serão os aliados diante dessas pressões, e ficam muito felizes com a possibilidade do IPHAN ser um aliado deles nesse processo. Diz que não podem deixar que tudo acabe, não só o Yãkwa, mas também o complexo ritual muito intenso e que os peixes são fundamentais para alimentarem os espíritos, para eles, para as crianças. Diz que sem os peixes ficará muito difícil continuar. Agradeceu novamente esperando que todos no IPHAN possam continuar como bons aliados.” Prosseguindo, o Presidente passou a tratar do Proc. nº 01450.010779/2007-11 – proposta de registro do **Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**, no Estado do Amazonas, solicitando a projeção de audiovisual sobre a matéria. Após a projeção do audiovisual, o Presidente passou a palavra ao Relator, Conselheiro Roque de Barros Laraia, que após elogiar a qualidade do dossiê, procedeu à leitura do seu parecer, transcrito a seguir: “PARECER - PROCESSO 01450.010779/2007-11. A solicitação do registro do SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO RIO NEGRO foi encaminhada ao Sr. Presidente do IPHAN pela **Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro**,

em 28 de junho de 2007, em consequência de uma reunião realizada em Santa Izabel do Rio Negro, entre os dias 11 e 15 de junho, com a participação da Diretoria da ACIMRN e a representante do IPHAN, Dra. Ana Gita de Oliveira. Em 6 de agosto de 2007, o presente processo devidamente protocolado foi remetido a Diretora do Departamento Imaterial que, por sua vez, encaminhou Ofício a Diretoria Executiva da ACIMRN, solicitando informações complementares e informando da necessidade de uma articulação dessa entidade com a FOIRN, Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, com sede em São Gabriel da Cachoeira. Em atendimento à solicitação da Sra. Diretora do DPI foram encaminhados ao IPHAN, pela pesquisadora Laure Emperaire, os seguintes documentos: Relatório encaminhado ao CGEN, denominado “Populações locais, agro biodiversidade e conhecimentos tradicionais na Amazônia Brasileira. Apresentação em Power Point realizada no Congresso de Ecologia Humana no Rio de Janeiro. Artigo de Emperaire, L; Pinton, F; e Second, G. “Dinamica y manejo de la diversidad de lãs variedades de yuca del noroccidente amazônico” in Etnoecológica, vol. 5, número 7. Artigo de Emperaire, L. 2002. “Agrobiodiversidade em risco: o exemplo da mandioca na Amazônia”. Ciência Hoje, vol.32, número 187. Artigo Emperaire, L, Robert, P, Santilli,J, Eloy,L, Velthem, E, Laques, A.E, Carneiro da Cunha, M, Almeida,M, 2008. “Quele instruments pour une gestion durable de l’agrobiodiversité em Amazonie bresilienne?”. Esta documentação foi juntada ao presente processo e constituem a maior parte do primeiro volume. Entre as informações que fazem parte deste conjunto, destaca-se uma numerosa listagem preliminar de espécies, famílias e variedades cultivadas, cabendo citar que somente da espécie *Manihot esculenta*, da família EUPFORBICAE, foram identificadas 68 variedades de plantas. Em 23 de outubro de 2007, a Diretora Substituta do

DPI comunicou aos interessados a abertura do Processo de Registro. Em 11 de fevereiro de 2008, em sua nona reunião a Câmara do Patrimônio Imaterial aprovou a continuidade dos procedimentos necessários para o registro, sugerindo a modificação do nome do mesmo. Entre 21 a 25 de julho de 2008, a antropóloga Silvia Maria F. Guimarães, do DPI, realizou viagem a Santa Izabel do Rio Negro para acompanhamento técnico junto aos solicitantes. Em 19 de abril de 2009, na VI Assembléia Geral da ACIMRN, realizada em Santa Izabel do Rio Negro, foi aprovada Moção de apoio ao Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, constando nas fls. 160 a 167, do processo, 111 assinaturas de representantes das diversas comunidades indígenas da região. Ato semelhante foi realizado em São Gabriel da Cachoeira, no âmbito da FOIRN, em 16 e 17 de maio de 2009, constando na fls. 165, trinta e quatro assinaturas de representantes da região. Cumpre ressaltar que as pesquisas necessárias para a instrução do processo foram realizadas pelo projeto PACTA – “Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimento Tradicional” – projeto este realizado no âmbito da cooperação científica bilateral entre o CNPq, o Institute de Recherche pour Le Developpement – IRD e a UNICAMP e com parceria com o Instituto Sócio Ambiental, entre outras instituições. A equipe de pesquisadores principais foi composta por Dra. Laure Emperaire, etnobotânica, Dr. Mauro de Almeida, Dra. Lúcia Hussak van Velten, Dra Esther Katz e Dra. Manuela Carneiro da Cunha, antropólogo(a)s. Foi importante para o desenvolvimento do trabalho a cooperação das associações indígenas, ACIMRN e FOIRN. O relatório final apresentado pelo grupo acima está apensado ao segundo volume do presente processo. Em 12 de julho de 2010, a Dra. Ana Gita de Oliveira, Coordenadora Geral de Identificação e Registro do DPI, encaminhou parecer conclusivo à Sra. Dra. Márcia Sant’Anna, Diretora do Departamento de

Patrimônio Imaterial, recomendando a inscrição do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no Livro de Registro dos Saberes do IPHAN, criado pelo Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000. O parecer foi aprovado e encaminhado para exame e demais providências ao Sr. Procurador Chefe do IPHAN, Dr. Antônio Fernando Alves de Neri que, em 3 de agosto de 2010, distribuiu o mesmo à Procuradora, Dra. Genésia Marta Alves Camelo, que emitiu minucioso parecer favorável ao prosseguimento do processo. Parecer este que foi aprovado pelo Procurador Chefe, em 16 de agosto, e encaminhado ao Sr. Presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando de Almeida. A presidência do IPHAN providenciou a publicação no Diário Oficial da União, no dia 28 de agosto de 2010, o AVISO para efeito do Registro que trata este processo, nos termos do parágrafo quinto do artigo terceiro do Decreto 3551. Transcorridos mais de 30 dias da publicação do referido Aviso, sem que tenha havido qualquer manifestação em contrário, o processo foi encaminhado a este Relator. Com base nos elementos contidos no processo e no parecer conclusivo elaborados pela Dra. Ana Gita de Oliveira, apresento ao Ilustre Conselho Consultivo do IPHAN o seguinte parecer: Em reunião realizada em 13 de novembro de 2007 no DPI para discutir procedimentos a serem adotados na instrução do processo de Registro do Sistema do Alto Rio Negro e iniciar debate sobre a construção desse novo objeto – sistema agrícola – entre as diversas questões levantadas, destacaram-se três pontos: a) Há uma demanda crescente por solicitação de registros de comidas, o que revela a importância de culturas como a da mandioca, na diversidade alimentar que compõe o Brasil. b) O problema nessas solicitações é que a ênfase dada aos produtos em si suprime o contexto social onde o grupo vivencia a elaboração dessa comida. Assim, são olvidadas as dimensões da produção, da rede de troca onde se compartilha o conhecimento, produtos e sementes, da lida com a terra e do

tempo de plantação e da colheita. Portanto, temos o desafio de elaborar o conceito de sistema agrícola, onde essas comidas estão incluídas, com ênfase sobre o processo de produção. a) A solicitação de Registro do Sistema Agrícola do Rio Negro surge como oportunidade de pensar, ao longo da instrução do processo, o conceito de sistema agrícola, o qual poderia ser utilizado em outras situações (conferir volume 3 do processo, p. 450-451). Assim sendo, considero bastante oportuna a solicitação em pauta, tendo em vista que abrange um imenso território, ao longo de toda a extensão do Rio Negro e seus tributários, desde a sua confluência com o Solimões e até os limites da Colômbia e da Venezuela. Abrangendo os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Além disto, esse território abrange 9 Terras Indígenas, que totalizam aproximadamente 11.600.000 (onze milhões e seiscentos mil) hectares. Terras essas que constituem o habitat tradicional de 22 etnias, pertencentes a 3 grandes famílias lingüísticas: Família Tukano. Etnias: Tukano, Desana, Kubeo, Kotiri, Tuyuka, Pira Tapuya, Muriti-Tapuya, Arapaso, Karapanã, Bará, Siriano, Bakuna e Barasano. Família Aruak. Etnias: Baniwa, Kuipako, Baré, Wareken e Tariana. Família Maku. Etnias: Hupda, Yuhupde, Dow e Nadob. Esses 22 povos, tão diferenciados lingüística e culturalmente, compartilham o mesmo sistema agrícola tradicional, resultante de séculos de intercâmbio de conhecimentos e de trocas matrimoniais. No entanto, apesar de tudo, esse sistema de troca não resultou em uma uniformização, permitindo a manutenção de características que os diferenciam. No que se refere ao Sistema Agrícola ficou evidente aos pesquisadores que, mesmo entre uma grande diversidade de plantas comestíveis, a mandioca surge como um elemento central do saber tradicional. Ao longo dos séculos, esses povos foram capazes de identificar e utilizar de centenas de variedades de plantas, cujo cultivo de baixa intensidade de

impacto ambiental, possibilitou a manutenção da floresta, ao mesmo tempo em que proporcionou aos seus habitantes um razoável grau de segurança alimentar. Segundo os depoimentos coletados, nada seria possível se não fosse a existência das roças familiares. É importante ressaltar a capacidade de manutenção e renovação da diversidade genética. Os pesquisadores catalogaram 263 variedades de plantas cultivadas ou coletadas, além de constatarem a existência de 70 variedades de maniwa. Essas variedades de mandioca são objetos de circulação dentro de uma extensa rede de parentesco. Como exemplo, em apenas uma roça de 100 metros quadrados foram encontradas maniwas de 17 variedades diferentes. Esta multiplicação de variedades constitui uma estratégia de segurança alimentar, pois reagem de maneira diversas sobre os diferentes tipos de ataques que possam sofrer. O sistema agrícola não se restringe aos seus aspectos botânicos. Para o cultivo, a coleta e o tratamento da mandioca, além de seu preparo, tornou-se necessária a invenção de diferentes tipos de artefatos. Trinta desses objetos foram fotografados e suas descrições fazem parte do dossiê que compõem o processo. Esse sistema agrícola está também representado em um conjunto de mitos e rituais relacionados principalmente com o principal alimento que é a maniwa. Versões do bem conhecido mito da origem da mandioca fazem parte do sistema. E o caxiri, bebida produzida pela fermentação da mandioca, está presente em diversos rituais, principalmente o da iniciação masculina. Está também associado às práticas de benzimentos e a realização de rituais de trocas (Dabucuris) entre as diferentes etnias da região. Existe, contudo, uma preocupação com a continuidade do sistema, ameaçado que está pelo perigo da quebra da cadeia de transmissão de saberes, decorrente da emigração dos jovens atraídos pelos centros urbanos. O parecer técnico conclusivo indica a necessidade de “linhas de valorização cultural e de pesquisa/documentação

que têm por objetivos destacar e dar visibilidade a essa agricultura local junto à próprias populações indígenas. Esta ação pretende mobilizar pesquisadores indígenas, urbanos e das comunidades, para o trabalho de pesquisa sobre o futuro do sistema agrícola regional, criando condições sustentáveis que garantam a existência de mecanismos de transmissão dos conhecimentos tradicionais associados”. Em um momento de grande intercâmbio cultural com a sociedade dominante, com a introdução de novos alimentos, de modernos utensílios de cozinha, etc., torna-se necessária a adoção de medidas que assegurem a continuidade dos saberes que garantem a manutenção e a renovação da diversidade genética que no decorrer dos tempos vem possibilitando às comunidades indígenas do Rio Negro um bom grau de segurança alimentar e da preservação do meio ambiente. Assim sendo, tomo a liberdade de reproduzir, e fazer minhas, as palavras do último parágrafo do parecer conclusivo: “Por tudo que foi exposto, fica claro que o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, constitui uma referência cultural presente e organizadora dos povos indígenas existentes em toda a bacia do Rio Negro e bacias hidrográficas tributárias. Cabe ressaltar o papel protagonista da ACIMRN que representa as comunidades indígenas do município de Santa Izabel do Rio Negro (Tapuraquara), território onde se desenvolveu a pesquisa e onde a proposta do reconhecimento como patrimônio cultural pelo IPHAN, teve acolhimento e consequência.” Assim, como relator deste processo sou favorável a inscrição do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no Livro de Registro dos Saberes do IPHAN, criado pelo Decreto 3551 de 4 de agosto de 2000. Brasília, 3 de novembro de 2010. Roque de Barros Laraia, Conselheiro.” O Presidente agradeceu ao Relator e deu início aos debates, concedendo a palavra ao Conselheiro Eduardo Góes Neves para o seguinte comentário: “Seria talvez pertinente, ao invés da referência a sistema agrícola,

fazer referência a sistema agroecológico, já que ele inclui não só plantas domesticadas e cultivadas, mas também o manejo de plantas selvagens, pelo menos tecnicamente. É somente uma pequena pergunta, porque o termo agroecológico me parece mais inclusivo deste ponto de conhecimento.” O Conselheiro Relator tomou a palavra para o seguinte esclarecimento: “No dossiê a preocupação foi apenas com questões relativas a alimentos. Num sistema agroecológico deveríamos relacionar também plantas medicinais e uma série de outros elementos deixados de lado. Então, não sei até onde nós podemos fazer um registro desvinculado do dossiê.” O Conselheiro Eduardo Neves retomou a palavra para o seguinte comentário: “É uma pergunta que não inviabiliza o mérito do encaminhamento de todo o processo, que está muito bem feito. Imagino que sistema agroecológico tem uma dimensão mais inclusiva do que agrícola, porque inclui plantas que não são necessariamente plantas domesticadas, mas que têm um papel importante também ao assegurar um aporte de alimentos as populações.” O Presidente passou a palavra à Coordenadora Geral de Identificação e Registro/DPI, Ana Gita de Oliveira, para o seguinte posicionamento: “Com relação à proposta de tratar o sistema agrícola tradicional como sistema agroecológico, estava conversando com a Dr<sup>a</sup> Lúcia Hussak Van Velten, integrante da equipe que fez a pesquisa. Essa equipe considera o termo agroecológico muito carregado de uma ideologia tecnicista e de termos que não corresponderiam ao que foi tratado nessa categoria de sistema agrícola.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart Reis para a seguinte manifestação: “Preferia não falar, mas estou deslumbrado, nunca imaginei que houvesse essa diversidade. Tenho lido alguma coisa sobre essas pesquisas que estão sendo feitas sobre o conhecimento acumulado, especialmente pelas mulheres, na área do trato com as plantas, com as ervas medicinais. Há muitos anos me

preocupo com a necessidade de serem feitas pesquisas por universitários, para a transmissão desse conhecimento, para que não se perca. Há muito tempo que venho defendendo a importância cultural - indígena e africana - na formação do Brasil, absolutamente desvalorizada na cultura tradicional. Nunca imaginei que um único exemplo tivesse tal dimensão; portanto se é a porta de entrada, o que será esse universo? O professor Willian Saad Hossne, segundo presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, me informou que ao passarem as redes no Rio Amazonas, nos quinze dias que puderam financiar a pesquisa, descobriram tantas espécies novas de peixes quanto as conhecidas desde o descobrimento do Brasil. Nunca esqueci essa lição, e que sempre cobreí dos colegas biólogos da USP, que sabiam como se reproduziam as tilapias mas não sabiam como se reproduziam os lambaris, em nossos rios. Então, preciso levar esse tipo de informação ao CNPQ e aos demais órgãos de financiamento da pesquisa para perceberem o enorme universo de conhecimento que existe e, às vezes, está sendo apropriado indevidamente por falsos missionários estrangeiros, sem que nós brasileiros não indígenas, ou não indígenas proximamente, tenhamos conhecimento disso. Eu termino repetindo, estou deslumbrado, acho que é uma bela porta de entrada. Há um campo interessantíssimo. Estou encantado com o trabalho. Muito obrigado.” O Conselheiro Roque Laraia pediu a palavra para fazer a seguinte complementação: “Após a fala do Conselheiro Nestor Goulart, me dei conta que omiti no meu parecer, com a preocupação de resumir tantas informações, um aspecto importante dessa diversidade, que evita o que os geneticistas chamam de erosão genética. O vegetal vai se tornando tão velho, que perde a capacidade de reprodução. Isso mostra como a população indígena, considerada por muitos destituída de ciência, tem um conhecimento científico acumulado durante séculos de tal forma que essas setenta variedades estão

relacionadas com o nome que têm na língua indígena e com o nome em português. É uma riqueza de conhecimento botânico que pertence a uma população tradicional.” A Conselheira Jurema Machado pediu a palavra para as seguintes considerações: “Se entendi bem, no caso anterior, risco maior se devia a intervenções no regime dos rios e a prejuízo na produção de peixes, dificultando um ritual. Nesse caso específico, as mulheres mencionam a dificuldade de transmitir seu conhecimento aos filhos. Suponho que o maior problema atualmente seja essa transmissão. Talvez o Conselheiro Relator tenha resumido o conjunto das informações no relato final, mas não percebi as medidas de salvaguarda.” O Conselheiro Roque Laraia retomou a palavra para apresentar os seguintes esclarecimentos: “Quando vejo esses relatos e os documentários, minha sensação é que as gerações mais velhas sempre acham que não estão transmitindo a sua cultura porque os filhos têm outra postura. A sociedade está mudando, e não sei até onde é verdade que essa rede de transmissão esteja ameaçada. De qualquer forma, na parte conclusiva do parecer citei rapidamente a existência de medidas de valorização dessa rede de transmissão, valorização da manutenção desse conhecimento, dessas técnicas. Na página nove do meu parecer consta o seguinte: ‘Existe, contudo, uma preocupação com a continuidade do sistema, ameaçado que está pelo perigo da quebra da cadeia de transmissão de saberes, decorrente da emigração dos jovens atraídos pelos centros urbanos. O parecer técnico conclusivo indica a necessidade de *linhas de valorização cultural e de pesquisa/documentação que têm por objetivos destacar e dar visibilidade a essa agricultura local junto à próprias populações indígenas. Esta ação pretende mobilizar pesquisadores indígenas, urbanos e das comunidades, para o trabalho de pesquisa sobre o futuro do sistema agrícola regional, criando condições sustentáveis que garantam a existência de mecanismos de transmissão dos*

*conhecimentos tradicionais associados*'. Entretanto, não tenho conhecimento exato da taxa de evasão da população jovem porque trata-se de uma grande região, os grande centros são muito distantes. Devo dizer que uma representação dos índios dessa região estaria aqui presente, mas as linhas aéreas estavam todas lotadas, são locais muito distantes, o contato não é tão grande como pensamos” Não havendo outras manifestações, o Presidente colocou em votação a proposta contida no Proc.nº 01450.011160/2006-42, acolida por todos os Conselheiros ficando aprovada, por unanimidade o registro do **Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**, no Estado do Amazonas, e a sua inscrição no Livro dos Saberes, como ‘Patrimônio Cultural do Brasil’. Em seguida o Presidente suspendeu os trabalhos, para reinício na parte da tarde. Às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de novembro de dois mil e dez, no Salão Portinari, do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, foram retomados os trabalhos da 65ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a Presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Breno Bello de Almeida Neves, Italo Campofiorito, Jurema de Souza Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Nestor Goulart Reis Filho, Synésio Scofano Fernandes, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil -, Antonio Menezes Júnior – representante do Ministério das Cidades -, Eduardo Góes Neves – representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira -, Eugênio Ávila Lins – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios -, José Liberal de Castro – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Roberto Luiz Bortolotto – representante do Ministério do Turismo - e Roque de Barros Laraia – representante da Associação Brasileira de Antropologia. Ausentes, por motivo

justificado, os Conselheiros Angela Gutierrez, Arno Wehling, Marcos Castrioto de Azambuja, Marcos Vinícios Vilaça – representantes da sociedade civil -, Cláudia Maria Pinheiro Storino – representante do Instituto Brasileiro de Museus -, Eliezer Moreira Pacheco – representante do Ministério da Educação - e Heloisa Helena Costa Ferreira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Presidente passou a tratar do Proc. nº 1.568-T-2008 (01512.000182/2001-09) – proposta de tombamento do **Núcleo Urbano de Santa Tereza**, no Estado do Rio Grande do Sul, e solicitou ao Diretor do Departamento do Patrimônio Material, arquiteto Dalmo Vieira Filho, uma breve introdução transcrita a seguir: “A proposta foi longamente estudada na Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul e no Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Faremos uma breve introdução ao tema detalhando a proposta de tombamento de Santa Tereza, pequena cidade no Rio Grande do Sul. Essa proposição do tombamento do terceiro núcleo urbano relacionado diretamente com a imigração ocorrida no Brasil a partir do século XIX significa a continuidade de série aberta com o tombamento do núcleo central de Antonio Prado, nos anos oitenta, teve seqüência no ano de dois mil e sete com o tombamento de **Alto Paraguaçu**, no Município de Itaiópolis, em Santa Catarina, representativo da imigração polonesa e ucraniana. A cidade fica numa curva do Rio Taquari, situação que explica a origem do núcleo ligado ao transporte de mercadorias ao longo do rio. A estrutura urbana em grelha é característica da imigração no Rio Grande do Sul, ao contrário do que aconteceu em outros estados do Brasil. Essas imagens sínteses mostram a interação do núcleo com o seu espaço geográfico, o núcleo urbano convive com áreas florestadas e também com áreas onde se pratica agricultura. Há uma relação de enorme harmonia entre o patrimônio construído e o envoltório

cultural. Próximo ao núcleo original, na margem do rio, continua em desenvolvimento a atividade agrícola. É importante salientar a presença do Prefeito Municipal, que simboliza a intensa preocupação com a proteção da cidade, expressa pelas leis municipais e pelo cuidado com que as instituições municipais zelam pelo patrimônio. É mais um processo cuja proposição deriva da vontade da cidade. Em conjunto então com a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul e com a Prefeitura Municipal se propõe uma setorização, uma normativa elaborada em concordância com o Plano Diretor que o Município propõe. São três áreas principais, uma área de preservação rigorosa, uma área em que o patrimônio convive com o plano natural mais sensível, inclusive uma área de extensão já em vigor no Plano Diretor. Cada um desses setores tem parâmetros específicos sempre guardando os elementos de recuos, volumes, os elementos construtivos responsáveis pela preservação e pela harmonia da paisagem no desenvolvimento normal da cidade. Há um intenso engajamento local nesse processo cujos estudos iniciaram praticamente há mais de vinte anos. Era essa a apresentação. Muito obrigado.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Relator, Conselheiro Luiz Phelipe Andrès para a apresentação do seu parecer, transcrito a seguir: “Processo de Tombamento nº 1.568- T- 08 - **“Núcleo Urbano de Santa Tereza, Município de Santa Tereza, Estado do Rio Grande do Sul”**”. Exmo. Sr. Presidente do IPHAN. **Srs. Conselheiros.** Foi com muita honra que recebi do Sr. Presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando de Almeida, através da professora Anna Maria Serpa Barroso, no último dia 19/10/2010, a incumbência de examinar e opinar sobre este processo que trata do pedido de tombamento do **“Núcleo Urbano de Santa Tereza, Município de Santa Tereza, Estado do Rio Grande do Sul”**. Meu primeiro passo foi conhecer a cidade e os sítios no entorno. Solicitei ao

IPHAN as condições para me deslocar de São Luís do Maranhão até àquele município, havendo sido solicitamente acolhido pela equipe da Superintendência local, através de sua titular, a arquiteta Ana Lucia Goelzer Meira. Na viagem, contei com a orientação da arquiteta Ana Maria Beltrame e do arquiteto Geraldo Vieira da Costa, que me conduziram de Porto Alegre até Santa Tereza. A rota das estradas que percorremos, distante 147 quilômetros da capital, nos introduz na esplêndida paisagem do Vale dos Vinhedos, para finalmente descortinarmos a serra verdejante, onde se intercalam resquícios da mata original e áreas agricultadas, incluindo-se as extensas plantações de videiras e áreas urbanas de cidades que tiveram origem no século XIX período da colonização pelos imigrantes. O trajeto que fizemos em apenas duas horas de carro por autoestradas de asfalto, substitui o antigo percurso dos rios, que por sua vez eram utilizados como vias de acesso pelos desbravadores deste território e exigia vários dias de sacrificada viagem a ser realizada a bordo de pequenos vapores que subiam desde Porto Alegre, contrariando a correnteza dos rios. É por este vale que serpenteia o rio Taquari, em cujas margens se assenta a cidade de Santa Tereza, que é o objeto desta proposição. E como a se confirmar simbolicamente a relação entre paisagem e cultura, chamou-me a atenção logo de início a presença marcante de um tipo de árvore. Os Plátanos. Espécie milenar, cuja ocorrência se perde na névoa dos tempos, sendo que as notícias mais antigas dos compêndios de botânica nos informam que algumas mudas haviam sido levadas para a Itália, cerca de 340 anos A.C. Pois bem, surpreendi-me de aí encontrar os Plátanos, normalmente de grandes copas e sombra acolhedora, que podem ser observados na paisagem urbana de metrópoles europeias como Londres e Roma e em cidades de Portugal e Espanha, mas que aqui, trazidos e aclimatados pelos colonos italianos, tiveram sua função original adaptada para se tornarem úteis ao plantio das uvas,

escorando e marcando a linha dos parreirais, funcionando como que sentinelas ou baluartes das videiras. O gentílico é “santa-terezense”, brasileiros que até hoje ainda têm no “Talian”, um idioma alternativo que representa uma versão sul-brasileira do **vêneto** e que ainda é falado principalmente na região de Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul, Santa Tereza e outras cidades e lugarejos da região denominada de “italiana” do Rio Grande do Sul. De início, ainda na metade do século dezenove, a colonização havia sido de origem predominantemente alemã mas se expandiu apenas nas terras baixas. Em 1875, chegaram os primeiros grupos de poloneses e italianos. Estes últimos vindos principalmente da região do Vêneto, mas também do Trentino e do Friuli e que passaram a povoar a chamada Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul. Ali os novos colonos passaram a viver da plantação de milho, trigo e outros produtos agrícolas, mas, sobretudo introduzindo a vinicultura, que é hoje a base da economia de diversos municípios gaúchos. De 1875 a 1914, cerca de 100 mil imigrantes se estabeleceram no Rio Grande do Sul. Em 1916, foi criado o distrito de Santa Tereza de Bento Gonçalves, somente emancipado como município em 1992. Ao lado da agricultura, uma outra forma de atividade, de cunho fabril e artesanal, trazida pela vocação individual e influenciada pela formação de origem de muitos dos imigrantes, também se tornou presente e foi marcada em especial pela produção de vinho, mas também pelo beneficiamento de produtos agropastoris, tais como couro, banha, milho, trigo e fumo. O rio Taquari que banha Santa Tereza foi uma das principais via de acesso dos imigrantes, ao lado dos rios, Caí, Gravataí e Guaíba. De fato, a questão do acesso fluvial será fundamental para o entendimento da evolução urbana da cidade que logo se tornou um núcleo mais desenvolvido do que os demais, não só pela qualidade das terras férteis, mas principalmente por estar situada em

sítio próximo ao último porto acessível aos imigrantes, como entreposto por onde circulavam as produções agrícolas das demais colônias localizadas rio acima. Em Santa Tereza fomos inicialmente recebidos pelo Sr. César Augusto Prezzi, descendente de uma das antigas famílias de colonizadores e que atualmente, entre tantas atividades, é um dedicado pesquisador, que há décadas realiza um esforço pessoal em várias esferas nacionais e internacionais, pelo reconhecimento do patrimônio cultural de sua terra. O fato é que já neste primeiro contato o Sr. Prezzi nos forneceu minuciosas explicações sobre os conceitos de “linha” e de “colônia”, no contexto da estrutura fundiária adotada pelo governo brasileiro na ocupação das terras reservadas para a colonização. Logo chegamos até o gabinete do prefeito Diogo Segabinazzi Siqueira, que por sua vez nos aguardava para uma reunião de trabalho com a participação da Secretaria de Educação do Município Sra. Maristela Titton Prezzi e da Diretora do Departamento de Turismo, Sra. Nadia Panizzi. Encontrar a administração municipal instalada em um dos mais tradicionais e imponentes edifícios da cidade, devidamente restaurado, adaptado e bem conservado, nos confirma a alentadora informação de que o poder público local não só está afinado com os propósitos de preservação do patrimônio arquitetônico como participa de um verdadeiro clamor da comunidade pelo tombamento. A tarefa de elaborar o parecer foi mais uma vez facilitada pela qualidade dos estudos que se encontram no Dossiê de Tombamento. No entanto é minha obrigação oferecer aos senhores conselheiros e conselheiras, uma síntese o mais possível fiel do que me foi dado examinar nas mais de 800 páginas do processo, bem como do que pude testemunhar, durante minha visita ao local, de forma a contribuir para que possam avaliar e estabelecer um juízo sobre esta proposta. Inicio pela resenha do dossiê. Organizado com participação de técnicos do DEPAM e da 12ª SR

do IPHAN é amparado em minuciosos estudos como aqueles elaborados pela Universidade de Caxias do Sul, na pessoa da Professora Cleodes Maria Piazza Ribeiro, pesquisadora do Projeto ECCIRS, sigla que significa **Projeto dos Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas no R. G. do Sul**, que entre outros elementos valiosos, registrou a história da criação da vila de Santa Tereza de Bento Gonçalves, contada através dos aspectos geográficos, políticos, sociais e econômicos que deram origem a uma peculiar forma de ocupação. No dossiê sobressaem ainda as contribuições das equipes lideradas pelos professores Sandra Fávaro Barella, Paulo Rogério de Mori e Dóris Baldissera integrantes do Departamento de Arquitetura e Urbanismo também da Universidade de Caxias do Sul e a participação especial das arquitetas Marina Cañas Marins e Terezinha de Oliveira Buchebuan, integrantes do Escritório Técnico do IPHAN em Antônio Prado. Também se revelaram fundamentais os estudos realizados pelo TALIESEM- Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul com sua equipe competente e dedicada de acadêmicos de Arquitetura e Urbanismo. Trata-se de uma coleção de documentos ilustrados com rica iconografia de fotos, mapas e desenhos que traduzem a importância do patrimônio cultural representado no acervo de arquitetura, urbanismo, ambiental e paisagístico e dos quais passo a me ocupar: O primeiro volume contém o processo propriamente dito (com 224 páginas) que se inicia **em 01 de outubro de 2001**, com a solicitação de tombamento, na forma de ofício nº 213/2001 datado de 09/08/2001, assinado pelo então prefeito Municipal de Santa Tereza, senhor Luiz Carlos Riboldi e dirigido a Dra. Débora Regina Magalhães da Costa, então Superintendente Regional da 12ª SR/IPHAN no Rio Grande do Sul. Portanto estamos tratando de um processo que se iniciou há exatos 9 anos. A solicitação se referia ao tombamento *“do conjunto arquitetônico do*

*Município de Santa Tereza*” e manifesta desde então *“todo o interesse em preservarmos nosso Patrimônio Histórico”*. Segue-se a pronta resposta de acatamento por parte da 12ª SR datada de 08/10/2001 onde a Superintendente informa sobre a abertura de processo administrativo para a finalidade do tombamento e propõe ações conjuntas Município/Iphan para coligir documentos e dados necessários a instrução do processo e elaboração do dossiê. Em 08/01/2003 novo ofício do Prefeito Luiz Carlos Riboldi dirigido à SR/IPHAN vem reiterar o forte interesse dos munícipes, no reconhecimento nacional a ser conferido pelo IPHAN e reclamar por maior agilidade nos procedimentos. A resposta ao apelo do prefeito surge no processo em 26/08/2005, através de encaminhamento ao DEPAM, do dossiê de **Estudos para o Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e paisagístico da Cidade de Santa Tereza, Estado do Rio Grande do Sul**, por parte do arquiteto José Leme Galvão. Em 01/09/2005ª cópia da mesma documentação foi encaminhada à 12ª SR, a título de colaboração do DEPAM. Segue-se no corpo do processo a coletânea de estudos a que se refere o Arquiteto José Leme Galvão. Sob o título de **“Relatório Parcial em agosto de 2005” e também o Relatório Impressionista do Sítio Histórico da Cidade de Santa Tereza**, do mesmo autor, que realizou duas viagens ao local para reconhecimento do acervo. Nesta oportunidade posiciona-se favoravelmente à abertura do processo de tombamento. Integra ainda o primeiro volume do processo o **“Diagnóstico da Realidade Municipal do Município de Santa Tereza”**, datado de 01/03/2002, resultado de elaboração conjunta da EMATER/RS e a ASCAR-Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. Documento este que desenha um retrato detalhado sob todos os aspectos: populacionais, geográficos, históricos, ambientais, sociais, econômicos e culturais, de infraestrutura, de atividades produtivas, da estrutura

administrativa, incluindo dados estatísticos. Este documento é revelador da auspiciosa parceria de outras entidades governamentais na realização de estudos que são de fundamental importância na luta pela salvaguarda do patrimônio histórico e natural. Seguem-se as cópias de uma sequência de leis municipais aprovadas pela Câmara Municipal e sancionadas pelo prefeito João Cesar Constantino Prezzi no ano de 2000: Em **17 de julho**, lei municipal nº 323/2000, de 17 de julho de 2000 que dispõe sobre os limites do perímetro urbano da sede do município e dá outras providências. Em **27 de Setembro**, a lei municipal nº 337/2000, de 27 de setembro de 2000. Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e a instituição de condomínios por unidades autônomas constituídas por duas ou mais edificações destinadas à habitação uni-familiar ou coletiva, e dá outras providências. Em **27 de setembro** a lei municipal nº 338/2000 que institui o código de edificações do município de Santa Tereza e dá outras providências. Em **27 de setembro**, a lei municipal nº 339/2000, que institui o código de posturas do município e dá outras providências. Em **22 de dezembro**, a lei municipal nº 354/2000, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano do município de Santa Tereza e dá outras providências. Este conjunto de leis municipais é estratégico, não só para a consolidação do Plano Diretor, mas também como pré-requisitos a um tombamento de área urbana, assegurando que a municipalidade já possui hoje o indispensável aparato legal necessário para exercer com eficiência o seu papel no controle e conservação da mesma. Encontramos ainda neste primeiro volume um estudo datado de 1988 com assinatura da “Fundação pro-Memória” sob o título de “**Distrito de Santa Tereza. Proposta de Atuação**”. Trata-se de um conjunto de detalhadas fichas técnicas, denominadas “**Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul**” com o levantamento, inclusive fotográfico, de dezenas de edificações consideradas

desde então como de importância para a preservação. Indicando, portanto, que há 22 anos o IPHAN já se ocupava dos trabalhos de identificação deste acervo com a finalidade de tombamento. Não é pois de se estranhar a grande e longa expectativa daquela comunidade com relação ao reconhecimento de seu patrimônio. Seguem-se documentos oriundos da APHAT-ST, (**Associação de Proteção ao Patrimônio Histórico e Turístico de Santa Tereza** criada em março de **2004**), da lavra de seu presidente, Sr. César Augusto Prezzi e datados de 11/12/2006, onde se depreende uma campanha junto aos empresários locais para doações de materiais de construção com vistas à restauração de diversos casarões. Estes documentos enfatizam ainda outras ações da APHAT-ST, tais como a realização de Curso de Gestão Ambiental, em parceria com o IILA- Instituto Latino-americano que possui sede em Roma. A participação no Forum Mundial do Turismo em que Santa Tereza foi tomada como caso modelo de gestão em ações de turismo sustentável. Lembra a contribuição da APHAT-ST no Inventário do Patrimônio Histórico em parceria com o IPHAN. Ou ainda sua participação no concurso público de valorização turística, realizado pelo IAB para a cidade. Todas estas iniciativas, bem como a própria existência da APHAT-ST, soam como mais um inequívoco testemunho de protagonismo da sociedade local, através de ações não governamentais em prol da preservação do acervo. Na sequência encontramos já com a data de 27 de Abril de 2007, novo ofício de César Augusto Prezzi, dirigido ao presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando de Almeida, agradecendo pela visita à cidade, sem perder o ensejo para mais uma vez, solicitar a agilização do tombamento, *“que é aguardado ansiosamente pela população, proprietários e comunidade descendente de italianos de toda a Serra Gaúcha”*. O Ofício ressalta ainda a importância da assinatura de um tratado de “Gemellagio”, com San Biaggio di Callata na província de Treviso,

região do Vêneto, Itália. Sobre este tratado e a escolha da cidade, cabe informar que na vista panorâmica do centro da cidade, destaca-se a torre da Matriz da Igreja de Santa Tereza com 45 metros de altura, possuindo um relógio e encimado por um campanário com três sinos e uma cruz. Trata-se de uma réplica de uma torre da cidade de San Biaggio di Callata, aqui erigida em **1927** pelo arquiteto Massimiliano Domenico Cremonese em homenagem a sua terra natal. Em todo o estado do Rio Grande do Sul, esta torre tornou-se reconhecida como um dos exemplares mais significativos da arquitetura religiosa de influência italiana e daí o acordo de cidades irmãs, que representa sempre um tratado de cooperação entre cidades de países diferentes, em uma relação que assume a forma de intercâmbio sócio-cultural. Em 03 de outubro de 2008 o Diretor do DEPAM através do Memorando nº 259, solicita formalmente à Gerente de Documentação Arquivística e Bibliográfica, Sra. Francisca Helena Barbosa Lima, a abertura o processo de Tombamento do “Núcleo Urbano de Santa Tereza”. Solicitação esta reiterada no dia 05 de Novembro/2008. Em 28 de novembro de 2008, o Memorando nº 281/2008 da GEDAB/COPEDOC informa a abertura do processo ao tempo em que foram providenciadas algumas medidas que se tornaram necessárias para a reordenação da documentação, conforme as normas vigentes. Segue-se o excelente “Parecer Técnico sobre Proposta de Tombamento da Paisagem Urbana de Santa Tereza,” elaborado por Maria Regina Weissheimer, arquiteta e urbanista do DEPAM. Apoiada em sólida base cartográfica referenciada e documentação fotográfica de alta qualidade, ela trabalha com base em toda a documentação do dossiê, mas enriquecendo-a e complementando-a com suas avaliações e sugestões. Em seu detalhado parecer a arquiteta Maria Regina Weissheimer apresenta uma síntese histórica da imigração no Brasil, realiza um apanhado dos estudos de acautelamento e tombamentos federais relativos

à imigração e trata da evolução histórica. Descreve minuciosamente todas as etapas da evolução urbana da cidade, utilizando-se de uma sequência de mapas perfeitamente escalonados no tempo. Avalia em detalhes o meio natural e toda a paisagem no entorno e as suas relações com o conjunto de arquitetura urbana. Trata da caracterização morfológica, urbanística e arquitetônica. Faz uma análise da proposta e elabora as considerações gerais onde, de forma bem objetiva apresenta uma proposta de adequação do polígono de tombamento e o redesenho da poligonal do entorno, concluindo com sua indicação favorável ao tombamento. Portanto a definição dos perímetros de tombamento e poligonal do entorno é fruto de demorados estudos e avaliações em vários momentos por parte do IPHAN em parceria com os técnicos das demais instituições parceiras na construção do dossiê. Segue-se o encaminhamento do processo ao Procurador Federal junto à 12ª SR/IPHAN, Dr. Oscar Tomasoni Monteiro de Barros que após minuciosa análise dos autos, elabora seu parecer confirmando aprovação ao tombamento proposto, não só pelos méritos das manifestações técnicas nele contidas, mas também pela integral observância dos aspectos legais e jurídicos do processo. E conclui pelo seu encaminhamento a este Conselho Consultivo, submetendo-o antes à consideração do Senhor Procurador-Chefe e ao Sr. Presidente do IPHAN. Em 29 de junho de 2009 a superintendente Ana Lúcia Goelzer Meira encaminha o processo ao Dr. Antônio Fernando Leal Alves Nery, Procurador Geral do IPHAN em Brasília, já com as competentes minutas de Aviso de Notificação, a serem publicadas em jornais de grande circulação. Em 14 de agosto de 2009, o Sr. Procurador Geral aprova o parecer do procurador Dr. Monteiro de Barros e salienta que os valores a serem reconhecidos no Tombamento da paisagem urbana de Santa Tereza, são o histórico, o etnográfico e o paisagístico. Seguem-se os comprovantes de publicação do

Edital de Notificação aos proprietários das áreas que são abrangidas pelo polígono de tombamento. Esta comunicação encontra-se comprovada também através das cópias dos ofícios dirigidos em 31 de Agosto de 2009, pelo presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando de Almeida, dando ciência aos seguintes destinatários: Senhora Rose Carla Silva Corrêa, Gerente Regional da Secretaria de Patrimônio da União-RS; Sua Excelência a Senhora Yeda Rorato Crusius, Governadora do Rio Grande do Sul; Sua Excelência o Senhor Diogo Segabinazzi Siqueira, prefeito de Santa Tereza. Em 1º de Setembro de 2009, o processo é encaminhado a Secretária do Conselho, professora Anna Maria Serpa Barroso incluindo-se nele um último e significativo documento: um livro de Atas que foi entregue formalmente na 12ª SR do IPHAN pela Associação de Moradores de Santa Tereza, contendo centenas de assinaturas recolhidas na comunidade em apoio ao tombamento federal do centro histórico desde que houve notícia na imprensa. Em 19 de outubro de 2010 o processo foi encaminhado pela Senhora Secretária do Conselho Consultivo do IPHAN, de ordem, a este conselheiro com a solicitação de análise e parecer. Passo a descrever agora, na forma resumida, o conjunto de anexos ao processo e que traduzem importantes aspectos da questão: No primeiro encontramos excelente documento preparado em conjunto pelas equipes da 12ª SR/IPHAN-RS, e da Universidade de Caxias do Sul tanto do projeto ECIRS e do TALIENSEM, que resume em apenas 38 páginas, de forma objetiva, todo o conjunto de informações contidas no dossiê. Este mesmo **Anexo 1** é enriquecido pelo conteúdo dos Tomos 1, 2 3, e 4 a saber: O **Tomo 1** contém **“Paisagem Urbana de Santa Tereza”**: trata-se de excelente registro fotográfico dos principais monumentos e logradouros. Datado de julho de 2005 com o selo da 12ª SR/IPHAN, apresenta fotos de autoria de Eduardo Hahn e Marina Cañas Martins, referenciadas em descrições e localização

cartográfica no contexto da malha urbana em 102 páginas; O **Tomo 2** consiste em um alentado estudo denominado **“Documentação para instrução do processo de tombamento do Núcleo Histórico de Santa Tereza/RS”**, elaborado pela equipe da Universidade de Caxias do Sul em 2005. Em especial pela Prof<sup>a</sup> Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, Arqt<sup>a</sup> Doris Baldissera, Arqt<sup>o</sup> Paulo Rogério de Mori, Arqt<sup>a</sup> Sandra Maria Favaro Barella. Este trabalho, que dá profundidade e substância ao dossiê, contou também com uma dedicada equipe de estudantes de arquitetura que integram o TALIESEM - Escritório Modelo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da mesma Universidade de Caxias do Sul. Em 189 páginas, foi portanto realizado como parceria entre o projeto ECIRS e o Departamento de Arquitetura da Universidade de Caxias do Sul, tendo sido utilizada como material referencial, a pesquisa desenvolvida pela acadêmica Eloise Costamilan, apresentada como monografia da disciplina de Laboratório de Arquitetura e Urbanismo. O objeto do estudo é o núcleo histórico de Santa Tereza, mas alerta em seu texto de apresentação que *“no entanto a proposta de tombamento encaminhada compreende toda a paisagem local e deste modo a delimitação do espaço de abordagem é estabelecida principalmente a partir do condicionante topográfico, da configuração do relevo e outros elementos do sítio físico”*... *“A paisagem de que trata o estudo compreende a paisagem natural e a paisagem construída, entendidas como produtos de uma manifestação cultural”*. Assim o trabalho do Tomo 2 compreende os seguintes tópicos: 1 - A Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, 2 - Caracterização dos Espaços Urbanos e Arquitetura Local com avaliação das características estético-simbólicas. 3 - Estudos dos aspectos funcionais dos espaços urbanos; Diversidades e particularidades locais; Concentrações; Acessibilidade do local; Visibilidade dos espaços urbanos; 4 - Análise das edificações: usos e

alturas das edificações; inventário do patrimônio arquitetônico; Metodologia de análise do Edifício; Fichas cadastrais; Análise tipológica. 5 - “Considerações Finais” onde se examina de forma bastante criteriosa as alternativas possíveis com base nos diagnósticos de estudos e análises acima mencionados. Conforme anteriormente afirmado pelo arquiteto Leme Galvão do DEPAM, havia a princípio três possibilidades a serem consideradas: A primeira, logo descartada, se refere à possibilidade de tombamento de edifícios isolados. A segunda trata da possibilidade de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico (como foi o caso da vizinha cidade de Antônio Prado tombada em janeiro de 1990). Entretanto a terceira opção é a que se utiliza do conceito de “paisagem urbana”, tendo sido recomendada neste estudo como mais adequada para o caso de Santa Tereza, uma vez que esta abordagem assegura a proteção de todos os elementos envolvidos, edificações, traçado urbano que por sua vez se apresentam integrados com a paisagem das serras no entorno. O **Tomo 3** do Anexo 1º contém a pesquisa histórica e construtiva: “**Casa de Amadeo Stringhini**”, elaborado por equipe da Universidade Luterana do Brasil, da cidade gaúcha de Canoas em 2006. O objeto do estudo é a atual sede da Prefeitura e um dos mais imponentes exemplares da cidade. O trabalho realiza um levantamento do imóvel em todos seus detalhes estruturais e funcionais. Investiga sua tipologia sob a ótica das influências trazidas pelos imigrantes comparando-a com a arquitetura vernacular dos palacetes rurais do norte da Itália, na região de Cremona e com a arquitetura de casas comerciais de imigrantes italianos. No capítulo dos antecedentes vai buscar a reconstituição das dramáticas condições de chegada dos imigrantes no século dezenove. Revela detalhes cruéis da travessia do oceano, amontoados nos porões de navios, chegando alguns a falecer durante a viagem. Fugindo da crise de empregos em seu país de origem, chegavam

atraídos pelas esperanças de uma nova vida e atendiam às propagandas do governo brasileiro que lhes prometiam “*vantagens tentadoras como transporte gratuito, hospedagem, instrumentos de trabalho, sementes, assistência médica, instrução para as crianças e crédito para compra de terra. Estes foram os objetivos bem definidos pelo governo brasileiro, para substituir a mão de obra escrava*”. Os que se dirigiam ao Rio Grande do Sul chegavam primeiro no porto do Rio, onde eram abrigados em galpões coletivos na “Casa do Imigrante” na Ilha das Flores. Em seguida enfrentavam mais 10 dias de viagem em navios vapores até Porto Alegre, onde eram alojados em galpões ou mesmo na rua. (Fotos de época reveladas nesta pesquisa mostram as precaríssimas situações de levas de imigrantes literalmente amontoados no convés de navios, nos desembarques ou nos galpões de abrigo coletivos). Em Porto Alegre, sobrevinha novo embarque em pequenas e precárias embarcações para a derradeira viagem de subida dos rios em direção as terras prometidas. E finalmente ao chegarem no último porto fluvial enfrentavam a última etapa, subindo a serra a pé ou lombo de burros para atingir a colônia designada onde os esperavam novamente galpões ou pequenas casas de madeira e improvisados barracos precariamente construídos para as famílias. Portanto o caso em epígrafe é precioso para a compreensão de todo o fenômeno sociológico e humano da formação de Santa Tereza. Como uma família, após passar por todas estas provações chega a construir uma edificação cuja história hoje reproduz a trajetória de superação que muito se repetiu? O caso da família Amadeo Stringhini e deste exemplar de casa típica da região é emblemático. Quase um padrão, de tão similar para dezenas de famílias imigrantes. Assim, estão aí pesquisadas as funções que a casa teve ao longo destes anos, de uso misto residencial e comercial, mas se destacando das demais pelo fato de que o Sr. Stringhini, abrigou também em sua casa

comercial a sede de um estabelecimento bancário, para o atendimento às famílias da colônia, onde a palavra do dono era a garantia dos depósitos em dinheiro a ele confiados. A pesquisa detalha com rigor as características da casa, de porão alto com base de grossas paredes de alvenaria de tijolo artesanal e pedra basáltica encontrada na região, assoalhos de madeira, bem como trata de seu estilo arquitetônico de influência neoclássica. O estudo é ainda revelador de hábitos e costumes que se generalizaram e amadurecem neste processo radical de transposição de comunidades inteiras de um país a outro em relativo pouco tempo. Mas, sobretudo revela a alma desta casa, identifica antigos pertences, objetos de uso cotidiano, utensílios domésticos que agora são peças de um museu ali instalado e que contam como se fazia a rotina no dia a dia daqueles novos brasileiros. Este trabalho enriquece e lança luzes esclarecedoras sobre o assunto do dossiê. Realizado no âmbito da Universidade Luterana do Brasil, da cidade de Canoas em 2006, trás 95 páginas de textos, iconografia e cartografia e é assinado por Amarilda Maria Casagrande Zorzi, Matheus Pretto, Olavo de Oliveira Caruccio e Wladimir Lampert. O Tomo 4: contém um DVD com dois documentários sobre a cidade de Santa Tereza e a região, mostrando com ótima narração e excelente qualidade de imagens aspectos da atualidade, do que resultou de fato desta rica experiência humana. Assim esta aí focalizada a próspera e bem sucedida experiência das cantinas ou pequenas vinícolas artesanais e caseiras que funcionam nos porões altos produzindo vinhos “nacionais” de excelente qualidade. Estes documentários além dos aspectos da arquitetura e urbanismo mostram a riqueza do patrimônio imaterial, das festas populares, sempre animadas pelo som dos acordeões. Também revelam aspectos da habilidade artesanal herdada dos imigrantes, com obras em tecido, madeira e vime, das práticas de gastronomia da culinária típica de tradição italiana adaptada e

influenciada pela abundância de produtos que foram cultivados no período da colônia, preparados em fogões a lenha, como a polenta, o raditi, o pão, a sopa de capeleti. São duas produções de ótima qualidade de imagens. O primeiro para o programa da série “Rota 36” da TVCOM de Porto Alegre; já o segundo, denominado “Uva e Vinho: Região Turística” e patrocinado pelo Sebrae foi produzido pela empresa “Videomakers”. Já o Anexo 2 do processo apresenta documentação diversa mas nem por isto de menos importância como as cópias de publicações produzidas na Itália e que são noticiários das realizações dos emigrados, revelando o olhar na perspectiva dos que ficaram na Itália, mostrando que eles acompanhavam com orgulho as realizações de seus descendentes que vieram para o Brasil. Pelos textos é possível constatar que também lá, eles procuram recuperar a trajetória dos que vieram. Têm os nomes das famílias, mas já não os encontram de verdade. O que há por aqui é uma nova gente, brasileira. Seus traços originais e hábitos cotidianos passaram por um processo de adaptação e mudanças. Por mais que a saudade e a nostalgia busquem as referências de origem, o que encontram é uma cultura de aclimação. E assim como mudaram, gravaram na natureza a marca de sua presença laboriosa e de seu forte vínculo com nova terra. Assim como ocorreu na paisagem natural, em que os “plátanos” passaram a ter uma nova função e se alteraram na forma, os imigrantes construíram uma cultura nova e inédita. Não é mais a Itália, não é mais Alemanha, nem a Polônia e nem Portugal. É diferente do que foi na sua terra natal e diferente do solo bruto que encontraram no final do século XIX. Estamos tratando de algo novo, do resultado de todos estes povos reunidos, uma mistura que contribuiu para o surgimento de uma nação nova, rica pela sua diversidade cultural, que é o Brasil. Também no Anexo 2 encontra-se a valiosa pesquisa realizada por César Prezzi sobre a origem das Gaitas (acordeons) que se tornaram como

espécie de símbolo musical da região e instrumento oficial, pois em Santa Tereza foi localizada a “Casa Diane Ferri”, que abrigou em 1910, a primeira fábrica deste instrumento no país e de propriedade de Cezari Apiani e Maria Savóia, que se notabilizaram pela excelência dos instrumentos que fabricavam. O estudo reconstitui a origem desta tradição na cidade de Cremona onde tradicionalmente eram fabricados os Acordeões Savóia, famosos em toda a Europa. Depois de Cezari e Maria em Santa Tereza, surgiram nos municípios vizinhos as fábricas VERONESSE, SOMENZI, TODESCHINI e SCALA que se tornaram mundialmente reconhecidas pela qualidade dos seus instrumentos, culminando com a fábrica de acordeons UNIVERSAL SA, que se tornou a primeira grande exportadora do país, consolidando de vez na região da serra gaúcha um polo de fabricação destes instrumentos de música. O Anexo 2 com 167 páginas de excelentes documentos se encerra com um estudo sobre a caracterização geológica do núcleo histórico do Município de Santa Tereza. Realizado pela equipe do Laboratório de Geologia da Universidade de Caxias do Sul por requerimento da APHAT-ST com a finalidade de fundamentar este dossiê, apresenta ao final os dados conclusivos sobre a geologia, a geomorfologia, os recursos hídricos e os solos da cidade. Cidade esta que se revela solidamente assentada sobre camadas de rochas de origem vulcânica denominadas de Basalto, grandemente utilizadas nas estruturas das casas e também nos calçamentos de paralelepípedos. Seus habitantes não se esqueceram de reconhecer o papel estratégico de aplicação desta matéria prima valiosa. Bem ao lado da torre do campanário, está fixado um enorme menir de basalto a guisa de monumento megalítico. O Anexo 3 consiste em um livro de Mario Lepore e Cecília Santinelli, que registra o conteúdo do Curso de Turismo Ambiental, Patrimônio Histórico realizado em Santa Tereza no ano de 2006, financiado

pela Direção Geral para a Cooperação ao Desenvolvimento do Ministério de Assuntos Exteriores da Itália no âmbito do Programa de Tutela, Gestão e Valorização do Patrimônio Cultural dos Países Latino Americanos em parceria com a Prefeitura, de Santa Tereza, APHAT e o IILA-Instituto Ítalo Latino Americano sediado em Roma. O **Anexo 4**, também consiste em uma publicação, onde se reporta o Encontro Anual do Fórum Mundial de Turismo Para a Paz e Desenvolvimento Sustentável, ocasião em que Santa Tereza despontou como um polo promissor e se inseriu em uma rede nacional. E para finalizar o **Anexo 5** que se compõe de uma coleção de folhetos e outros materiais impressos que apresentam referências importantes a eventos de grande significado para a cidade. Assim é que passo a registrar aqui as impressões pessoais que colhi da minha visita à cidade histórica de Santa Tereza. Como nos demais exemplares de cidades que já são reconhecidas na lista do nosso patrimônio nacional, este acervo tem a face do indiscutível valor histórico, urbanístico, arquitetônico e paisagístico. Contando com menos de 1800 habitantes, Santa Tereza, como a grande maioria das cidades tombadas deve (de forma paradoxal) às décadas de recessão econômica o fato de haver conservado a sua estrutura urbana e as edificações. De haver mantido certas qualidades ambientais que se perderam para sempre na maior parte de nossas cidades. Pois, ao tempo em que foi dotada de todos os elementos de infraestrutura necessários ao conforto da vida em comunidade, a segurança e tranquilidade dos cidadãos tornava e torna até hoje desnecessária, a construção de muros e cercas entre as casas e isto determina um cenário urbano de qualidade difícil de se encontrar na grande maioria das cidades brasileiras em que vivemos enclausurados por detrás de muros, grades e toda forma de barreiras arquitetônicas que nos tolhem a visão e as possibilidades de convivência. Dentre as razões para o tombamento podemos atentar para a

qualidade do conjunto de arquitetura urbana, onde se destaca a preservação do gabarito original, que resulta na manutenção da horizontalidade, tendo como pano de fundo em qualquer direção que se olhe, a paisagem verdejante das encostas e dos morros que a limitam entre o rio Taquari e os arroios Marrrecão e Vinte e Dois, além de possuir um traçado urbano intocado, com sua malha orientada no sentido dos pontos cardeais. Ao mesmo tempo na avaliação dos inventários e dados revelados nos estudos, não obstante algumas descaracterizações já ocorridas em alguns dos imóveis pode-se constatar que a maioria está ainda bem caracterizada ou apenas parcialmente afetada por intervenções. Exemplos hoje cada vez mais raros como o de Santa Tereza, enfatizam que as questões relacionadas a preservação do patrimônio ambiental urbano nos levam a um outro nível de motivação para a preservação do patrimônio cultural. Trata-se da questão de qualidade de vida como argumento para a preservação e reforçando a necessidade do tombamento, especialmente quando está sob forte questionamento o modelo de cidades que estamos legando aos nossos descendentes, Por outro lado há uma série de iniciativas que demonstram o excelente nível de consciência que a comunidade possui e manifesta em relação ao acervo de patrimônio cultural, dentre as quais vale mencionar o forte protagonismo das instituições municipais, das entidades não governamentais e da sociedade civil, ao reivindicar com ênfase a conclusão deste processo de tombamento. No que se refere ao bom aproveitamento de suas potencialidades turísticas, a cidade desde 2004, integra uma rede de destinos formalmente estabelecida pelo Fórum Mundial de Turismo ao lado de outras marcantes cidades que são integrantes da lista do Patrimônio Nacional como Paraty, Diamantina, Goiás Velho, Salvador, Olinda e São Luís entre outras. Em 2006 a cidade foi escolhida para as gravações do premiado filme de Jorge Furtado denominado “Saneamento Básico” cuja produção envolveu

dezenas de cidadãos santa-terezenses que assim se orgulham de haver contribuído para a divulgação de sua terra em todo o país. Nas últimas décadas a região tornou-se cenário de um intenso plantio de uvas. As vinícolas gaúchas são premiadas internacionalmente, em razão da alta qualidade de seus vinhos e espumantes. O Estado é privilegiado pela sua condição geo-climática, estando situado no início da faixa entre os paralelos 30° e 50°, considerada ideal para a produção de uva vinífera. Isso lhe permite a produção de cepas nobres de uvas européias, como *Merlot*, *Chardonnay* e *Cabernet Sauvignon*, entre outras. A uva e o vinho gaúchos são produzidos sob as melhores técnicas disponíveis e condições tecnológicas avançadas, a exemplo das melhores regiões vinícolas da Europa. Tudo isto atrairá doravante e cada vez mais intensamente a movimentação turística. Entretanto cidadãos e autoridades locais possuem a percepção de que este processo pode representar também uma ameaça e reconhecem como serão importantes os mecanismos de proteção capazes de preservar o legado de sua rica trajetória, que nasceu e cresceu sob o manto de uma natureza de rara beleza e força. Neste ponto podemos celebrar a opção recomendada para o perímetro de tombamento do núcleo urbano e a proteção de uma larga extensão definida na poligonal do entorno, ao tomar como exemplo, (que certamente estará sendo evitado em Santa Tereza), do caso de algumas das cidades históricas de Minas Gerais, cujas magníficas paisagens de casarios originalmente emoldurados pelas verdes matas que recobriam as montanhas de ferro, foram sendo rapidamente desfiguradas sob a ocupação desordenada das áreas lindeiras, por uma invasão de lajes de concreto e antenas parabólicas, ficando perdida para sempre sua paisagem que hoje pode ser contemplada apenas nas telas de Guignard. O suficiente para que Carlos Drummond de Andrade, natural de lá, pudesse um dia constatar: “Itabira é um quadro na parede/ Mas como dói!” ou ainda em seu lamento mais nostálgico:

“Quero voltar para Minas, Minas não há mais!” A pequena Santa Tereza é lição de civilidade e de civilização e ainda conserva o que já perdemos na maior parte de nossas cidades. Esta talvez seja a razão subjacente de todo esforço e empenho na preservação do patrimônio cultural. Mais uma grande motivação que também nos recomenda pela aprovação deste tombamento. Reitero aqui mais uma vez, que em nossa modesta contribuição como integrantes do Conselho Consultivo do IPHAN, precisamos lançar mão dos recursos que estejam ao nosso alcance para salvaguardar exemplos tão raros e preservar o legado civilizatório de cidades como Santa Tereza. De tudo que se informa neste dossiê, não seria justo que tal acervo de urbanismo, arquitetura e paisagem natural, testemunha incontestada da saga de ocupação de extensões do território brasileiro permanecesse à margem das atenções do IPHAN, instituição nacional que visa a preservação da memória e da história do país. Entretanto não podemos esquecer de que este ato representa mais uma grande responsabilidade a ser assumida pela instituição, não só no sentido de não frustrar as expectativas daquelas comunidades, como objetivamente pelo fato de que passa a ser administrativa e legalmente responsável pela preservação daqueles bens. Torna-se portanto necessário envidar esforços para assegurar o atendimento às recomendações do Dossiê de Tombamento, especialmente no que tange às áreas que foram criteriosamente definidas como de tombamento e de entorno, bem como na condução de trabalhos de proteção do acervo, na medida em que favoreça parcerias entre a comunidade, organizações não governamentais, órgãos municipais, estaduais e o IPHAN. Assim, entendo que, do ponto de vista formal, o processo está generosamente instruído e atende às aos requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do IPHAN, mais especificamente pela Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986. Neste caso almeja-se mais uma vez, fazer do tombamento

federal, uma oportunidade de tratar a questão de forma mais completa, consolidando a metodologia de uma visão sistêmica, do olhar para o todo, na ótica de uma perspectiva integrada de um território que guarda os testemunhos de uma rica história, plena de episódios importantes da ocupação da região sul do país. Para concluir, gostaria de registrar a impressão que guardei ao final de minha visita de reconhecimento, assim como os meus agradecimentos pela oportunidade de haver conhecido a cidade de Santa Tereza. Foi uma breve estada de dois dias, mas tive a oportunidade de conversar com autoridades e também com as pessoas com quem ia encontrando em minha caminhada. Um grupo de pequenos estudantes ou uma família que se preparava para subir a serra. A senhora dona da pousada, o proprietário do restaurante ou o dono da venda. Mas, ficou para sempre tenho certeza, gravada em minha memória afetiva a longa conversa com o jardineiro Sr. Cerilo Baggio, que dedicou muitos anos de sua vida a cuidar da praça principal que fica aos pés do Campanário. Disse a ele que eu o procurara pela minha certeza de que no depoimento do jardineiro iria encontrar o apreço que tem um cidadão pela natureza e pela história de sua cidade. Revelei em tom de segredo o que estava fazendo ali. Era uma última visita de reconhecimento e que eu teria a enorme responsabilidade de preparar um relatório para solicitar a este Egrégio Conselho a necessária aprovação para que finalmente sua cidade fosse reconhecida como algo tão importante, que o seria para todo o Brasil. Caminhamos juntos pela praça e ele me falou com emoção sobre sua família, uma das que chegou primeiro da Itália em busca de um sonho. Pude perceber em seu semblante, que aos quase 70 anos, é um homem com as marcas de muitas lutas, mas ainda com um lampejo de alegria nos olhos, contou sobre os longos anos em que cuidou de canteiros e jardins. Ao fazê-lo, apontava com discreto orgulho cada uma das árvores que plantou, (a cerejeira, a canela, o

cedro, o araçá, a gabioba, o cipreste, a amora e a figueira, a castanha e a oliveira) e as espécies de pássaros que as freqüentam, (o xupim, o João de Barro, o sabiá ferreiro, o canarinho da terra, o pintassilgo, e o tico-tico). Disse-me que também foi o sineiro da Matriz. Então escalamos devagar, os degraus de madeira da torre até os altos do campanário, onde, retomando o fôlego da subida, no ar frio e puro do vale, descreveu reanimado, como eram os toques de sinos para os diversos momentos de dor ou de alegria. Depois nos calamos e de cima, pude olhar para os quatro cantos do mundo, colher minhas próprias lembranças fotográficas e me impressionar com o silêncio, o sossego e a beleza do cenário. Pude também melhor compreender como o conjunto urbanístico arquitetônico da pequena cidade de Santa Tereza, imerso na paisagem do vale do rio Taquari, na confluência dos arroios Marrecão e Vinte e Dois, compõe um cenário de excepcional harmonia entre o patrimônio erigido pela mão do homem e o ambiente natural que o cerca e a perfeita combinação destes elementos, constitui um habitat saudável para a gente que ali vive e trabalha. Sendo assim e acompanhando as recomendações e os pareceres do Departamento de Patrimônio Material e da Procuradoria Federal que integram os autos deste processo, declaro-me favorável ao tombamento deste acervo, e à sua conseqüente inscrição nos Livros de Tombo: 1) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Histórico, sob a denominação de **“Núcleo Urbano de Santa Tereza, Município de Santa Tereza, Estado do Rio Grande do Sul”**. Este é o parecer que submeto ao Pleno deste Conselho. Rio de Janeiro, em 05 de Novembro de 2010. **Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN.** O Presidente agradeceu ao Relator e passou a palavra à Conselheira Cecília Londres para os seguintes comentários: “Quero expressar o meu enorme prazer em acompanhar a leitura desse parecer do meu querido Conselheiro

Luiz Phelipe Andrès, e a sensação de que viajei com ele pela cidade de Santa Tereza. Percebi com muita clareza os valores que fundamentam este tombamento, que me parece um tombamento exemplar, porque foge da busca da excepcionalidade, dos critérios puramente formais, e vai em busca do que ele chamou de qualidade de vida, harmonia, e o que temos discutido tanto, não só a cidade tem seus méritos enquanto um conjunto singelo, mas tive a impressão de que é um conjunto singelo, perfeitamente integrado ao meio ambiente, uma harmonia que se estende também em relação aos habitantes da cidade. A expressão **qualidade de vida**, me parece, está muito bem explicitada em todos os aspectos analisados pelo parecerista. Então, esse bem não é apresentado como único, excepcional, mas com um valor tão raro, cada vez mais raro, que é a qualidade de vida, e existem condições objetivas, independente do tombamento, para a preservação dessa qualidade. É um tombamento que nos dá grande conforto, grande prazer de perceber que a cidade já se tombou, antes de ser tombada pelo IPHAN.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Jurema Machado para os seguintes comentários: “Estou de pleno acordo com a abordagem da Conselheira Cecília Londres, um dossiê riquíssimo, a forma com que o Conselheiro Luiz Phelipe Andrès fez o relato, na verdade, foi uma demonstração de delicadeza que não se confunde com fragilidade, é diferente. Agora, por outro lado, me fez lembrar desse instrumento novo que o IPHAN vem tentando trabalhar, a paisagem cultural, porque me parece típica essa situação. É um caso muito evidente de que não apenas o instrumento do tombamento é o motor ou o sustentáculo da preservação, mas há estratégia de desenvolvimento que envolve um território maior do que a própria cidade. Ela me parece inserida numa rede relacionada com a produção de vinho e com turismo. E me parece também que os moradores, a comunidade deseja essa visibilidade, essa

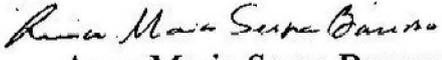
presença do turismo, ainda sabendo que há riscos, sabendo que suas formas de vida podem ser alteradas. Então, o tombamento me parece inserido em uma estratégia de desenvolvimento que a comunidade vislumbra. Acho que fica muito claro, especialmente para a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul, o dever de dar continuidade a uma ação que envolva um conjunto de outras medidas de salvaguarda. Uma questão mais tópica, não queria que parecesse um excesso de rigor, mas me incomoda um pouco os perímetros de entorno dissociados de condicionantes naturais. O perímetro mostrado como uma figura geométrica regular, do ponto de vista da realidade, é uma abstração porque se ocorrer ali um pedido de aprovação de parcelamento aquela linha certamente não será divisor de nada, porque as propriedades se dividem pelos cursos d'água, pelos acidentes, pelas condicionantes topográficas. Seria um estudo mais interessante para aquele entorno, que talvez seja muito relevante para a conformação do modo de vida instalado nessa cidade.” O Presidente observou que, no seu entendimento, as cumeadas delimitavam a paisagem da cidade e solicitou ao Diretor do DEPAM esclarecimentos, transcritos a seguir: “Senhor Presidente, nesse caso nos defrontamos com uma realidade bastante diversa da planície Amazônica, no processo de ontem. E a medida da poligonal foi estabelecida realmente a partir das cumeadas, das elevações principais que envolvem o núcleo tombado dentro do conceito de incorporar a paisagem do núcleo com o seu cenário, com o seu plano de fundo, que é o contexto natural. Então, a linha é reta, mas sempre seguindo as cumeadas específicas. É importante ressaltar que, no caso de Santa Tereza, além de aplicarmos essa metodologia de normatização que tem sido praticada, foi realizado o inventário de sítios urbanos.” O Conselheiro Liberal de Castro tomou a palavra para fazer o seguinte comentário: “A respeito das poligonais, não sei se nos processos já deveriam estar definidas todas essas poligonais.

Nesse caso são bem interessantes, porque é uma forma de cuidado bem clara. Mas se isso consta do processo, inclusive a largura das ruas, quem demarcará? A Prefeitura, o IPHAN, por intermédio da Superintendência o Rio Grande do Sul? Essa é uma curiosidade, penso que no processo deveria constar claramente a decisão e o seu amparo legal. No caso levantado pela Conselheira Jurema Machado, realmente faço a mesma pergunta: são as visuais que existem naqueles pontos, e não sendo, deveria haver uma curva de nível, não poderia ser da forma como está apresentado. Então, primeiro elogiando o relatório, que foi muito bem feito e votando a favor, essas são perguntas que faço.” O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: “Obrigado pelos comentários Conselheiro. Exatamente pelas dificuldades de gestão de determinados sítios urbanos que foram tombados há algum tempo sem nenhuma especificação das suas áreas de entorno, ou sem nenhuma indicação de parâmetros para as suas normativas de proteção é que a Instituição está fazendo um esforço muito grande de predeterminar essas condições dentro dos processos de tombamento. Não tem saído hoje nenhum dossiê de tombamento sem clareza na construção ou de indicação das normativas de proteção. Agora, há um limite porque, sob o ponto de vista da competência da Instituição, determinadas ações são atribuições municipais. No caso específico de Santa Tereza, como bem frisou o Conselheiro Relator, há vinte e dois anos a Instituição está num processo de trabalho, junto da comunidade, e parte significativa dos critérios de proteção e normatização que o poder municipal estabeleceu foi feita a partir da valoração do patrimônio histórico. Esse tem sido um percurso da Instituição, não conseguimos ainda ter esses procedimentos de maneira ideal, mas nos processos de tombamento, hoje, é uma das condições para trazer a este Conselho uma proposta de tombamento. Santa Tereza é um exemplo de compartilhamento, de

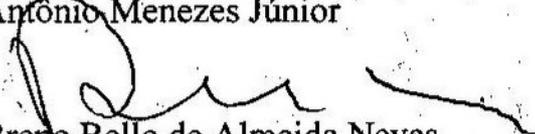
responsabilidade, de proteção, é um exemplo bem equacionado.” Não havendo outras manifestações, o Presidente colocou em votação a proposta contida no Proc. nº 1568-T-2008 (Proc. nº01512.000182/2001-09), acolhida por todos os Conselheiros, ficando aprovado, por unanimidade, o tombamento do **Núcleo Histórico de Santa Tereza**, no Estado do Rio Grande do Sul, e aprovado o sua inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O Presidente concedeu a palavra ao Prefeito do Município de Santa Tereza, Diogo Siqueira, que agradeceu ao Presidente, Luis Fernando de Almeida, ao Conselheiro Relator, Luiz Phelipe Andrès, observando que um homem nascido em Minas Gerais, um cidadão do Maranhão, em dois dias se tornou cidadão de Santa Tereza. Observou que poucas pessoas conseguem entrar na história do município tão rápido como ele conseguiu. Assinalou a presença da Diretora de Turismo, diretora de um órgão muito importante na serra gaúcha. Destacou a atuação da Superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul, Ana Lúcia Goelzer Meira, da arquiteta da Terezinha de Oliveira Buchebuan, da arquiteta do DEPAM, Maria Regina Weissheimer, e de inúmeras pessoas que participaram ativamente desse processo, que não estavam presentes, mas que tiveram importante papel. Confessou que, ouvindo os Conselheiros, ficou lisonjeado e emocionado. Revelou que, no primeiro momento, os habitantes eram contrários ao tombamento histórico porque temiam as limitações decorrentes desse ato. Afirmou que, atualmente, a população é favorável. Acrescentou que o tombamento, além de elevar a auto-estima da população, contribuirá para o turismo. Considerou muito interessante a afirmação do Presidente do IPHAN de que o tombamento representa um compartilhamento

de obrigações entre o Município e a comunidade, auxiliados pelo Governo Federal. Considerou o patrimônio de Santa Tereza um patrimônio representativo da cultura italiana, da cultura dos imigrantes que saíram da Itália, e se instalaram na serra gaúcha. Lembrou que cidades maiores como Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Garibaldi, todas perderam as suas características arquitetônicas e culturais. Concluiu, agradecendo e considerando grande honra ter comparecido àquela reunião, e também uma honra para a população do Município. Prosseguindo, o Presidente submeteu aos Conselheiros as minutas das atas da 57ª, 59ª e 61ª reuniões do Conselho Consultivo. Não havendo manifestação contrária, os textos foram aprovados por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente passou a tratar do Proc. nº 0800-T-68, vol. 174, solicitando a ratificação da autorização concedida de acordo com manifestação formal dos Conselheiros (*e-mail* e ofício) fundamentados no parecer favorável do Conselheiro Relator, Breno Bello de Almeida Neves, para a exportação temporária da tela **Banhista no Sena – Academia**, da autoria de Edouard Manet, aprovada por unanimidade. Em seguida, tratou do Proc. nº 0809-T72, vol. 200, solicitando aprovação de autorização concedida de acordo com manifestação formal dos Conselheiros, fundamentados em parecer favorável do Conselheiro Relator, Breno Bello de Almeida Neves, para a exportação temporária da tela **Rochedos em l'Estaque**, da autoria de Paul Cézanne, aprovada por unanimidade. Concluindo, agradeceu a todos e encerrou a sessão, da qual, eu Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os membros do Conselho.

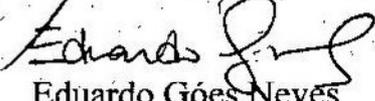
  
Luiz Fernando de Almeida

  
Anna Maria Serpa Barroso

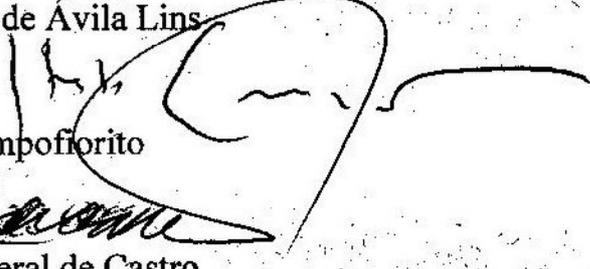
Antônio Menezes Júnior

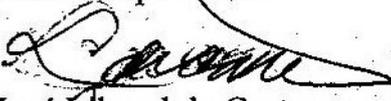
  
Breno Bello de Almeida Neves

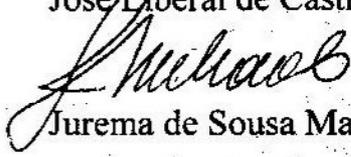
  
Cláudia Maria Pinheiro Storino

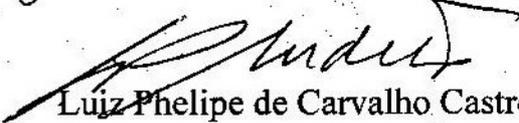
  
Eduardo Góes Neves

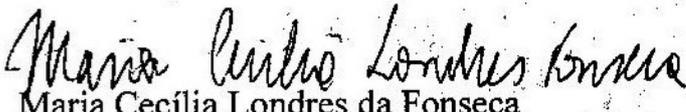
Eugênio de Avila Lins

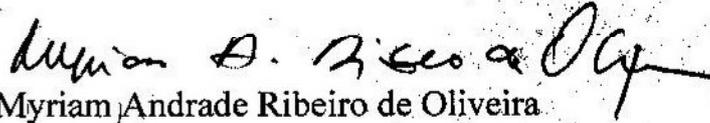
  
Italo Campofiorito

  
José Liberal de Castro

  
Jurema de Sousa Machado

  
Luiz Felipe de Carvalho Castro Andrés

  
Maria Cecília Londres da Fonseca

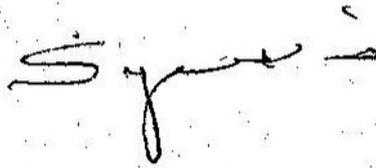
  
Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira

  
Nestor Goulart Reis Filho

Roberto Luiz Bortolotto

  
Roque de Barros Laraia

/ Synésio Scofano Fernandes



Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes